

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A N A I S

DO

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOLUME XXIII



1972

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANNAIS

DO

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOLUME XXIII



1972

38 11992

CIDEL TELA DO M.H.N.
CINQUE ANOS

APRESENTAÇÃO

O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, órgão integrante do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, ao prosseguir na realização das atividades programadas para comemoração da passagem do Sesquicentenário da Proclamação da Independência Nacional, faz entrega deste tomo especial planejado por sua Divisão de Documentação e Divulgação.

Cabe-me adiantar aos leitores que os 9 artigos aqui enfeixados são da autoria de técnicos deste órgão, cujas pesquisas, partindo de expressivo material histórico, documental e artístico constante do acervo do Museu Histórico Nacional, conduziram à elaboração de trabalhos, uns mais substanciais que outros, da maior oportunidade para o estudo do ambiente brasileiro das primeiras décadas do Século XIX bem como de aspectos subjacentes ao processo da Independência.

Passando de uma acurada apreciação do sistema monetário dual adotado no Brasil, cujos "símbolos vão se transformando, como uma manifestação de protesto, com o propósito de tornar dia a dia mais evidente o rompimento" — ao estudo dos muito raros exemplares da medalhística que celebra os feitos de Dom João, Príncipe do Brasil e Regente do Reino; indo dos símbolos e insígnias maçônicos usados por Dom Pedro, à criação de sua Guarda de Honra ou à sua participação de artista na criação dos primeiros sons para o Hino da Independência, — os autores focalizam ainda outros aspectos pouco ou quase nada divulgados. Todos os trabalhos porém ventilam e apresentam assuntos cuja exata conceituação traz oportuno e valioso subsídio à formação de uma imagem mais aproximada do panejamento histórico em meio do qual se desenvolveu a Independência Nacional.

GERARDO BRITTO RAPOSO DA CAMARA

Diretor

ÍNDICE

Apresentação	3
Uma Exposição do Primeiro Reinado no Museu Histórico Nacional ...	7
A Mesa da Constituinte, <i>Lauryston Guerra</i>	19
A História que os Pintores Contaram..., <i>Gilda Marina de Almeida Lopes</i>	25
Louça da Independência do Brasil, <i>Jenny Dreyfus</i>	37
A Moeda da Independência, <i>Luiz Marques Poliano</i>	45
Dom Pedro I e a Maçonaria, <i>Maria Laura Ribeiro</i>	61
Bibliografia	75
Documentos da Independência no Museu Histórico Nacional, <i>Herculano Gomes Mathias</i>	77
Museu Histórico Nacional — Gabinete de Restauração. Serviços Exe- cutados. Acervo Referente ao Período da independência	89
A Imperial Guarda de Honra, <i>Affonso Celso Vilela de Carvalho</i>	91
Patações Imperiais, <i>Dulce Ludolf</i>	101
Bibliografia	143

UMA EXPOSIÇÃO DO PRIMEIRO REINADO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Comemorando o centenário da abdicação de D. Pedro, realizou-se nas dependências do Museu Histórico Nacional, em 1931, uma exposição composta de peças relacionadas com o Primeiro Reinado (1822/1831) e pertencentes, em sua maioria, ao acervo da Casa do Brasil.

Publicou o então Ministério da Educação e Saúde Pública um catálogo, hoje raro, cuja reprodução julgamos oportuna.

A Biblioteca Nacional e o Sr. Francisco Marques dos Santos cooperaram como expositores.

Conforme poderá ser facilmente verificado, o Museu Histórico Nacional possuía, na época, algumas das peças que seriam, anos mais tarde, transferidas para o Museu Imperial, quando de sua criação.

Por outro lado, também vale a observação relativa à ausência de numerosos objetos ligados àquele período histórico e que só posteriormente passaram a fazer parte das nossas coleções.

Catálogo — fichado sob o nº 240 (Impressos diversos), na Divisão de Documentação e Divulgação do Museu Histórico Nacional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

MUSÊU HISTÓRICO NACIONAL

CATÁLOGO

— DA —

Exposição comemorativa do centenário da abdicação

1831 - 1931



(Separata do Boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública)

RIO DE JANEIRO — BRASIL

Officinas Gráficas da Inspeção de
Demografia Sanitária do D. N. S. P.

Catálogo do Museu Histórico Nacional

Exposição comemorativa do centenário da abdicação (7 de Abril-1831-1931)

- 1 — Retrato de D. Pedro I — 1825 — 2,040 X 1,054. Oleo de Henrique José da Silva.
- 2 — Retrato de D. Pedro I — 1825 — 1,017 X 0,084. Oleo de autor desconhecido. — Oferta do Dr. Guilherme Guinle.
- 3 — Retrato de D. Pedro I — 1829 — De perfil com o colar da Rosa. 0,067 X 0,052. Oleo de autor desconhecido, procedente do Paço Imperial.
- 4 — Retrato de D. Pedro I — O Imperador tem na mão direita a Constituição do Brasil. No fundo a Quinta da Boa Vista. — Oleo de Araujo Porto Alegre — 1824 — 1,03 X 0,095.
- 5 — Retrato de D. Pedro I — O Imperador ostenta no braço o ângulo de ouro com o lema "Independência ou morrer", que exibiu na noite de 15 de Setembro de 1822. — Oleo de Simplicio — 0,085 X 0,062. — 1822.
- 6 — Medalhão de bronze comemorativo da proclamação da Independência do Brasil.
- 7 — Litografia de D. Pedro I — O Imperador com o manto, o cetro e a corôa — Original de Henrique José da Silva. Gravado por Urbain Massar. Paris — 0,061 X 0,045.
- 8 — Litografia de D. Pedro, Príncipe Real do Reino Unido, em 1816 — Gravura de Badoureaux. Paris.
- 9 — Litografia de D. Amélia, Imperatriz Viúva e sua filha, a Princesa D. Maria Amélia (1831-1853). Gravura de Runstanstalt. Munich — 0,055 X 0,049.
- 10 — Litografia de D. Amélia de Leuchtenberg, 2ª Imperatriz do Brasil. Gravura de Aubry-Lecomte — 1829 — 0,052 X 0,039.
- 11 — Litografia de D. Amélia de Leuchtenberg — 1829.
- 12 — Litografia de D. Pedro I — 1826.
- 13 — Litografia de D. Pedro I em 1822.
- 14-17 — Cadeiras da Constituinte de 1823.
- 18 — Mesa da presidência da Constituinte do Império (3 de Maio-12 de Novembro de 1823).
- 19-20 — Alabardas dos archeiros da Casa Imperial — Modelo do Brasil — Reino, com as iniciais superpostas dos dois imperadores.
- 21 — Retrato do Almirante Luiz da Cunha Moreira, Visconde de Cabo Frio, o creador da Armada Brasileira. Oleo de Krunholtz — 1850.
- 22-23 — Alabardas dos archeiros do Paço Imperial. 1º Reinado.
- 24 — Espingardão para trincheira e amurada de barco. Modelo de 1822.
- 25 — Sabre de cavalaria — 1822.
- 26-35 — Sabres de cavalaria "rabo de galo" — 1822.
- 34 — Florete de músicos e tambores — 1º Corpo de artífices da Corte. 1º Reinado.
- 35 — Rifle do 1º Batalhão de Caçadores a Pé. Iniciais de D. Pedro I.
- 36 — Espada para castigar soldados. 1º Reinado.
- 37 — D. Pedro I — Lit. de Senhefelder. Colorida des. de Julien — 1823.
- 38 — D. Pedro I — Gravura de Belannoys — 1830.
- 39 — D. Pedro I — Lit. de A. de Pinho — Rensburg 1834.
- 40 — D. Amélia, Imperatriz do Brasil — Lit. de Delpeck. Des. de Belliard — 1829.
- 41 — D. Pedro, Duque de Bragança — Lit. de Sendim Lisboa — 1835 — Conforme retrato de Simplicio, de 1830.
- 42 — D. Leopoldina, Princesa Real, depois Imperatriz do Brasil — Grav. de M. A. de Castro — 1819.
- 43 — D. Leopoldina, Princesa Real, depois Imperatriz do Brasil — Miniatura — 1819.
- 44 — Plano de relêvo do Campo de batalha do Passo do Rosário (20 de Fevereiro de 1827) — Feito pela comissão da Carta Geral do Brasil, de acôrdo com a planta dêsse mesmo campo levantada pela referida comissão em Julho de 1821. Oferta do General Tasso Fragozo, em 1926.
- 45 — Infante D. Miguel — Grav. de Stober. Des. de Ender. Viena — 1826.
- 46 — Alegoria da Outorga da Constituição — 1824 — Representa o Brasil, em forma de índia, a Marquês de Santos — Lit. de Lasteurie, des. de Gianni (Schlichterorst, cit. por Alb. Rangel, "Textos e Pretextos", pag. 188;

- "A bela condessa é o original dêste quadro..."
- 47 — Busto em "biscuit" de D. Pedro I — Escultor: Marc Ferrez — 1823.
Oferta da Viscondessa de Cavalcanti.
- 48-54 — Móvel da Marquesa de Santos. Proveniente do seu solar de S. Christovão (1825-1828), comprado pelo imperador para a rainha D. Maria da Glória depois da retirada da marquesa para S. Paulo. Os elementos decorativos são brasileiros. Estilo inglês.
- 62 — Retrato do Barão de Sabará, Capitão da Guarda de Honra de D. Pedro I — Oleo de autor desconhecido.
Oferta de J. Washt Rodrigues — Manoel Antonio Pacheco (falecido em Minas Gerais, em 1862), foi agraciado com o título de barão em 1843.
- 63 — Retrato do 1º Marquês de Paranaguá. 1º Reinado — Lit. de Sisson — 1859.
- 64 — Retrato do Marquês de Lages. 1º Reinado — Lit. de Sisson — 1859.
- 65 — Retrato do Marquês de Inhambupe. 1º Reinado — Lit. de Sisson — 1859.
- 66 — Retrato do Marquês de Baependy. 1º Reinado — Lit. de Sisson — 1859.
- 67 — Uniforme da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I. Oferta do Dr. Gustavo Barroso.
- 68 — Mesa de trabalho de Evaristo da Veiga na redação da "Aurora Fluminense" — 1823-1835 — Oferta de sua família.
- 69 — A Fragata Brasileira "Bertioga" (comandante Jorge Brum) aprisiona a Fragata Argentina "General Dorrego", às 4 horas da tarde de 23 de Agosto de 1828. No fundo a escuna "Rio da Prata" (com. Marques Lisboa) e o brigue "Cabôclo" (com. James Inghis). Tela de Eduardo de Martino.
- 70 — Retrato do Barão de Iguarassú. 1º Reinado. — Lit. de Sisson — 1859.
- 71 — Retrato do Visconde de S. Leopoldo. 1º Reinado — Lit. de Sisson — 1859.
- 72 — Panorama do Rio de Janeiro. 1º Reinado Lit.
- 73 — Charles Stuart, Ministro Inglês, apresenta a D. Pedro I a nota de reconhecimento da independência pela Grã Bretanha. 1825 — Lit. da época.
- 74 — Retrato do intendente de polícia Cons. Francisco Alberto Teixeira de Aragão — Lit. de Buchardy — Miniatura. 1º Reinado.
- 75 — Tinteiro de vidro de uso de Evaristo da Veiga. Oferta de sua família.
- 76 — Abordagem da corveta "Maceió", 18 de Junho de 1827. O navio brasileiro (Com. Frederico Mariath), encalhado no canal de Martin Garcia, é atacado por dezesseis embarcações argentinas sob o comando geral do almirante Brown, que tem o pavilhão na "Sarandy" — Tela de Ed. de Martino — 1875 — 1,62 x 2,33.
- 77 — Abordagem da fragata "Imperatriz", 26 de Abril de 1826 — Oleo de De Martino — 1,62 x 2,30.
- 78 — Oculo do Almirante chefe da esquadra William Brown, oferecido pelo mesmo ao comandante Espora, que o deu ao Almirante Tamandaré, quando por êste aprisionado.
- 79 — Bússola inglesa da fragata "Niterói", que perseguiu a esquadra portuguesa até a foz do Têjo — 1825.
- 80 — Bússola da Fragata "Niterói", feita em Lisboa em 1760.
- 81 — Castiçal de Prata da Capela Imperial, com a corôa e iniciais de D. Pedro I.
- 82-85 — Copo e salva de prata lavrada na colônia, do Brigadeiro Leandro Bezerra (Ceará). Oferta do Dr. José Geraldo Bezerra.
- 84 — Castiçal de prata da capela imperial. Paço da Boa Vista. D. Pedro I.
- 85 — Escrivania de prata com as armas do Brasil Reino, que serviu no gabinete do ministro da guerra e no Estado Maior do Exército, desde D. João VI até 1924.
- 86 — Medalhão de cristal, com o busto de D. Pedro I — 1825 (Vd. Meili, "Médailleur").
- 87 — Urna de metal do Paço da Boa Vista. 1º Reinado.
- 88 — Castiçal de prata da capela imperial de S. Christovão. 1º Reinado.
- 89 — Malhete de D. Pedro I como Grão Mestre da Maçonaria. Iniciais: P. I. — 1822.
Oferta da Viscondessa de Cavalcanti.
- 90 — Faixa maçônica de D. Pedro I como grão Mestre da Maçonaria Brasileira — 1822.
Oferta da Viscondessa de Cavalcanti.
- 91 — Espada maçônica de D. Pedro I — 1822.
Oferta da Viscondessa de Cavalcanti.
- 92 — Avental de D. Pedro I, como Grão Mestre da Maçonaria — 1822. Oferta da Viscondessa de Cavalcanti.
- 93 — Pequeno canhão de onix, que pertenceu à Casa Imperial. 1º Reinado.
- 94 — Bengala de marfim e ouro do mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva, figura dos dois Reinados. (É a mesma que esse mordomo de D. Pedro II ostenta na grande tela de Porto Alegre, "A Coroação", pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).
- 95 — Bengala de uso do revolucionário cearense Coronel Pinto Madeira, partidário da restauração de D. Pedro I e fuzilado no Crato. Oferta do Prof. Dias da Rocha.

- 96-99 — Espelhos de fechadura do Paço Imperial, com as iniciais de D. Pedro I. Bronze dourado. Oferta do Dr. Guilherme Guinle.
- 100 — Prato do serviço de D. Pedro I. Armas e iniciais. Oferta do Dr. Guilherme Guinle.
- 101 — Prato da baixela do Almirante Visconde de Cabo Frio e que serviu no seu casamento, em 1816. Louça da Índia.
- 102 — Vaso de Bourg La Reine do Paço Imperial de S. Cristovão, com a effigie de D. Pedro I. — 1825.
- 103 — Prato do Visconde do Rio Comprido e Barão do Passeio Público, que o trouxe de Angola, onde exerceu o cargo de Governador, em 1812. Louça da Índia. Oferta do Dr. Gastão Penalva.
- 104 — Prato comemorativo da Independência do Brasil — 1822. Oferta do Dr. Jonathas Serrano.
- 105 — Prato de louça inglesa pintada na China. 1º Reinado (Ceará).
- 106-112 — Peças de louça da Índia do serviço de D. Pedro I — 1822.
- 113 — Prato da baixela do Paço da Câmara Municipal da Corte. 1º Reinado. Emblema: os ramos de café e fumo do escudo nacional.
- 114-115 — Taça e pires, que pertenceram à Imperatriz D. Maria Leopoldina (1817-1826), que os ofertou a seu confessor o Cônego Cesário. Oferta do Engenheiro Químico Cap. M. A. da Rocha Pinto Junior.
- 116 — — Travessa de louça da Índia. 1º Reinado.
- 117 — Vaso de Bourg La Reine do Paço Imperial de S. Cristovão. 1º Reinado.
- 118 — Pequena travessa do serviço do Barão de Sorocaba. Iniciais: B. D. P. Oferta do Dr. Simoens da Silva.
- 119 — Travessa do serviço de D. Pedro I.
- 120-121 — Pires e chicara do aparelho da família Tavares, do Maranhão. 1º Reinado. Oferta do Dr. Simoens da Silva.
- 122 — Miniatura, em cedro do Líbano, marchetada, da Igreja do Santo Sepúlchro. Pertenceu á Casa Imperial. 1º Reinado.
- 123 — Junco chinês de marfim. Brinquedo de corda de fino lavor que pertenceu a D. Pedro I. Oferta do Imperador ao Museu Nacional e transferido para este estabelecimento em 1922.
- 124 — Mesa do Conselho de Estado nos dois Reinados. — 1823-1881, 1841-1889.
- 125 — Escrivania do Conselho de Estado do Brasil. 1º Reinado.
- 126 — Vaso de bronze do Paço da Boa Vista. 1º Reinado.
- 127 — Consólo estilo Império duma das salas do Paço de S. Cristovão. 1º Reinado.
- 128 — Consólo estilo Império duma das salas do Paço Imperial. 1º Reinado.
- 129 — Relógio, de bronze dourado do Paço Imperial. 1º Reinado.
- 130 — Cômoda de mogno com bronzes do Paço Imperial de S. Cristovão. 1º Reinado.
- 131-132 — Consólo de Léger que pertenceu á Imperatriz D. Leopoldina com as suas iniciais em bronze.
- 133-134 — Candelabro de bronze do Paço Imperial de S. Cristovão. Estilo Império. 1º Reinado.
- 135 — Retrato do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Epoca da Regência. Oleo de autor desconhecido.
- 136 — Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Lit. de Sisson — 1859. (Para esta lit, serviu de original o retrato acima; porém Lima e Silva já aí figura com as insígnias de marechal).
- 137 — Retrato de Francisco Manoel, autor do Hino Nacional. Oleo.
- 138 — Retrato de José Bonifácio. Oleo de Decio Villares.
- 139 — Retrato do Marquês de Caravelas. Membro do 1º Conselho de Estado e um dos regentes do Império em 7 de Abril de 1823 — Lit. de Sisson — 1859.
- 140 — Retrato do Senador Vergueiro, membro da Regência de 7 de Abril, para quem d. Pedro I apelou antes de abdicar. — Lit. de Sisson — 1859.
- 141 — Coronel Miguel de Frias Vasconcellos, o portador da declaração de D. Pedro I abdicando a corôa em 7 de Abril. — Lit. de Martinet.
- 142 — Retrato de Evaristo da Veiga, o chefe intelectual do movimento de 7 de Abril — Lit. de Sisson — 1859.
- 143 — Retrato da Marquês de Santos — Oleo de autor desconhecido. Posterior a 1842. (Original, reproduzido na obra de Alberto Rangel, "D. Pedro I e a Marquês de Santos". A fidalga aparece com a banda da Ordem de Santa Isabel, com que foi agraciada em 1827).
- 144 — Retrato do Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, chefe liberal paulista, presidente revolucionário da província em 1842 e segundo marido da Marquês de Santos. — Oleo de autor desconhecido e posterior a 1843.
- 145 — Viscondessa de Castro, D. Bonifacia Escolástica de Toledo Ribas, Mãe da Marquês de Santos. — Oleo de autor desconhecido.
- 146 — Retrato do Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar. — Lit. de Sisson, cópia do retrato a óleo existente no Museu — 1859.

- 147 — Ladrilhos do Palacete da Marquês de Santos em S. Cristovão. Oferta do arquiteto Morales de Los Rios Filho.
- 148 — Ladrilhos do palacete da Marquês de Santos em S. Cristovão. Oferta do arquiteto Morales de Los Rios Filho ao Muséu.
- 149 — Retrato de Raphael Tobias de Aguiar, filho do brigadeiro Tobias. Oleo de autor desconhecido.
- 150 — Retrato de D. Anna Cândida Tobias de Aguiar, esposa de Raphael Tobias de Aguiar (Fº). — Oleo de autor desconhecido.
- 151 — Retrato da Condessa de Iguassú, última filha de D. Pedro I e da Marquês de Santos. — Fot.
- 152 — Carta autógrafa de D. Pedro I á Marquês de Santos — 25 de Agosto de 1825. Pbl. por Alb. Rangel, ob. cit. Comemora a assinatura do tratado de reconhecimento da Independência por D. João VI e o terceiro aniversário do primeiro encontro de D. Pedro I com D. Domitila de Castro.
- 153 — Capacete de couro e metal da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I (2º Modêlo). Pertenceu ao Capitão Manoel Antonio Pacheco, depois Barão de Sabará. Oferta do Dr. Guilherme Guinle.
- 154 — Capacete de couro e metal da Imperial Guarda de Honra — 1822 (2º Modêlo).
- 155 — Dragonas do Barão de Sabará, Capitão da Guarda de Honra de D. Pedro I.
- 156 — Dragonas de Coronel. Epoca da Independência.
- 157 — Charlateiras de oficial — 1º Reinado.
- 158 — Prendedor de espada para uniforme de cerimónia. 1º Reinado.
- 159 — Fivela de cinturão da Imperial Guarda de Honra.
- 160 — Emblema de caçadores a pé para barretina. 1º Reinado.
- 161 — Chave do esquite da Imperatriz Leopoldina. Presentemente esse caixão está no convento de Santo António.
- 162 — Passador de talim da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I.
- 163 — Tambor dos archeiros do Paço Imperial. 1º Reinado.
- 164 — Salre de cavalaria do Tenente General Joaquim Xavier Curado, Conde de S. João das Duas Barras, Conquistador da Cisplatina.
- 165 — Espada do Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar.
- 166 — Estandarte Imperial das trombetas dos archeiros do Paço Imperial. 1º Reinado.
- 167 — Espada de General com as insígnias da medalha da Independência da Baía.
- 168 — Clarim de prata dos archeiros do Paço — 1822 — Unico exemplar conhecido no Brasil.
- 169 — Capacete de bronze da Imperial Guarda de Honra — 1822.
- 170 — Capacete de bronze da Imperial Guarda de Honra — 1822. (1º Modêlo). Pertenceu ao Capitão Manoel António Pacheco.
- 171 — Emblema de cavalaria para barretina. 1º Reinado.
- 172 — Penacho de oficial de milícias. 1º Reinado.
- 173 — Espada de copos de bronze, tendo na lâmina a divisa: "Viva o Imperador", da Imperial Guarda de Honra. — 1822-1831.
- 174 — Espora da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I.
- 175 — Dragonas de Tenente Coronel. Epoca do Brasil Reino.
- 176 — Espada, com bainha, do Barão de Sabará quando capitão da Imperial Guarda de Honra. Oferta do Dr. Guilherme Guinle.
- 177 — Placa de talabarte de oficial da Imperial Guarda de Honra.
- 178 — Placa de talabarte de soldado da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I.
- 179 — Charlateiras de oficial. Epoca do Brasil Reino.
- 180 — Capacete de bronze da Imperial Guarda de Honra. Oferta do Sr. Adolfo Leonardo.
- 181 — Tambor dos archeiros do Paço Imperial. 1º Reinado.
- 182 — Espadim usado pelo Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, quando presidente revolucionário de S. Paulo — 1842.
- 183 — Espadim de camarista da cidade de Mariana. 1º Reinado.
- 184 — Espada de cerimónia, imitando gládio antigo, com as armas de Inglaterra na folha. Pertencia á Casa Imperial. 1º Reinado.
- 185 — Espada de oficial superior de infantaria. 1º Reinado. Na lâmina: "Pátria e constituição", "Imperador e Nação".
- 186 — Capuxana de chamalote da Galeota Imperial. 1º Reinado.
- 187 — Fardeta de serviço de oficial de Caçadores a Cavallo. Epoca de D. Pedro I.
- 188 — Fardão de oficial do Paço Imperial. 1º Reinado. Nos botões as iniciais de D. Pedro I.
- 189-200 — Peças de marfim (12). Unicas restantes, do jogo de xadrez de D. Pedro I.
- 201 — Caixa de xadão do taboleiro de xadrez de D. Pedro I. Com iniciais e escudo imperial.
- 202 — Taboleiro de laca negra e doirada, do jogo de xadrez de D. Pedro I.
- 203 — Caixa de xadão das peças do jogo de xadrez de D. Pedro I.

- 204 — Galão de libré dos lacaios do Paço Imperial. 1º Reinado. Oferta da Viscondessa de Cavalcanti.
- 205 — Espadim de oficial da Casa Imperial no 1º Reinado. Oferta do escultor Antônio Bibiano da Silva.
- 206 — Album com retratos de família da Casa Imperial.
- 207 — Album de retratos, guarnecido de prata, da Casa Imperial.
- 208 — Pasta in-oblongo, encadernada em couro doirado e estampada, que pertenceu à Imperatriz Leopoldina — 1822-1826.
- 209 — Chapéu armado de oficial superior. 1º Reinado.
- 210 — Chapéu armado de oficial general. 1º Reinado.
- 211 — Sabre de oficial de cavalaria. 1º Reinado. Na lâmina: "Imperador e Nação" — "Pátria e Constituição".
- 212 — Baioneta brasileira achada no campo da batalha do Passo do Rosário (Ituzaingo). Oferta do General Tasso Fragoso.
- 213 — Espadim de aspirante da Armada. 1º Reinado.
- 214 — Sabre de oficial de infantaria. 1º Reinado.
- 215 — Sabre de oficial dos regimentos estrangeiros. 1º Reinado.
- 216 — "A Estréla do Brasil" — Música de J. J. de Souza Negrão. Dedicada a D. Pedro, Príncipe da Beira, por intermédio do Conde dos Arcos. Baía. — 1816 — Manuscrito.
- 217 — Relógio da Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, no Império.
- 218 — Relógio da Sala das Sessões do Senado do Império.
- 219 — "Primeiros Sons do Hino da Independência". Quadro a óleo de Augusto Bracet — 1822 (O Príncipe D. Pedro, na noite de 7 de Setembro de 1822, numa casa de S. Paulo, toca ao cravo o hino que, nessa mesma noite, compôs, para ser cantado no teatro).
- 220 — Visconde de S. Leopoldo — Oleo de autor desconhecido. 1º Reinado.
- 221 — Visconde de S. Leopoldo — Oleo de autor desconhecido. 1º Reinado. (Com ligeiras variantes da tela acima).
- 222 — Sessão do Conselho de Ministros de 28 de Agosto de 1822. — Quadro a óleo de Georgina de Albuquerque. A Princesa D. Leopoldina ouve de José Bonifácio as ponderações que lhe fizeram expedir pelo correio Paulo Bregaro, a sua famosa carta a D. Pedro, recebida por S. A. às 4 e meia da tarde de 7 de Setembro, às margens do Ipiranga.
- 223 — "Aurora Fluminense" — Coleção de 1831. Expositor: Biblioteca Nacional.
- 224 — "Astréa" — Coleção de 1831. Expos. Biblioteca Nacional.
- 225 — Pedra da Casa em que residiu José Bonifácio, o "Patriarca", em Paquetá.
- 226 — Medalha-estojo — Contendo a Constituição do Império, em discos de papel. (De A. Fanguet — 1824. Não descripta por Meili, Visconde de Cavalcanti, etc.).
- 227 — Argolão com Crisolitas. Joia de uso no 1º Reinado.
- 228 — Distintivo das senhoras brasileiras por ocasião da Independência do Brasil.
- 229-230 — Botões de punho do Marquês de Baeependi. (Cruzados de 1819).
- 231 — Flâmula da Galcota Imperial de D. Pedro I — 1822.
- 232 — Caixa contendo cabelos de D. Pedro I, oferecida ao Duque de Saldanha pela Imperatriz viúva. Adquirida, posteriormente, em leilão, pelo Barão de Penêdo.
- 233-235 — Chapas de ouro para pulseira com os bustos de D. Pedro I e D. Leopoldina e as armas imperiais.
- 236 — Leque de xarão e papel pintado comemorativo da Independência do Brasil.
- 237 — Relógio antigo com crisolitas e esmalte. 1º Reinado.
- 238 — Caixa de tartaruga para rapé, com retrato em miniatura da Imperatriz Leopoldina. 1º Reinado.
- 239 — Distintivo usado pelos revolucionários da Confederação do Equador, em 1824.
- 240 — Berloque-sinete de D. Pedro I.
- 241-242 — Botões de ouro com a effigie de D. Pedro I. Doação do Cons. Ant. Pedro de Andrade.
- 243 — Distintivo de metal usado pelos patriotas em 1822. Angulo de metal com o lema "Independência ou Morrer".
- 244 — Murça do Manto Imperial (Papo de tucano) usado por D. Pedro I na sua coroação e, em igual cerimónia, 19 anos depois, por D. Pedro II. (Tobias Monteiro, Hist. do Império, not. á pag. 552).
- 245 — "O Repúblico" — Coleção de 1831. Expos. Biblioteca Nacional.
- 245 A — Rodízio de prôa dum dos barcos da esquadilha de João das Botas. Janeiro-Junho de 1823. Guerra da Independência na Baía..
- 246 — Falconete de ferro da esquadilha de barcos de Itaparica, que se opôs á armada portuguesa nas aguas da Baía. Janeiro-Junho de 1823. Depois serviu de símbolo ás procissões cívicas de 2 de Julho, na Baía. Oferta do Muséu da Baía.
- 247 — Medalhão em gesso do Almirante Cunha Moreira, Visconde de Cabo Frio,

- 248 — Medalhão em gesso do Almirante Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata.
- 249 — O Paço de S. Cristovão e suas transformações em 1808-1889 — Lit. e fot.
- 250 — O Paço de S. Cristovão. 1º Reinado — Lit.
- 251 — Frei Pedro de Arrabida, mestre de D. Pedro — Lit. de Sisson — 1859.
- 252 — Arcebispo D. Romualdo de Seixas, Marquês de Santa Cruz — Lit. de Sisson — 1859.
- 253 — Retrato do Marquês de Barbacena — Lit. de Sisson — 1859.
- 254 — Retrato do Marquês de Valença — Lit. de Sisson — 1859.
- 255 — Fotografias do túmulo do Marquês de Barbacena, no cemitério de S. João Batista, Rio. Oferta do Dr. J. da Costa Ribeiro.
- 256 — Retrato de Hipólito da Costa, redator-proprietário do "Correio Brasileiro", "O Jornalista da Independência" — Lit.
- 257 — Retrato do jornalista Libero Badaró, assassinado em S. Paulo em 1830 — Grav.
- 258 — Retrato de José da Silva Lisboa, Visconde Cairú — Lit. de Sisson — 1859.
- 259 — Número 330 do "Farol Paulistano", de 15 de Abril de 1830.
- 260 — Número 11 do "Semanário Mercantil" de 13 de Agosto de 1823, Rio de Janeiro.
- 261 — Número 3 do "Diário do Rio de Janeiro", de 5 de Fevereiro de 1822.
- 262 — Número 40, de 5 de Março de 1825, do "Diário do Governo de Pernambuco".
- 263 — Offício dirigido pelo governo de Minas ao de S. Paulo, datado de 9 de Janeiro de 1822.
- 264 — Número 11 do "Diário do Congresso Geral da Província de Minas Gerais" — 1828.
- 265 — Retrato do Almirante Rodrigo de Lamare — Lit.
- 266 — Retrato do Almirante John Taylor, herói da Independência — Cópia fot.
- 267 — Retrato do chefe de divisão David Jewett, herói da Independência — Grav.
- 268 — Retrato do Almirante Parker, herói da Independência — Fot.
- 269 — Retrato do Marquês de Abrantes — Lit. de Sisson — 1859.
- 270 — Retrato do Des. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, Visconde de Monserrate — Lit. de Sisson — 1859.
- 271 — Sala de Sessões da Câmara dos Deputados no 1º Reinado (1826-1831). Edifício da Cadeia Velha — Lit. Oferta do Dr. Tobias Monteiro.
- 272 — Edifício do Senado (Palácio do Conde dos Arcos). 1º Reinado — Lit. Oferta do Dr. Tobias Monteiro.
- 273 — Retrato do Cônego Januário da Cunha Barbosa — Lit. de Sisson — 1859.
- 274 — Retrato de José Clemente Pereira — Lit. de Sisson — 1859.
- 275 — Retrato do pintor João Baptista Debret — Lit.
- 276 — Retrato do Coronel Simplicio Dias da Silva, principal fator da Independência do Piauí — Cópia de lit. Oferta do Dr. Aurélio de Brito.
- 277 — Retrato de Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda — Lit. de Sisson — 1859.
- 278 — Padre José Martiniano de Alencar — Lit. de Sisson — 1859.
- 279 — Marquês de Maricá — Lit. de Sisson — 1859.
- 280 — António Paulino Limpo de Abreu — Lit. de Sisson — 1859.
- 281 — O Capitão Mór de Itú, Vicente da Costa Taques de Góes e Aranha — Aquarela do tempo.
- 282 — Retratos de José Bonifácio, General Labatut e Visconde de Goyana — Lit., 1º Reinado.
- 283 — Visconde de Albuquerque — Lit.
- 284 — D. Pedro, Duque de Bragança (1831-1834) — Lit.
- 285 — Alegoria da Independência do Brasil — Cópia. Autor: Décio Vilares.
- 286 — Imperatriz Leopoldina — Lit.
- 287 — Funerais da Imperatriz Leopoldina — 1826 — Lit. da época.
- 288-289 — Portões de ferro da Quinta Imperial da Boa Vista, com as iniciais de D. Pedro I.
- 290-291 — Portas estucadas, com as iniciais de D. Pedro I e o capacete da Guarda de Honra, da Quinta da Boa Vista.
- 292 — Escudo e corôa de bronze dourado do Império do Brasil.
- 293 — Aquarela alusiva ao restabelecimento de D. Pedro I. Julho de 1823. Autor: Henrique José da Silva — 1823. Expos. Fr. Marques dos Santos.
- 294 — Leque, com o retrato de D. Pedro I e varretas de bronze "cloisonnée", comemorativo da organização política do Império — 1824 — Atribuído a Romano. — Expos. Fr. Marques dos Santos.
- 295 — Miniatura de D. Pedro I. Procedência: Paço Imperial de S. Cristovão. Expos. Fr. Marques dos Santos.
- 296 — Exemplar da primeira "História do Movimento de 7 de Abril de 1831" (De Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto). Expos. Fr. Marques dos Santos.
- 297 — Apólice da dívida pública do Império — 1830 — Expos. Fr. Marques dos Santos.
- 298 — D. Pedro I em 1831, em traje civil — Crayon de Boulanger (Cópia fot.).

- 299 — Paço de Queluz, onde nasceu e morreu D. Pedro I (Cópia fotogr.).
 300 — Paço de Queluz — Fot. de lit. de Lopes.
 301 — Funerais de D. Pedro I — A Igreja de S. Vicente de Fóra. — Fot. de lit. da época.
 302 — Imperatriz Amélia — Cópia fot. de lit. Atribuida a Boulanger.
 303 — Sinete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I. Expos. Fr. Marques dos Santos.
 304 — D. Pedro I no seu leito de morte, 24 de Setembro de 1834 — Lit. da época.
 305 — D. Leopoldina, Imperatriz do Brasil — Lit. de 1819.
 306-311 — Autógrafos de D. Pedro I e de personagens do 1º Reinado.
 312-315 — Autógrafos de personagens da Côrte Imperial no 1º Reinado.

SECÇÃO DE NUMISMATICA

- 4 Exemplares da medalha militar da Restauração da Baía — 1823.
 4 Exemplares da medalha militar da Pacificação de Pernambuco — 1824.

CONDECORAÇÕES

ORDEM DO CRUZEIRO (Creada a 1º de Dezembro de 1822):

- 1 Grã Cruz
 2 Dignatário
 3 Oficial
 2 Cavaleiro

ORDEM DE D. PEDRO PRIMEIRO (Creada em 16 de Abril de 1826):

- 1 Grã Cruz (privativa da Casa Imperial)
 2 Comendador
 1 Cavaleiro.

ORDEM DA ROSA (Creada em 17 de Outubro de 1829):

- 1 Grã Cruz Honorária.
 1 Grande Dignatário.
 1 Dignatário
 3 Comendador.
 2 Oficial
 2 Cavaleiro.

MOEDAS

Moedagem da Casa do Rio — 1831 letra m. R.:

- 46 peças de 80 réis
 22 peças de 40 réis.

Casa da Baía — 1831 letra m. B:

- 1 peça de 80 réis.

Casa de Goiás — 1831 — letra m. G:

- 2 peças de 80 réis.

D. Pedro II: Casa do Rio — 1831 — letra m. R:

- 21 peças de 80 réis.

Casa de S. Paulo — 1831 — letra m. R:

- 38 peças de 80 réis.
 1 peça de 40 réis.



A MESA DA CONSTITUINTE

LAURYSTON GUERRA

Professor do Museu Histórico Nacional

Possui o M.H.N., dentre as peças de grande valor de seu acervo, a mesa que serviu aos trabalhos de nossa 1ª e efêmera Assembléia Constituinte.

Em 1823, no obsoleto edifício da Cadeia Velha, em cujas masmorras expiou o crime de querer a liberdade para sua Pátria o nosso Tiradentes — instalou-se a Assembléia, já às vésperas de sua premeditada dissolução. Uma restituição no tempo nos reconduz ao turbulento espaço de seu plenário, que tinha a presidi-lo o objeto de nosso estudo.

Que significado tem um móvel velho, uma mesa, coberta de feltro verde? A arte que apresenta em nada dignifica o espírito de seu criador. A importância da peça, porém, é válida historicamente, na medida em que recebeu as primeiras sementes do Estado Constitucional Brasileiro. Convém ainda acrescentar que, tanto a mesa como as cadeiras que a completavam, pertencem à Coleção do Museu desde 1924, como se verifica da leitura de seu Catálogo, editado naquele ano. Segundo ele, os referidos objetos compunham a Sala da Constituinte.

Também no Catálogo publicado por ocasião da Exposição comemorativa do centenário da Abdicação de D. Pedro I, há menção de sua existência sob o número 18.

Em nada importa que não tenha visto a promulgação da Constituição. Aquilo a que assistiu, enquanto sobreviveu a Constituinte, vale a pena recordar.

As perspectivas constitucionais brasileiras residem nos primeiros movimentos ocorridos no Rio de Janeiro, em favor das bases, e depois do juramento prestado por D. Pedro à Constituição que fora elaborada pelas Cortes.

A permanência do Príncipe no Rio de Janeiro logo começou a ser contestada em Portugal, à medida que consideravam as Cortes ser ela perigosa à unidade do Reino Unido, cientes da força que a corrente da independência ia ganhando no Brasil, e que certamente envolveria D. Pedro. O episódio do Fico e a escolha de novos ministros, chefiados por José Bonifácio, desvaneceram as dúvidas remanescentes quanto à diretriz brasileira.

As efervescentes idéias liberais, capitalizadas pela maçonaria, são praticamente encampadas por D. Pedro nos acontecimentos de fevereiro e junho de 1821.

Em carta a José Bonifácio, quando viajava a Minas, diz que uma Constituição é o "único açude que possa conter uma torrente tão forte". O mesmo considera um cartão a D. João VI: "Sem Cortes o Brasil não será feliz".

Nessas circunstâncias, praticamente estimulou e mobilizou os liberais no exigirem uma Constituinte. Revelava-se, assim, favorável ao pacto constitucional.

Em 3 de junho de 1822, quando da reunião do Conselho de Procuradores, e apesar da resistência de José Bonifácio, que temia as Assembléias, uma representação redigida por Ledo e Januário Barbosa, pedindo a convocação de uma assembléia geral das províncias, visando a elaborar uma constituição, foi aprovada.

JURAMENTO PRÉVIO

Em sessão do "Grande Oriente", os inimigos de Bonifácio, temerosos de que D. Pedro, ouvindo o seu ministro, assumisse direitos que não os constitucionais, propugnaram pela necessidade do Juramento Prévio, a exemplo do que ocorrera com D. João VI em relação às bases da Constituição Portuguesa. Ficaria assim o Monarca, se se aceitasse adstrito que a Maçonaria e a Assembléia decidissem.

D. Pedro achou que, se era para o bem do Brasil e das províncias, e para o sossego do povo, pronto estava para jurar quantas vezes fosse necessário. Assim, implicitamente, o Imperador concordava em aceitar a obra que a Assembléia viesse a realizar.

As idéias políticas, mal assentadas no espírito de D. Pedro, mudavam conforme os acontecimentos, o que prova que o jovem príncipe deixava-se influenciar com rara facilidade.

A Constituinte brasileira nascera com vício congênito. O decreto de sua convocação denominara-a também "legislativa"; ela entendeu desde logo que não só se devia ocupar em fazer a Constituição, mas também de elaborar leis ordinárias. Estas tive-

ram preferência e tomaram o tempo das sessões, antes da apresentação do projeto constitucional.

A Assembléia reunia o que de mais expressivo existia no Brasil naquela quadra, e em sua grande maioria de tendência liberal.

A fala de D. Pedro, quando da abertura dos trabalhos, continha um trecho demonstrativo do seu pouco tato político: "Como Imperador constitucional e mui especialmente como Defensor Perpétuo deste Império, disse ao povo no dia 1º de dezembro do ano passado em que fui coroado e sagrado, que com a minha espada defenderia a Pátria, a nação e a Constituição, se fosse digna do Brasil e de mim"...

... "uma Constituição em que os 3 poderes sejam bem divididos ... uma Constituição que, pondo barreiras inacessíveis ao despotismo quer real quer aristocrata, quer democrático, afugente a anarquia e plante a árvore daquela liberdade a cuja sombra deve causar a união, tranquilidade e independência deste Império, que será o assombro do mundo servo e velho".

E concluía — "Espero que a Constituição que façais mereça a minha Imperial aceitação"...

Embora proclamasse sempre seu liberalismo, e fosse adepto das idéias constitucionais. D. Pedro não desprezava o poder pessoal, em que fora educado, e resistia, com impaciência declarada, aos obstáculos das leis.

Alguns constituintes protestaram contra a ambigüidade inserida na fala de D. Pedro. Bonifácio procurou justificá-la, defendendo as intenções imperiais, Antonio Carlos não ficou atrás, quando exclamou: "Ninguém está obrigado a defender o que julga indigno de si".

A Fala Imperial deixava também no ar o desejo de D. Pedro de intervir, através de conselhos e opiniões, nos trabalhos da Assembléia.

O projeto, em sua essência, postulava a primasia esmagadora do poder imperial e o direito de veto absoluto. Este princípio, defendido pelos Andradas, passou a ser combatido logo que se viram apeados do poder. Antonio Carlos já nas sessões do Apostolado, defendia a tese do veto absoluto, como alerta o Barão de Pirapama Cavalcanto de Lacerda, deputado à Constituinte por Pernambuco.

O projeto do Governo, preparado no Apostolado, e apresentado por Martim Francisco, teve a defendê-lo o gênio de Antonio Carlos.

O trecho ambíguo da fala Imperial prestou-se a dois expedientes da oposição: primeiro, combater José Bonifácio; segundo, derrubar a pretensão de D. Pedro quanto ao veto absoluto.

Até a leitura do projeto da Constituição, o que foi feito em 1º de setembro. A constituinte apresentou apenas desates estéreis, nos quais, a rigor, revelava-se apenas a posição de independência daquele órgão em face do Imperador, que se mostrava muito sensível a qualquer minimização de sua autoridade.

Quanto às leis elaboradas pela Assembléia, D. Pedro negava-se a sancioná-las e cumpri-las pois, não havendo Constituição, de fato havia carência de autoridade imperial para fazer cumprir e sancionar as leis votadas pela Assembléia.

Depois do pronunciamento das tropas no Rio Grande do Sul, favorável à fala do Imperador, este ficava mais ciente de sua posição e vociferava em S. Cristovão contra a Assembléia, enquanto esta timbrava em manter-se cônica de sua soberania.

A idéia da dissolução surgiu com o nascer da Assembléia. O exemplo do que sucedera ao pai em Portugal, levou D. Pedro a insinuar, a vários deputados, que contava com o povo e a tropa. Antonio Carlos, quando ainda nas boas graças do Governo, transmitiu também este aviso ameaçador (captado por Feijó, constituinte, e difundido entre os colegas como ouvido de um dos Andradas) aos exaltados que formavam uma corrente no seio da Assembléia. "Se a Assembléia não fizer o que deseja o Imperador ele a dissolverá. Se a nova não der uma Constituição digna dele, ele a tornará a dissolver e dará ao Brasil uma Constituição".

A Assembléia, porém, não temeu, continuou seu trabalho, defendendo suas prerrogativas, após a saída dos Andradas para o Ministério.

A imprensa teria todas as soluções contra os novos ministros, removendo o passado nada claro de cada um, além de combater suas medidas nas respectivas pastas.

Um comentário incerto, na "Sentinela da Praia Grande", fora a causa da crise aberta pela Constituinte, donde resultou o golpe de Estado que a dissolveu. Tratava-se da incorporação de portugueses, oficiais e soldados, ao exército brasileiro, e da indicação deles como elementos contrários a nossa independência. O Imperador, por sua vez, procurava diminuir o campo de atrito entre nativos e adotivos. O "Tamoio", por sua vez, apoiava a tese da "Sentinela", dizendo dos males já causados à independência pelos portugueses radicados no Brasil.

A crise chegou ao climax quando na Assembléia repercutiu o espancamento do farmacêutico Pamplona. A plebe ocorreu em massa à galerias, a ponto de Alencar (José Martiniano) ter requerido que pudesse ser admitida por detrás das bancadas.

Silva Lisboa contestou, dizendo ser tal admissão contrária ao regimento, ao que Antonio Carlos bradou: "Admira-me haver tanto medo do povo e tão pouco da tropa".

Na mesma tarde grande número de oficiais portugueses foi recebido por D. Pedro, para solicitar ao Imperador que contivesse os ataques de que eram alvo na Assembléia e na imprensa. Eram injustos, diziam, pois estavam prontos a servir à causa brasileira. D. Pedro prometeu atendê-los.

Pela madrugada, o Imperador concentrou tropas em S. Cristóvão.

Temerosa, a Assembléia, por proposta de Antônio Carlos, declarou-se em sessão permanente, e solicitou informações ao Governo.

A resposta deste foi o decreto de dissolução levado à Assembléia pela tropa, que executou a prisão dos Andradas e de seus amigos.

Não houve a menor reação do Presidente, José Severiano Maciel da Costa, ligado a Domitila, e que assim demonstrou estar em conivência com o Imperador: ao receber o decreto de dissolução, declarou, apenas, estar levantada a sessão, saindo em seguida porta fora.

Interessante é a opinião do representante inglês Chamberlain: "Se os Andradas permanecessem no Ministério, é provável que a luta entre o soberano e os representantes da Nação acabasse na dissolução da Assembléia e Promulgação de uma Carta".

A medida despótica de D. Pedro I em nada surpreendeu a "Constituinte".

O liberalismo não cedia definitivamente ante a espada imperial; em 1831 responderia a D. Pedro I.

Da Constituinte, porém, restava, no espaço vazio de seu plenário, onde, antes, a luta pela sobrevivência inflamava o recinto, a Mesa solitária tumultuada com os papéis, que eram os projetos e os rascunhos do que viria a ser sua primeira obra.

A HISTÓRIA QUE OS PINTORES CONTARAM...

GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES

Chefe da Seção de Pesquisas do Museu da República

Não é nossa intenção discorrer acerca da imensa iconografia de D. Pedro I, mas examinar, no precioso acervo do Museu Histórico Nacional, duas telas que fixaram, de forma expressiva, dois significativos momentos da história da Independência.

A pintura histórica ou de História desapareceu quase que por completo, na época atual. O artista de hoje quer ter inteiramente livre sua inspiração ou seu ímpeto criador.

Alguns de nossos artistas do passado, entretanto, cultivaram com bastante felicidade o difícil gênero. Portinari, em nossos dias, também o fez com grande êxito.

O gosto pela pintura histórica nos foi inculcado pela Missão Artística Francesa de 1816, germinando e crescendo dentro da Imperial Academia de Belas Artes. Chegou mesmo a culminâncias com a geração de Pedro Américo e Vitor Meireles.

Na geração imediata, surgiram outros bons cultores do gênero, tais como: Antônio Parreiras, Benedito Calixto, Oscar Pereira da Silva, Décio Vilares, Henrique Bernardelli, Aurélio de Figueiredo, etc.

O ano de 1922, ano do Centenário da Independência, serviria de poderosa motivação aos artistas para novas incursões no terreno da História.

Assim procederam Augusto Bracet e Georgina de Albuquerque, os pintores das telas acima mencionadas.

É interessante observar que, em fevereiro desse mesmo ano de 22, em São Paulo, um grupo de intelectuais e artistas agitados e insatisfeitos iria traçar novos rumos para a arte no Brasil.

Os quadros de Georgina e Bracet constam do Catálogo de 1924, do Museu Histórico Nacional, com as seguintes designações:

- N.º 232 — "Primeiros sons do Hymno da Independencia". Quadro a óleo de Augusto Bracet.
Procedência: adquirido pelo Governo Federal para o Museu Histórico, por ocasião da comemoração do Centenário.
- N.º 233 — "Sessão do Conselho de Estado que decidiu a Independencia do Brasil". Quadro a óleo de Georgina de Albuquerque.
Procedência: adquirido pelo Governo Federal para o Museu Histórico Nacional, por ocasião da comemoração do Centenário.

As telas aparecem, às vezes, com outras denominações, tais como: "Primeiros acordes do Hino da Independência". — "Sessão do Conselho do dia 2 de setembro de 1822, que decidiu a Independência do Brasil".

NO CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO COMMEMORATIVA
DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Da Exposição de Arte Contemporânea
Da Exposição de Arte Retrospectiva.

Pintura
Escultura
Architettura
Gravura

Inauguradas em 12 de Novembro de 1922 no Edifício da Escola Nacional de Bellas Artes — Rio de Janeiro.

FIGURAM OS ÓLEOS COM O SEGUINTE ENUNCIADO:

25 — "*Primeiros sons do Hymno da Independencia*" —

"Chegando a palacio fez immediatamente o Principe, em papel, um molde da legenda — Independencia ou Morte — a qual, sendo levada por mim ao ourives Lessa, á Rua Boa Vista, serviu para que ás 6 horas dessa mesma tarde estivessem promptas as duas legendas com que o principe e eu nos apresentamos no Theatro. Neste interim compoz Sua Alteza o hymno da Independencia que na mesma noite deveria ser, como foi, executado no Theatro".

(‘Memoria’ de Francisco de Canto e Mello, à pág. 333 do tomo 41 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.)

Augusto Bracet — Nacionalidade Brasileira. Capital Federal. Discípulo de Baptista da Costa e de Rodolfo Amoêdo. Medalha

de prata em 1918, e pequena medalha de ouro em 1920. Residência: Rua Junquilhos nº 9.

104 — “Sessão do Conselho de Estado que decidiu a Independência”.

“Convocou-se o Conselho de Estado para o dia 1.º de Setembro (ou 2), às 10 horas da manhã. Já estavam todos os ministros presentes no Paço. Fez José Bonifácio a exposição verbal do estado em que se achavam os negócios publicos, e concluiu dizendo que não era mais possível permanecer naquella dubiedade e indecisão, e que para salvar o Brasil cumpria que se proclamasse immediatamente a sua separação de Portugal. Propoz então que se escrevesse a D. Pedro que sem perda de tempo puzesse termo alli mesmo em São Paulo a uma situação tão dolorosa para os brasileiros. Todos os ministros applaudiram o alvitre, e com elles emulou no enthusiasmo a Princesa Real”.

(Rocha Pombo, *História do Brasil*, vol. VIII, pág. 743.)

Georgina de Albuquerque — Nacionalidade brasileira, Estado de São Paulo. Discípula da Escola Nacional de Bellas Artes e da École des Beaux — Arts de Paris. Menção honrosa de 1º grau em 1909, pequena medalha de prata em 1912, grande



“Sessão do Conselho de Estado que Decidiu a Independência”
(Óleo de Georgina de Albuquerque — 1922.)

medalha de prata em 1916 e pequena medalha de ouro em 1919. Residência: Rua Vera Cruz nº 334 (Icarahy — Nictheroy).

Em ambos os catálogos, o quadro de Augusto Bracet precede o de Georgina de Albuquerque, embora o dela retrate um acontecimento anterior. É óbvio que isto se deve à data da entrega do trabalho: Bracet apresentou o seu primeiro.

No nosso comentário, vamos obedecer a uma rigorosa cronologia.

“SESSÃO DO CONSELHO DE ESTADO QUE DECIDIU A INDEPENDÊNCIA”

A tela de Georgina mede 2,60m x 2,07m.

É um belo óleo, quanto ao desenho e à luminosidade. O fundo, muito “manchado”, com muita diluição ou dispersão nos motivos, prejudica um tanto a visão de conjunto principal.

Impressionista, não obstante dotada de um vigoroso desenho, a pintora foi muito feliz na representação das figuras. Incorreu, apenas, numa falha grave quanto à indumentária. Os ministros, os secretários de Estado, os oficiais e criados maiores e menores usavam casaca vermelha e não verde. Só pelo Decreto de 20 de setembro de 1822 foi determinada a cor verde escuro para todos os uniformes da Casa Imperial.

Diante das qualidades plásticas da obra, esse anacronismo não importa. Os tons baixos das casacas contrastam muito bem com as tonalidades do fundo da tela e o vestido da princesa.

D. Leopoldina está sentada, em primeiro plano, numa das extremidades da mesa, segurando os papéis, na mão esquerda.

Talvez por ser mulher, Georgina foi extremamente generosa com a princesa. É a única ocasião em que a digna e santa criatura aparece bela, bem vestida e adornada de jóias, com o fitão das condecorações que devia possuir.

O róseo vestido torna-a bem diferente daquela “vraie gitana” das descrições de Arago.

Na outra extremidade da mesa, de pé, o braço estendido, argumenta José Bonifácio. Sentado, próximo da princesa real, o mais inteligente e maior estadista dos irmãos Andrada, Martim Francisco.

Ao lado de José Bonifácio, com as mãos apoiadas na mesa, Gonçalves Ledo.

Atrás de Martim Francisco, José Clemente Pereira. Depois de José Bonifácio, seguem-se: Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manoel Antônio Farinha, Conselheiro Obes e Luiz Pereira da Nóbrega.

O Conselho de Estado, instituído pelo Decreto de 16 de fevereiro de 1822, foi solenemente instalado em 2 de junho do mesmo ano. Compunha-se dos procuradores gerais das províncias e dos Ministros da Coroa, presidido pelo próprio Príncipe Regente, logo depois convertido em Imperador.

As atas das reuniões do Conselho abrangem o período de junho de 1822 a abril de 1823. Nelas estão refletidas as grandes personalidades e os acontecimentos da época, principalmente, D. Pedro, D. Leopoldina, Gonçalves Ledo, Estêvão de Resende, José Bonifácio e o Conselheiro Obes, o procurador da Cisplatina.

Transcrevemos, aqui, a ata da Sessão nº 13, de 2 de setembro de 1822, que decidiu a Independência do Brasil.

ATA DA SESSÃO N. 13 — A 2 DE SETEMBRO DE 1822.

"Reunidos os Conselheiros, e presidida a Sessão por S.A.R. a Serenissima Senhora Princeza Real, leo-se a Acta da Sessão antecedente, que foi aprovada. O Conselheiro Obes leo hum discurso, analogo as últimas noticias recebidas de Portugal, pelas quais não só constava do projecto de enviar novas tropas ao Brasil como dos insultos dirigidos ao Nosso Augusto Deffensor terminava este discurso: dizendo 'q. se não perdesse tempo: q'as cortes tinham tirado a mascara exigindo de S.A.R. hũa obediencia a mais humiliante, e do Brasil hua humiliação como nunca se exigira dos nossos Maiores'.

"Resolveo o Conselho que se procedesse immediatamente a húm embargo dos fundos da Companhia dos Vinhos do Douro a titulo de represalia.

"Que se tomassem todas as medidas necessarias de segurança e defeza: Que cada um dos Conselheiros apresentasse os seus planos na proxima Sessão; e q. os Conselheiros Militares de accordo com os Ministros da Guerra e Marinha fizessem o seo projeto de campanha. Levantou-se a Sessão, nada havendo mais que tratar. Rio de Janeiro 2 de setembro de 1822.

JOAQUIM GLZ. LEDO
Secretario

A ata da Sessão do Conselho de 2 de setembro diverge, fundamentalmente, da descrição de Rocha Pombo, por nós já transcrita. Não ficou deliberado, nesta reunião, escrever ou enviar mensagens ao Príncipe Regente. Outras foram as decisões tomadas. Aliás, tendo em conta que os correios levavam oito dias no percurso Rio-São Paulo, é evidente que Paulo Bregaro jamais alcançaria D. Pedro a 7 de setembro, saindo na tarde do dia 2 ou na manhã de 3.

A remessa dos atos da Corte e da correspondência de D. Leopoldina, José Bonifácio e outros para D. Pedro decidiu-se em conselho de 28 de agosto. (Vid. Meneses de Drummond, *Anais da Biblioteca Nacional*, XIII — pág. 40.)

Da correspondência, Tobias Monteiro é quem fornece melhores informações. (*A Elaboração da Independência* — pág. 544.)

Não existe, entretanto, ata da Sessão do Conselho de 28 de agosto, e, sim, da de 2 de setembro. (Publ. do Arquivo Nacional, XVIII — pág. 33.)

Segundo Drummond, a reunião de 28 teve caráter secreto, não constando em ata. (Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. V, 1959.)

Em tudo isso, cumpre ressaltar a perfeita identificação da Princesa Leopoldina com a causa da Independência. O Museu Paulista recebeu grande parte do arquivo de José Bonifácio, doação do Dr. Paulo de Souza Queirós. Do precioso acervo constam 11 cartas e vários bilhetes da Princesa ao Patriarca, todos tratando do importante problema da nossa libertação. (Taunay, *Anais do Museu Paulista*, III — págs. 12 e 15.)

Razão teve, pois, Max Fleiuss, ao chamá-la “A Paladina da Independência”. (M. Fleiuss, *Páginas da História* — págs. 205 e seguintes.)

Finalmente, concluímos que Georgina retratou, mesmo, a Sessão de 28 de agosto, a que de fato decidiu a Independência do Brasil.

“PRIMEIROS SONS DO HINO DA INDEPENDÊNCIA”

Óleo de Augusto Bracet.

Do Catálogo da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência (Escola de Belas Artes) transcrevemos um trecho do relatório ou memória de Francisco de Castro Canto e Mello. Achamos útil continuar mais um pouco a transcrição.

“Logo que o Príncipe chegou ao Camarim, e foram por mim corridas as cortinas, bradaram, ao mesmo tempo, o Alferes Thomaz de Aquino e Castro e o Padre Ildefonso Xavier Ferreira: — Independência ou Morte! — Viva a Independência do Brasil! — o que foi repetido por todo o povo, com entusiasticos e prolongados vivas

“Fez-se, afinal, ouvir o hymno, no qual tomaram parte o Príncipe, D. Maria Alvim, D. Rita e outras senhoras”.

O depoimento das outras testemunhas do “Grito do Ipiranga”, tais como: Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, coronel Marcondes e Paulo Antonio do Valle, não ventila esta poderosa questão do hino. Apenas o alferes Canto e Mello dela tratou.

Do relatório do Coronel Marcondes, é interessante mencionar que “o Príncipe vestia uma fardeta de Polícia e cavalgava uma besta baia gateada”.



"Primeiros Sons do Hino da Independência" (Óleo de Augusto Bracet — 1922)

Esta mesma fardeta ou "jaqueta de polícia", peça curta, D. Pedro a ostenta na tela de Bracet. O pintor colocou dragonas na fardeta, que devia ter, nos ombros, presilhas de canotão dobrado.

O quadro de Bracet mede 2,50m x 1,90m.

Apresenta um desenho magnífico, colorido sóbrio e muito boa luminosidade.

D. Pedro, ao piano, faz ouvir os acordes vibrantes do seu hino. É interessante assinalar que as figuras a sua volta lembram os membros da família da futura marquesa de Santos. A velha senhora sentada, no primeiro plano à direita, é em tudo semelhante à Viscondessa de Castro. Por trás dela o filho, o gentilhomen Francisco de Castro Canto e Mello, ajudante de ordens de D. Pedro, autor da memória acima mencionada. À esquerda, num belo vestido branco, com barra florida, a própria D. Domitila. Os tons altos da sua indumentária iluminam a tela. Ao fundo, sentado e atento, um personagem que lembra o pai da marquesa e tem também algo de José Bonifácio. O Patriarca, como sabemos, estava no Rio, na ocasião. Belas figuras femininas completam a cena. Mobiliário império, estátua de mármore, unidade no ambiente, o que não há na tela de Georgina, onde os móveis têm estilos diversos.

A coisa mais curiosa é que o autor negou, terminantemente, ter-se inspirado na família de D. Domitila. Em conversa, anos atrás, com a Sra. Otávia Oliveira, atual vice-diretora do Museu Histórico Nacional, disse Bracet jamais ter pensado retratar a futura marquesa e seus parentes, não passando tudo de mera coincidência.

Guilherme de Mello (*A Música no Brasil*) narra, assim, o episódio do hino:

"No mesmo ano em que D. Pedro compôs e ofereceu aos seus patrícios o 'Hino Imperial da Constituição Portuguesa', compôs e ofereceu-nos também o nosso Hino da Independência, que fôra cantado na mesma noite do dia 7 de setembro pelas senhoritas Maria Egípcíaca Alvim, D. Rita, D. Joaquina Luz; e por êle próprio D. Pedro, que juntamente com muitas outras senhoras fizera parte do côro."

Realizou-se essa execução no espetáculo de gala que a Companhia Zácheli celebrara em São Paulo, em honra ao brado da Independência, sendo levado em cena o drama 'Convidado de Pedra'.

Pedro Calmon (*O Rei Cavaleiro*) narra, assim, com seu estilo inconfundível:

"O Príncipe precipitara-se para o palácio dos capitães generais, onde se hospedava, atirara-se para uma mesa, cheia de papeis, e de um fôlego, como quem garatuja um bilhete, escrevera a sua música. Fez um hino, vigoroso e alegre como os seus ruídos marciais, em que se fundiam choques de espadas, fanfarras, revoadas de azas, écos de cavalgatas, com um sopro de epopéa a perpassar sobre penáchos de dragões, estandartes desfraldados."

"Rabiscada a pauta, fâmulos levaram-na, esbaforidos, a um mestre, para imediatamente a orquestrar e distribuir. Foi um furor de ensaios, de gritos, de plangências de arcos nas cordas cavas das rebecas, de suspiros de órgãos pedalados energeticamente pelo músico a pôr em fôrma o hino de sua alteza — e às 9 horas da noite S. Paulo em peso estremecia, ao ouvir-lhe os acôrdes épicos no teatro. Às 5 e meia da tarde D. Pedro entrara na cidade; três horas e meia depois estarrecia aquela gente, brava gente, com a sua música".

Durante muito tempo, não só a música, mas também a letra do Hino da Independência foi atribuída a D. Pedro.

O verdadeiro autor, mediocre poeta e grande jornalista, se deixou ficar quieto, indiferente à glória. Só mais tarde, em 1833, Evaristo da Veiga reivindicou o que era seu: "esse hino é saído do humilde balcão e produção mesquinha de nossa mocidade".

Com efeito, em meados de agosto de 1822, Evaristo da Veiga compôs o "Hino Constitucional Brasiliense", o célebre "Brava Gente Brasileira".

Na mesma ocasião, João Pedro, irmão do poeta, mandou imprimir os versos famosos na tipografia do Diário do Rio de Janeiro.

O próprio João Pedro levou 12 exemplares ao Paço, para oferecer a D. Pedro e D. Leopoldina. Teria o Príncipe, ao saber da intenção de João Pedro de oferecer 6 exemplares a D. Leopoldina, exclamado: "Para que quer ela isso? Dê-me mais quatro" (Octavio Tarquinio de Souza, *Evaristo da Veiga* — pág. 27.)

Já vimos com que facilidade e rapidez o príncipe escreveu a música para os versos de Evaristo.

Para D. Pedro, a música foi quase um imperativo hereditário, diz Sérgio Corrêa da Costa (*As Quatro Coroas de D. Pedro I.*)

"La musique devint chez lui une passion dominante", escreveu um cronista francês.

Sérgio Corrêa da Costa (obra acima citada) continua: "Nosso objetivo é procurar demonstrar, documentadamente, que, sem ser um sábio, D. Pedro não era o crasso ignorantão que se costuma pintar nos compêndios e crônicas do primeiro reinado".

Interessante, ainda, a sua predileção pelo latim. O livro predileto, de D. Pedro, por muito tempo, foi a *Eneida*.

Empolgante e contraditória figura, esse nosso primeiro Imperador! Para terminar, nada melhor que as palavras do próprio Evaristo da Veiga, que tanto o atacara e combatera. Ao saber da morte de D. Pedro I, escreveu o grande jornalista: "O ex-imperador do Brasil não foi um príncipe de ordinária medida; existia nêle o germe de grandes qualidades, que defeitos lamentáveis e viciosa educação sufocaram em parte" (*Aurora Fluminense*, nº 987 — de 3 de dezembro de 1834).

Sim, na verdade, o ex-imperador do Brasil foi sempre um ser de "extraordinária medida".

ADENDA

As biografias atualizadas de Georgina de Albuquerque e Augusto Bracet estão no *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil* (Roberto Pontual, Ed. Civilização Brasileira).

Em lugar de transcrevê-las, aqui, preferimos registrar alguns dados conseguidos com o exame feito nos papéis da Escola de Belas Artes, hoje no Museu do mesmo nome.

Ecila Brandão, diretora substituta, facultou-nos esses documentos. Através deles, constatamos que ambos os pintores figuraram nas duas exposições: Arte Retrospectiva e Arte Contemporânea.

Na relação dos trabalhos apresentados na Exposição de Arte Contemporânea de 1922 encontramos (fichas de inscrição):

"25 — Primeiros sons do hymno da Independencia

Dimensões — 2,55m x 1,90m

Preço — 30:000\$000

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1922.

Assinatura do expositor — Augusto Bracet."

"104 — Sessão do Conselho de Estado que decidiu a Independencia

Preço — 35:000\$000

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1922

Assinatura da expositora — Georgina de Albuquerque."

A pintora compareceu à exposição com 4 telas; Bracet, com uma, apenas.

Exposição de Arte Retrospectiva

Bracet apresentou duas telas:

21 — Lindoya — 1,50m X 1,15m

22 — Liz — 1,00m X 0,85m

Georgina de Albuquerque, nesta Seção, expôs um quadro:

182 — Cabeça de Velho

Ambos votaram na eleição dos membros do Jury.

Quanto à premiação, nada receberam, nem mesmo Georgina, impressionista, mais evoluída. Entretanto, no Programa da Secção de Bellas Artes da Comissão Executiva do Centenário da Independência, lemos:

"Exposição de Arte Contemporânea

"3.º — O Governo adquirirá para as galerias da Escola Nacional de Bellas Artes as seguintes obras de arte:

"a) Quatro quadros sobre assumptos historicos, referentes á nossa nacionalidade, occorrido durante o periodo da Independencia ou que para esta hajam concorrido."

Georgina e Bracet foram, pois, dois dos contemplados com a aquisição do Governo. Podemos, felizmente, acrescentar que bem o mereceram.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1972.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTO RANGEL — *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*.
ASSIS CINTRA — *O Brasil na Independência* — São Paulo, 1921 — (Depoi-
mento das Testemunhas do "Grito do Ipiranga").
MAX FLEIUSS — *Páginas da História*.
OCTAVIO TARQUÍNIO DE SOUZA — *História dos Fundadores do Império do
Brasil*.
OLIVEIRA LIMA — *Movimento da Independência*.
PEDRO CALMON — *História do Brasil* — Vol. V.
PEDRO CALMON — *História da Independência do Brasil*.
SÉRGIO CORREA DA COSTA — *As Quatro Corôas de D. Pedro I*.
TOBIAS MONTEIRO — *A Elaboração da Independência*.
TAUNAY — *Anais do Museu Paulista III*.
BIBLIOTECA NACIONAL — *Anais da...* XIII.
BIBLIOTECA NACIONAL — *Anais da...* XXXIII.
ENBA — *Arquivos da...*
ARQUIVO NACIONAL — *Publicação do...* XVIII — Rio, 1918.
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO — *Revista do...* — Vol. 147.
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO — *Revista do...* — Vol. LIV.

LOUÇA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

JENNY DREYFUS

Conservador-Chefe do M.R.

Ao prestarmos nossa homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, coube-nos a parte mais difícil, porquanto os inúmeros tratados escritos referentes a esse grande período de nossa história, não fazem a menor referência a prováveis festas, ou mesmo, banquetes realizados para comemorar o maior evento do Brasil em toda sua história.

Em meio a tanta alegria e a tantas comemorações quer-me parecer que, dificilmente, esta parte fosse omitida, pois bem sabemos que é na comida e na bebida que encontramos a maior demonstração de júbilo.

Isto mais se nos afirma quando lemos em Wanderley Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, o seguinte trecho: “A alta sociedade do Rio de Janeiro nos tempos de D. João VI e de D. Pedro I bem estamos a ver, tinha hábitos de elegância. Dela dizia Ferdinand Denis não oferecer contraste com as da Europa. Um chá no Rio de Janeiro afirmava Hipólito Taunay — era semelhante aos de Lisboa ou Paris; aqui e ali se ouvia a ária italiana e a eterna sonata ressoava no salão, completando o quadro pela dança e pelo jogo”.

Portanto, o Rio de Janeiro, habituado que estava a festas, não deixaria, diante de tamanha rejubilação, de comemorar o evento com banquetes, embora sabendo que D. Pedro não era dado a ágapes e grandes festins: possuindo um espírito aventureiro, preferia naturalmente pequenos saraus, onde se fazia ouvir em recitativos e músicas, geralmente por ele compostas.

Temos notícias de que várias foram as baixelas de porcelana e mesmo de faiança que serviram ao nosso Imperador, em sua maioria francesas; estas, porém, não interessam ao nosso trabalho. Trataremos, apenas, dos serviços Independência e que possivelmente lhe foram ofertados pelo povo rejubilado.

Perguntaremos, agora, por que ofertar louça em vez de jóias, medalhas, estatuetas, etc.?

Porque a porcelana foi e será em todos os tempos a representação do maior requinte e luxo dentro de sua delicadeza e valor.

Em todas as épocas, desde as mais remotas, a porcelana representa a opulência de nobres e grandes senhores.

Partindo da velha e lendária China, atravessando os demais povos da Antiguidade, passando pela Europa, chegamos ao Brasil, onde vamos encontrá-la ornamentando a mesa de imperantes e nobres, os quais se orgulham em ostentar em seus pratos a marca da nobreza com brasões ou siglas coroadas, as quais, ainda em nossos dias, são disputadas a alto preço em leilões e antiquários.

No Brasil, a grande intromissão de louça chinesa deve-se sobretudo à chegada de D. João, que não só trouxe em sua vasta bagagem inúmeros serviços chineses, como terá levado seus súditos a imitá-lo, para cá transportando baixelas, o que incentivou a sociedade brasileira a proceder da mesma forma.

Com o advento da Independência e a concessão de títulos brasileiros, a nova nobreza passa a encomendar suas louças não só chinesas como européias, primando em ostentar, em suas mesas, baixelas brasonadas.

Vejamos, pois, as louças caracteristicamente da Independência, conhecidas no Brasil:



Louça branca conhecida como Companhia das Índias. No centro, as armas do Império Brasileiro, completas (heraldicamente imperfeitas). Na borda, quatro medalhões, sendo dois com a esfera armilar e dois com a legenda: "VIVA A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL", todos quatro circundados pelos ramos de fumo e café. Entre estes medalhões vêm-se quatro coroas imperiais.

Toda essa decoração é ligada por um panejamento em forma de fita.

O ornato obedece às cores nacionais. Louça do século XIX.

Este serviço, que deve ser de chá, pois não são conhecidas peças de jantar, é puramente decorativo. Sobre ele há várias versões. Segundo uns ele foi oferecido a D. Pedro I por um grupo de patriotas. Outros atribuem-no a uma encomenda feita à China por algum negociante estabelecido no Brasil e este o ofertou ao Imperador. Marques dos Santos é de opinião tratar-se de louça comemorativa, da qual há vários serviços entre famílias, isto após a Independência, inclusive no Paço Imperial de Petrópolis.

Louça Companhia das Índias

A classificação de Companhia das Índias veio de que esse tipo de porcelana era transportado pelas companhias de navegação sobretudo inglesas e holandesas, as famosas Companhias das Índias, o que fez com que de início essas louças fossem classificadas como louças da Índia. Assim também as louças bran-

ca e azul de procedência chinesa para cá vinham como louça de Macau por causa de seu porto de embarque. O mesmo fato se deu na Inglaterra, pois ali era conhecida como louça de Gombroon, porque este era seu porto de embarque para aquele país.

Essa classificação aplica-se a um período de produção cerâmica chinesa que começou em fins do século XII, vindo a diminuir sensivelmente na primeira metade do século XIX, embora continuasse seu fabrico para o Ocidente, pois que a Europa, nesse período, já possuía porcelana de melhor qualidade, e era menos dispendioso abastecer-se naquele mercado.

PRATO DO VERSINHO



Serviço oferecido a D. Pedro I, por um grupo de patriotas, por ter o monarca permanecido no Brasil e proclamado a Independência.

D. PEDRO I — "Prato do Versinho", assim é conhecida essa louça. Porcelana branca com uma faixa dourada na beira. Na borda, dentro de reservas formadas por ramos de louro, os dizeres: "Vivam os Fulminenses" (sic), "Vivam os Paulistas", "Vivam os Mineiros", "Vivam os Brasileiros".

No centro o seguinte versinho:

*Passar de Reino à Colônia
He desar, é humilhação,
Que soffrer jamais podia,
Brasileiro Coração.*

Ladeado por dois ramos de louro e encimado por uma pequena rosácea, tudo em dourado. A marca que apresenta nos leva a crer ser um serviço feito nas fábricas de Valenciennes.

Durante um certo tempo este prato foi atribuído à fábrica de João Manso Pereira, na Ilha do Governador (Rio de Janeiro). Hoje podemos afirmar ser uma peça de fabricação puramente francesa, pela marca que apresenta.

Valenciennes — Fauquez conseguiu um privilégio de fabrico em 1785 e se associou a seu genro Lamoninary, mas vendeu essa fábrica em 1795. Readquiriu-a novamente em 1800, sendo, então, dirigida por Anestett, que em 1810 foi para a de Niderviller.

Ele procurou imitar a produção de Paris e de Lille.

A marca FLV foi para: Fauques, Lamoninary et Vanier. O V isolado, como aqui aparece, significa Valenciennes. Além dessas há outras marcas para essa fábrica.

SERVIÇO INDEPENDÊNCIA OU MORTE



D. PEDRO I — "Serviço Independência ou Morte" — Prato em faiança creme, borda com quatro ramos, sendo dois de café e dois de fumo, nas suas cores naturais. Um filete vermelho na beira do prato. No centro, as armas do Brasil Independente, encimadas pela coroa imperial, ladeado pelos ramos de fumo e café, tudo em suas cores herálcias. S/M.

Esta louça, por muitos entendidos é atribuída à fábrica de João Manso Pereira; para nós, entretanto, trata-se de louça inglesa, tanto pelo seu aspecto quanto pelo seu fabrico.

O seu desenho é atribuído a mestre Valentim; isto, porém, é impossível; pois aquele artista faleceu em 1812. Quanto ao fabrico ser de João Manso Pereira, também não é possível, porque o "químico" faleceu em 1820. Mesmo que a fábrica existisse naquela época, seu orientador não mais existia; a quem caberia, então, a idéia do desenho?

Uma informação interessante foi-nos fornecida por D. Leonor Joppert. Disse esta senhora que a louça foi pintada em 1824 pelo pintor espanhol D. Fernão Perez, o qual ofereceu um dos pratos a Lucas Antonio Monteiro de Barros, depois Visconde de Congonha, 1º Presidente da Província de S. Paulo, depois da Independência. Mais tarde veio às mãos do Dr. Daniel de Almeida e por fim a Manoel Lino, que o ofertou à D. Mariana Joppert Chaves Pinheiro, no dia 7 de setembro de 1899.

Quanto à procedência da fábrica de João Manso Pereira, tal hipótese já foi afastada, em virtude da data, pois este já não mais existia.

Em Minas Gerais, no entanto, em 1809, em Vila Rica, havia uma fábrica de porcelana, segundo o naturalista John Mawe, que por ele mostrou grande interesse quando de sua visita àquela Província.

Vinte anos mais tarde o naturalista Saint-Hilaire visitou a mesma localidade, entusiasmando-se por demais não só pelas jazidas ali existentes, como pela louça produzida. Mostrou-se chocado pela forma como os brasileiros referiam-se àqueles produtos.

"Mas deve-se confessá-lo, se bem que os mineiros pareçam muito orgulhosos de sua pátria, há realmente entre eles tão pouco espírito público, que quasi nunca ouvi os habitantes de Vila Rica referirem-se senão com desprezo da única indústria que possuem; exageram os defeitos de seus produtos e se comparam sua louça com a Inglaterra, é para fazer sentir quanto é superior a que compram no estrangeiro".

Onde estarão hoje tais produtos?



D. PEDRO I — Prato, faiança amarela, com um friso marron na borda.

No centro, as armas imperiais circundadas pelos ramos de fumo e café, atados por um laço sob o qual há um listel com a legenda: "INDEPENDÊNCIA OU MORTE". O todo é encimado por uma coroa imperial. Todo o motivo ornamental é pintado em azul e verde, s/m.

Esta peça pertenceu à coleção Washington Luiz, hoje desfeita, com a indicação de peça de fabrico nacional. Não podemos afirmá-lo nem tampouco negar, pois não há nenhum sinal identificador.

Apenas podemos dizer que é um serviço muito parecido com o anterior já estudado, com ligeira diferença na cor e no desenho. Não apresenta tampouco os ramos de fumo e café que são vistos na borda do outro serviço.

A ser um prato brasileiro, a qual das fábricas nacionais terá pertencido? Dificilmente poderemos colocá-lo na de João Manso Pereira, na Ilha do Governador, como muitos o colocaram, pois, sendo uma peça de 1822, o artista não mais existia naquela data. Teria sido fabricada em alguma manufatura mineira, porque sabemos que naquela época já se produzia cerâmica em Minas Gerais.

O nosso interesse seria positivá-la como de fabrico brasileiro. Porém os poucos dados que até o momento possuímos não nos permitem uma tal afirmativa.

Infelizmente, eis tudo que se conhece em relação à louça referente à Independência do Brasil.

Como já aludimos acima, estes serviços são puramente decorativos, feitos naquele grande momento, e alguns deles talvez nem tenham sido ofertados a D. Pedro I e, sim, comercialmente executados para serem adquiridos como lembrança, tal como até hoje é de hábito comemorar as grandes datas com objetos dos mais variados, postos à venda a fim de que todos possam adquiri-los.

Até solução em contrário, esta é a nossa opinião diante de fatos concretos.

A MOEDA DA INDEPENDÊNCIA

LUIZ MARQUES POLIANO

Conservador do M.H.N.

A "Peça da Coroação" — assim é chamada pelos nossos numólogos e colecionadores a MEIA DOBRA ou PEÇA de 6.400 rs., R., de 1822.

Teve papel destacado nos atos decorrentes do brado do Ipiranga, pois participou da cerimônia da Coroação de Pedro I. É a primeira moeda do Brasil-nação, e dela foi emitido apenas pequeno número de exemplares, constituindo-se em ponto alto da coleção brasileira.

É peça muito rara. Julius Meili,¹ em seu trabalho, publicado em 1905, assinala nas coleções públicas e particulares apenas doze exemplares.

A sua estimação, o alto preço a que atinge um exemplar, despertou a cobiça dos falsários. Têm sido assinaladas "diversas" meias dobras falsas no nosso mercado numismático, e, mesmo, "em coleções organizadas por velhos colecionadores".²

Já um outro autor³ menciona apenas uma dessas contrafações, assinalando que esta era tão perfeita, que chegou a superar a peça original, sendo o fato caminho certo para a sua classificação naquela categoria. Foi, segundo o mesmo autor, propriedade do saudoso numismata Alvaro de Salles Oliveira, de São Paulo. Indentificada, foi trazida ao Museu Histórico, onde se confirmou a falsificação. Passou, então, a fazer parte de uma coleção particular, certamente como elemento de estudo.

1. JULIUS MEILI — *Das Brasilianische Goldwessen, II Theil. Die Münsen dez ubahängigen Brazilien*, 1822, bis 1900. Zurich, 1905.

2. CARLOS DE ALMEIDA BRAGA — "A Peça da Coroação". In *Revista Numismática*, Ano III, N. 11, pg. 109, S. P. 1935.

3. KURT PROBER — "Moedas Falsas e Falsificadas do Brasil". Ex. n.º 20 da separata da *Revista de Estudos Brasileiros*, n.ºs 37/39, 1945, pg. 66.

A cunhagem da peça de 6.400 rs. foi manifestação positiva do ingresso do Brasil no rol das nações livres, pois *bater moeda* significou sempre autonomia política, soberania.

É certo que muitas peças monetárias, antes da Independência, foram produzidas pelos engenhos de cunhagem do Brasil-Colônia a do Brasil-Reino. Na sua maior parte, destinavam-se à circulação no próprio Brasil. Também circularam na Metrópole e possessões. O batimento de todas, contudo, decorreu de ordens e providências emanadas de governo não-brasileiro (aí incluídas as primeiras, os soldos e florins do Brasil holandês).

Mas a de que tratamos é *realmente* brasileira, porque emitida pela e para a nação que despontava.

Por terem sido dadas como oferta ao bispo Capelão-mor durante os soleníssimos atos religiosos da coroação do nosso primeiro Imperador, a 1º de dezembro de 1822, e de só haverem circulado em pequena quantidade, alguns escritores as consideram *medalha, moeda comemorativa*, ou ainda *ensaio*.

A aclamação do nosso primeiro Imperador ocorreu a 12 de outubro, em coincidência com a sua data aniversária. Nesse dia completava 24 anos.

Apesar da agitação política que antecedeu o 7 de setembro, e do problema do juramento prévio da Constituição, insistentemente reclamado pela Maçonaria — sem resultado —, este ato, parte de um elenco que elevaria o Brasil à posição de primeira e única Monarquia a sobreviver no Novo Mundo, transcorreu em ambiente não só de paz, mas até de exaltação cívica e patriótica, comunicando alegria à alma popular da jovem nação.

Após esta solenidade, viria a Coroação, mais importante, inclusive por não ter ainda ocorrido em terras da América, e de há muito interrompida em Portugal, desde o desaparecimento de D. Sebastião em Alcacer Quibir, quando “ficara com a Coroa”.

Não seria para admirar que um tal acontecimento, quer pelo seu ineditismo, quer pela importância social e política que representava, despertasse, como despertou, desusada curiosidade e interesse. A este propósito, é de notar-se que o então Cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro solicitou de sua Majestade, com antecedência, permissão para assistir a ele, no que foi atendido, sendo o funcionário norte-americano acomodado numa das tribunas ao lado do Evangelho, equiparado aos representantes diplomáticos da Rússia, da Inglaterra, da Áustria, da Prússia e da França.

Foi nomeada uma comissão constituída por José Bonifácio, pelo Bispo Capelão-mor (D. José Caetano da Silva Coutinho); pelo Barão de Santo Amaro (José Egídio Álvares de Almeida); por Monsenhor Fidalgo (D. Duarte Menezes de Sampaio...);

e por D. Frei Antônio de Arrábida (Bispo de Anemuria e Vice-Capelão-mor do Paço), para o estudo e execução de todos os variados aspetos da solenidade. O programa elaborado foi, compreendendo atos civis e religiosos, cumprido à risca, apesar de longo e cansativo.

No cerimonial da coroação interessa-nos especialmente a parte que se refere à entrega, ao bispo oficiante, da oferenda. Nessa altura, já se achava o Monarca revestido das respectivas insígnias.

Assim a descreve Melo Moraes.⁴

"Lido o ofertório, avisado pelo Mestre de Ceremonias, desceu (o Imperador) do trono e, precedido das pessoas já designadas, do Esmoler-mor, o Rev. Padre Mestre Frei Severino de Santono Antonio, e do Copeiro-mor, o Ilmo. José de Magalhães Coutinho, que trazia na mão *um riquíssimo vaso de ouro com a oferenda, composta de muitas moedas do novo cunho das armas do Imperio*, se dirigiu ao altar e, logo que chegou ao presbiterio, o camarista lhe tirou a Corôa, que sustentou nas mãos, e sua Majestade, ajoelhando ante o celebrante, lhe apresentou a oferenda, que recebera das mãos do Esmoler-mor, e recebendo outra vez a corôa, voltou ao Trono com o mesmo acompanhamento. Terminada a oblata, o Imperador foi turificado em pé pelo Monseñor Diacono".

I — A MEIA DOBRA DE 1822, R.

Eis a sua ficha numismática:

Anverso — Busto desnudo e laureado de Pedro I, à esquerda. Em orla, PETRUS. I. D. G. BRASILIAE, IMPERATOR. A data, 1822, no excesso, entre cruzetas, seguidas da letra monetária R. Sob o busto, a assinatura do gravador Z. Ferrez. Bordadura denteada.

Reverso — Armas do Brasil Império: em campo verde, a esfera armilar atravessada pela Cruz da Ordem Militar de Cristo. Em círculo, entre os braços da cruz, no campo do escudo, a legenda IN HOC SIG VIN. Coroa real⁵ forrada de ouro. Em orla

4. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Rio. 1871.

5. CLOVIS RIBEIRO, *Brasões e Bandeiras do Brasil*, S.P., 1933. O padrão da Bandeira, com o escudo, foi oferecido em 1822 ao Governo de S. Paulo, encontrando-se hoje no Museu do Ipiranga. Tanto uma como outro foram criados pelo decreto de 18 de setembro daquele ano: "em campo verde, uma esfera armilar de ouro, atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma esfera de 19 estrelas de prata, em orla de azul; firmada a corôa real diamantina sobre o escudo, cujos lados [...]"

de azul, 19 estrelas de cinco pontas, representativas das Províncias. O escudo é sustentado por dois ramos floridos e frutados de fumo e café, atados com o laço nacional. Serrilha floreada e borbadura denteada. Sem valor declarado. AV.

Dezenove anos mais tarde esta cerimônia, com ligeiras modificações, haveria de repetir-se na pessoa de Pedro II. Tem cabimento a referência porque, também aí, ocorreu a esmola à Igreja, constante de um brandão de cera, lavrado e dourado, tendo na parte superior as armas imperiais, e no qual se achavam incrustadas 10 moedas de ouro de 10 mil-réis, possivelmente das emitidas em 1841.⁶

O Dr. Cândido de Azeredo Coutinho informa que as 64 moedas de que tratamos só serviram na Festa da Coroação e, mais, que não lhe foi possível descobrir o decreto ou Portaria que mandou abrir o respectivo cunho, baseando esta informação numa resposta do Provedor da Casa da Moeda ao Presidente do Tesouro Público.

O autor da *Apreciação* omite em seu opusculo, onde vem transcrito o documento acima,⁷ a parte final do ofício do Provedor Fonseca Costa, bem assim a Portaria do Presidente do Tesouro, que lhe deu causa.

A dúvida do Provedor tinha toda a procedência: não houve, realmente, nenhum ato expresso determinando a cunhagem, embora outros documentos oficiais, referentes à histórica moeda, supram aquela falta. Por exemplo: a ordem para a supressão da cunhagem; o ato que mandou entregar as peças cunhadas a funcionário do Governo, sem falar nas notas do jornal *Tamoyo*, citadas mais adiante, o que, tudo, certifica e comprova a existência legal, ou, pelo menos, legalizada das discutidas peças.

A oposição se valeu, então, da discrepância burocrática, acusando também o governo de haver, com as mesmas, "presenteado figurões políticos".

Estes, e outros aspetos da matéria nos induziram a formular algumas indagações, a que procuraremos responder consentaneamente, à luz dos documentos que podemos compulsar.

- A que ordem, e de quem, teria obedecido o Provedor Fonseca Costa, para a cunhagem das peças de 1822?
- Qual o número de exemplares realmente emitido?

6. FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS — "A coroação de D. Pedro II". In *Estudos Brasileiros*, Ano II, Vol. 7, N.ºs 19-21, Rio, 1941.

7. CÂNDIDO DE AZEREDO COUTINHO — *Apreciação ao Medalheiro da Casa da Moeda*. Tip. Nac., Rio, 1861.

A PEÇA DA COROAÇÃO



- Qual a rigorosa classificação técnica da peça, do ponto de vista numismático?
- Quais as razões do desagrado imperial pelo trabalho de Z. Ferrez e Thomé Joaquim da Silva Veiga?
- É exato que houve distribuição a “figurões políticos”?

II — MOEDA ILEGAL?

Após a Aclamação, dispunha a comissão dos Festejos da Coroação de menos de dois meses para dar cumprimento a um extenso e complicado programa. As dificuldades teriam sido muitas, já que uma tal festa jamais ocorrera nestas bandas do Atlântico.

A escassez de tempo teria, assim, de ser superada. Viram-se forçados os membros da Comissão a usar de todos os meios e recursos, visando àquele objetivo. Havia um prazo fatal a obedecer. No caso da moeda — só podia ter sido assim — uma ordem verbal do ministro da Fazenda autorizara a cunhagem. É o que claramente se deduz de alguns documentos que, após as providências de emergência, as “confirmaram” ou “oficializaram”.

Servem de exemplo a Portaria do Presidente do Tesouro Público, determinando ao Provedor da Casa da Moeda que entregasse ao ourives da Casa Imperial, Francisco Gomes da Silva, ao tempo ainda ocupando o cargo de Juiz da Balança daquele estabelecimento, 35 marcos de ouro para a fatura do cetro, da espada, da coroa e mais objetos necessários à Coroação de sua Majestade Imperial. O documento traz a data de 22 de outubro⁸ e o decreto imperial, autorizando as despesas com os referidos objetos, ao mesmo tempo que mandava entregar ao Tesoureiro-mór Plácido Antônio Pereira o respectivo numerário, a de 19 de novembro.⁹

Em outras palavras, o decreto imperial mandava fazer o que já estava feito desde *há mais de um mês!*

Não será, pois, fora de propósito, aceitar-se que a autorização para a cunhagem tivesse partido do ministro da Fazenda, como já aventamos, ou do seu prestigioso irmão José Bonifácio, ou até mesmo do próprio Imperador, como de resto se praticou em relação aos demais objetos. Não estariam aí incluídas as moedas?

8. Portaria do Presidente do Tesouro ao Provedor da Casa da Moeda. Arquivo, 22-10-1822.

9. Decreto de 19 de novembro de 1822: “Martin Francisco Ribeiro de Andrada..., ordene ao Tesoureiro-mór, etc.”.

Para uma certa categoria de objetos, fazia-se mister dinheiro; para outras, ouro, este a ser entregue pela Casa da Moeda, o que certamente terá acontecido, — ouro e dinheiro esses —, cujos gastos seriam oportunamente comprovados.

No que diz com as moedas, dependia a cunhagem de um suprimento normal de ouro e esta terá sido a razão de não serem mencionadas expressamente. No “Ajuste da partida quarta”¹⁰ ficou demonstrado o gasto do ouro nas moedas.

O que se procurava então e urgentemente — era a prontificação daquele indispensável complemento do conjunto de utensílios necessários à cerimônia, isto é, de moedas *genuinamente brasileiras*. Nem se compreenderia, naqueles momentos de exaltado nacionalismo, de brasilidade elevada ao mais alto grau, que se utilizassem numa esmola à Igreja moedas que trouxessem quaisquer sinais do governo que, exatamente na ocasião, estava sendo substituído. Ao Imperador novo, teria de ser dado o lugar antes ocupado pelo Rei velho. E assim, num trabalho de rotina, mas incentivadas pelas circunstâncias, as autoridades providenciaram o batimento da moeta que, de resto, concretizava neste ângulo o nascente Estado político do Brasil.

Jamais se poderá pensar, pois, em moeda ilegal ou clandestina, até porque obedecia ele aos padrões monetários vigentes.

III — QUAL O NÚMERO EXATO DE PEÇAS CUNHADAS?

A resposta do Provedor José Maria da Fonseca Costa afirma que, até o dia “27 de agosto de 1823 não haviam sido cunhadas senão 64 moedas de ouro de 6.400 rs.”¹¹

Tão categórica afirmativa, e a autoridade de quem a produziu, não estaria sujeita a dúvidas, se não existisse na documentação daquele estabelecimento um outro elemento de prova, segundo o qual, 71 e não 64 foram as peças batidas.

Trata-se de uma ata ou “assento” encontrado no Livro da Receita do Ouro de 1822 a 1826, onde, a folhas 14 verso e 15 verso, se encontra escriturada a partida de ouro da qual, abatidos os 35 marcos (35-0- 0-00) entregues ao Chalaça,¹² resultaram

10. Arquivo da Casa da Moeda. Livro da Receita do Ouro, ajuste da partida 4.ª, em 19 de novembro de 1822.

11. Ofício ao Presidente do Tesouro, in *Azeredo Coutinho*, op. cit.

12. Francisco Gomes da Silva, o Conselheiro e Secretário Privado, fazia parte da uma família altamente protegida, desde D. João. O pai, Antônio, ourives, fora feito fidalgo cavaleiro em 22-5-1815; Pedro, José Joaquim e Joaquim, filhos de um Manoel, receberam, e na mesma data, idênticas mer-

261 marcos, sete oitavas e sessenta e nove grãos (261-0-7-69), aplicados ao fabrico de vários tipos de moedas, dentre as quais as de 6.400 rs., de que tratamos.¹³

A divulgação desse documento deu corpo à idéia de que, realmente, 71 teriam sido as peças emitidas. Mas entendemos nós que a peça *batida* ou *emitida*, no caso, carece de um complemento: teriam *todas* elas saído da Casa da Moeda? Normalmente, entende-se por moeda cunhada ou batida, aquela que é entregue à *circulação*, que entra em giro, e serve de meio de pagamento.

O documento esclarece que, na conta do ouro aplicado, conforme o "Termo de Ajuste da Partida quarta", foram empregados "quatro marcos, três onças e quatro oitavas" em setenta e uma peças de 6.400 rs.", tendo as ditas peças deixado 28.400 rs. de senhoriagem para a Casa da Moeda.

De um lado, uma informação oficial, em documento público destinado a produzir efeito externo e para uso superior: subcreveu-a a autoridade máxima da Casa da Moeda — o seu Provedor; do outro, uma simples "anotação" interna, de limitado objetivo, qual o de dar conta da aplicação de material de consumo num trabalho de rotina. Na verdade, não haveria muita dificuldade na opção.

Há, ainda, a considerar um lado importante do caso: a informação do Provedor trazia data de *27 de agosto de 1823*, enquanto que o "Termo de Ajuste" é de *19 de novembro do ano anterior*, datas essas cujo confronto e apreciação nos parecem de efeito decisivo: a informação, posterior de quase um ano ao Termo de Ajuste, invalida ou corrige o último documento.

Não se poderia, mesmo, contar com um possível desencontro entre uma, e outra informação. É que o Provedor, documentadamente, conforme se vê do Termo de Ajuste, teve conhecimento do assento lavrado na Casa da Cunhagem, já que, no ajuste da partida, esteve "em mesa", isto é, assistiu ao ato da entrega, pelo Fiscal de Fieiras, Manoel Bento Lopes, ao Tesoureiro Manoel Martins da Costa Passos, dos 261 marcos, sete oitavas e sessenta

cês — seriam tios do Chalaça. Destes, o último foi nomeado Reposteiro da Camara do Número. Manuel seria o avô; já havia, em 1814, recebido o foro de Fidalgo Cavaleiro. F.G.S., em 1816 (3-10), fora beneficiado com o cargo vitalício de Primeiro Juiz da Balança da Casa da Moeda. Primava pela impontualidade, tanto que o escrivão do Tesouro ordenou lhe fossem cortados os dias em que chegasse atrasado (cf. Arquivo da C.M.). Mas aí permaneceu até 26-12-1823, quando foi substituído por Raimundo Antonio Pereira. Ao que parece, nunca deu muita importância aos empregos, mesmo ao de ourives da Casa Imperial, pois que aos mesmos não se refere nas suas *Memórias*.

13. Arquivo da Casa da Moeda, Termo de ajuste, etc.

e nove grãos de ouro amoedado, em folhas e em moedas *febres*,¹⁴ que representavam, em obra, aquela quantidade de metal.

Dentro deste raciocínio, acreditamos que tenham realmente sido *batidas* 71 moedas, mas que apenas 64 foram *emitidas*, quer dizer, foram entregues à circulação, sob a forma de oferta à Igreja, na sua quase totalidade — 63 peças. Ainda hoje se procede, na nossa velha Casa da Moeda, à operação da escolha, após a cunhagem — certo que por processo mais evoluído. É assim que, das peças batidas, teriam sido separadas as moedas defeituosas, que voltaram ao cadinho, exatamente as 7 de que nos fala o Termo de Ajuste. Uma das moedas perfeitas terá sido aquela entregue ao Imperador, que a “jogou sobre a mesa”, repudiando-a. Ou, talvez, a que ficou para a coleção, no meallheiro da Casa da Moeda, onde até hoje deve encontrar-se.

IV — MEDALHA, ENSAIO OU MOEDA COMEMORATIVA?

Não encontramos jeito de enquadrar os 6.400 rs. de 1822 em qualquer das categorias numismáticas do subtítulo.

A *medalha* é uma peça geralmente metálica, circular ou não, de grande ou reduzida tiragem, comemorativa de fatos públicos ou privados, inclusive da natureza pessoal.

O *ensaio* é também uma peça geralmente de metal, que serve de modelo tanto à medalha quanto à moeda.

A *moeda comemorativa*, como se infere da sua denominação, comemora alguma coisa.

A moeda, a simples moeda, cumpre uma função econômica, enquanto a medalha assinala um fato qualquer. A moeda pode ser comemorativa, mas não se afasta da sua condição precípua — a de relação de valor ou troca — enquanto que a medalha jamais pode exercer a função da moeda.

A classificação da PEÇA de 1822, por alguns, de moeda comemorativa, talvez se deva à referência de Azeredo Coutinho, baseado na informação do Provedor Fonseca Costa, de que ela teria sido cunhada *para o dia da Coroação*. Mas não nos consta que as moedas de 10.000 rs. de ouro, de 1841, incrustadas no brandão de cera da oferta na Coroação de Pedro II, pelo

14. F. I. FURTADO DE MENDONÇA — *Tecnologia da Oficina da Casa da Fundição. Vocabulário Técnico da Casa da Moeda*, pg. 22. Rio, 1891. *Febre*, adj., *fraco*, dizia-se antigamente da moeda que não tem o peso ou o modulo requeridos: “Moeda febre”. Subst.: *alhas*; “Os febres da moeda”, o que falta ao peso dela.

simples fato de estarem presentes à cerimonia, possam ser consideradas "comemorativas".

Contamos na série brasileira com vários tipos de moedas comemorativas: a série de prata do 4º Centenário do Descobrimento, e, ao que sabemos, teremos a do Sesquicentenário da Independência, este ano. Outras peças comemorativas na República são alusivas a vultos da nossa vida política, administrativa, científica ou literária, — a série dos "Varões ilustres", como muito apropriadamente designou o Prof. Edgar Romero as diversas moedas em prata, cupro-níquel e bronze de alumínio, batidas ao tempo do Presidente Vargas.

Há, porém, um argumento definitivo, a enquadrar a moeda de que tratamos na classe das moedas comuns: todos os exemplares cunhados o foram em ouro, enquanto as medalhas são sempre batidas em outros metais, sendo as de ouro — quando as há — *peças únicas*.

Além do mais, apresentava serrilha, que é característica da moeda, filiando-se ainda ao sistema monetário então vigente no País, pautado pela oitava de ouro a 1.600 rs., ao título de 22 quilates.

Tratar-se-á, finalmente, de um *ensaio*?

Na opinião respeitável do já há muito desaparecido numismatógrafo Julius Meili, citado, a "Peça da Coroação" é "um tipo concebido como ensaio".

Mas, que ensaio será esse, que não serviu de modelo às peças que se cunharam posteriormente, inclusive as de 1823, batidas em 1824, pois que o tipo destas dele difere em muitos pontos? Seguindo-se aquela opinião, chegaremos à conclusão de que o *sentido* de ensaio corresponde, mais exatamente, ao de uma *procura* ou *estudo* dum tipo da moeda a ser adotada, e não propriamente ao de uma moeda determinada.

Logo, não é um ensaio, até porque os 6.400 rs. da oferta à Igreja tiveram o *seu próprio ensaio*. E era de cobre, conforme se vê de documento insofismável, no qual vem o espécime descrito sob o nº 135, e consta da relação de peças do então Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional, da Exposição Permanente de História do Brasil.¹⁵

15. Biblioteca Nacional, *Anais*, "Exposição Permanente de História do Brasil". Vol. XI, Rio, 1833.

"N.º 135. MEIA DOBRA ou PEÇA. + PETRUS. I.D.G.BRASILIAE. IMPERATOR. Busto do Imperador à esquerda, coroado de louro. No exergo: + 1822 + R (Rio de Janeiro) R/ Armas do Brasil, tendo em redor da esfera: IN HOC SIG VIN. E por cima, a coroa real. AE."

"*ENSAIO*. Rara. N.º 16.304 do Catálogo. O original, em ouro, igualmente, vem descrito no mesmo catálogo sob o N.º 16.303" (Pg. 986).

Não sendo medalha, nem moeda comemorativa, muito menos ensaio, afirmamos que as MEIAS DOBRAS de 1822 R são uma MOEDA PROVISÓRIA, de limitada tiragem, a qual, por não reunir em seu tipo as condições mínimas imaginadas pela administração do País, foi substituída por outra, muito diferente. A idéia da Nação independente, que levou os homens do governo a preparar, de afogadilho, uma moeda nacional que figurasse na Coroação, traduz o empenho de mostrar ao mundo que o Brasil já era senhor de si.

Ademais, um texto legal — o decreto imperial de 19 de novembro de 1822, no qual o ministro da Fazenda ordena ao Tesoureiro-mor a entrega ao Monsenhor Fidalgo, Inspetor da Capela Imperial, da *quantia de 403.200 rs.* em 63 peças de 6.400 rs. com a efígie do Imperador — e, mais, a pergunta do Presidente do Tesouro Público ao Provedor da Casa da Moeda, na qual aquele quer saber deste se houve alguma ordem verbal ou escrita para a “supressão da *moeda* com o cunho do Império” e, ainda, se “já tendo pronta certa quantidade de moeda... proibiu aos trabalhadores dela o seu *giro*”, desfazem qualquer dúvida quanto à classificação que demos à peça em estudo.

Porque *quantia* significa dinheiro, moeda, e com esta, e não com medalha ou ensaios, é que se fazem pagamentos. Por fim, são comemorativas apenas as moedas que especificamente são emitidas para este fim.

MOEDA PROVISÓRIA, quando muito de transição, isto sim!

V — A VERDADEIRA RAZÃO DO IMPERIAL DESAGRADO

É generalizada a versão segundo a qual o Imperador mandou suspender a cunhagem da peça gravada no anverso por Zeferino Ferrez¹⁶ em virtude de não constar da legenda o qualificativo CONSTITUTIONALIS. É certo que houve outros motivos, mas supomos que a origem da versão se encontra nos seguintes trechos de Azeredo Coutinho, apoiado, também, por outros autores:¹⁷

16. O reverso foi gravado por Thomé Joaquim da Silva Veiga, cf. Francisco Marques dos Santos, “Medalhistas Brasileiros”, in *Anais do 1.º Congresso de Numismática Brasileira*, Vol. II, S.P., 1940.

17. *Estudos sobre a moeda de cobre*, Rio, 1869; Xavier da Mota, *Moeda no Brasil*, Porto, 1889, pg. 56/57; Carlos de Almeida Braga, “A Peça da Coroação”, in *Revista Numismática*, Ano III, pg. 110; José Carlos, “No campo da Numismática”, mesma Revista, Ano I, N.º 1, pg. 48, além de outros, que esposam idêntica opinião.

"A inscrição D. Pedro I Imperador do Brasil, posta no anverso, dando a pensar que só direito divino elevara o Príncipe ao Trono, acabou com a triade Independência, Constituição, Império, símbolo da Nação Brasileira. O reverso tendia para o que o povo brasileiro é menos moral que o povo português, que se apegara à lembrança que tivera D. João V, de por no reverso da moeda IN HOC SIGNO VINCES. Tão imprudente pareceu ao Imperante o incenso então queimado que, sendo-lhe uma dessas moedas apresentadas na Capela Imperial, depois da Coroação, ele a repelio, lançando-a sobre a mesa". E, em nota: "Esta rejeição é comprovada pelo registro da Casa da Moeda".

O Provedor Fonseca Costa se limitou a dizer que a moeda teve suspensão a cunhagem, por não agradar ao Imperial Senhor, abstendo-se de mencionar o *motivo* do desagrado.

Com efeito, o documento registra que "...até o dia 16 de julho passado não se cunharam em ouro, prata e cobre, com o novo cunho das armas do Império, senão 64 moedas com o retrato de S.M. o Imperial, de corpo nu [deveria ser dito "de busto"] para o dia da Coroação, cujo retrato não tornou a servir mais, por não agradar ao Imperial Senhor".¹⁸

Encontramos em Meili (*op. cit.*) a versão do que nos parece ser a verdadeira causa da repulsa à moeda:

"Assim, não foi especialmente a falta da palavra CONSTITUTIONALIS, na legenda, como admitiu o Dr. Cândido de Azeredo Coutinho — *Estudo sobre a Moeda de Cobre*, pág. 29, o que motivou o desagrado Imperial, do contrário, ter-se-ia por certo procurado sanar imediatamente a lacuna, ao se fazerem, no ano seguinte, 1823, os ensaios que, evidentemente, procuravam o caminho para o tipo definitivo. Nesses dois ensaios, continua Meili, o primeiro para a moeda de ouro de 4.000 rs., e o segundo para a moeda de prata de 640 rs., vê-se o Imperador em uniforme de Almirante, a coroa apresenta-se já com o formato de Imperial, e o lema IN HOC SIGNO VINCES¹⁹ está colocado fora do escudo de armas, em orla, pelo que deve-se supor que o desagrado imperial girou exclusivamente em torno desses defeitos".²⁰

18. José Maria da Fonseca Costa, resposta ao Presidente do Tesouro, em 27-8-1823, Arquivo da Casa da Moeda.

19. XAVIER DA MOTA, *Moeda no Brasil*, Porto, 1889, informa que esta legenda foi, pela primeira vez, adotada na moedagem portuguesa por D. Manoel, em 1498, nos "Portugueses". Na legenda das moedas do Império foi ela usada no ouro e na prata até 1867, não ocorrendo nas de outro metal. Segundo o autor citado, a sua aplicação na moedagem portuguesa recordava a "aparição" a Afonso Henrique, na batalha de Ourique.

20. EDGARD DE ARAUJO ROMERO, *Apostilhas Curso de Museus*, 1934.

Além disso, na legenda desses ensaios, não aparece ainda a palavra CONSTITUTIONALIS, que, abreviada e seguida do complemento ET PERPETUUS BRASILIAE IMPERATOR — se inscreve na peça definitivamente adotada, cunho de 1824, com a data de 1823.

Deste modo prevalece a idéia de que o desagrado imperial e a rejeição da moeda se deveram à *semelhança* com a moeda do regime anterior. Tal fato não poderia agradar ao Imperador, e, muito menos, aos patriotas e nativistas, que tudo faziam para apagar, o quanto antes e da forma mais drástica, todos os resquícios da antiga ligação com a Metrópole.²¹

Deve ser também levado em conta que a superposição da legenda IN HOC SIG VIN, no campo do escudo, modificou profundamente a descrição do decreto que criou aquele belo símbolo nacional, deturpando-o.

VI — O DESTINO DAS 64 MEIAS DOBRAS

Já deixamos registrado que o decreto de 19 de novembro determinou a entrega de 403.200 rs. em 63 peças de 6.400 rs. ao Inspetor da Capela Imperial para a oferenda, tendo sido assoalhado na ocasião que tais moedas, ou parte delas, haviam sido distribuídas a pessoas diversas. Se a prodigalidade existiu, não correu ela à conta da imperial munificência, senão da própria Igreja, a que passaram a pertencer, desde o momento em que lhe foram entregues, como oferenda, no ato da Coroação.

Nenhuma autoridade governamental, por mais importante que fosse, poderia tê-lo impedido. É bem possível que, além dos “figurões” a que se aludiu, talvez alguns, ou mesmo a totalidade dos representantes das missões diplomáticas presentes ao ato da Coroação, tivessem sido obsequiados com um exemplar da já então histórica moeda.

Não viria isto a calhar com os intuitos de D. Pedro, de produzir efeito no exterior, com a divulgação conseqüente ao fato, das coisas da nossa Independência?

A verdade é que, das 64 peças emitidas, *apenas uma* estava ausente do recipiente de ouro entregue ao celebrante. Queremos

21. V. LUIZ MARQUES POLIANO, *Ordens Honoríficas do Brasil*, Imp. Nac., Rio, 1943. Até nas insígnias das condecorações das antigas Ordens Religio-Militares adotadas no Brasil após a Independência (Cristo, Aviz e Santiago da Espada), insinuaram-se elementos ornamentais externos, com a preocupação de acentuar o espírito nativista que então predominava.

crer que este exemplar seria exatamente aquele que, apresentado a D. Pedro, foi repellido e teria voltado à Casa da Moeda. No seu *Medalheiro*, Azeredo Coutinho menciona o exemplar lá existente. Ou, então, este exemplar teria sido enviado ao Paço Imperial, de onde veio para a coleção da Biblioteca Nacional, antes figurando na do Museu Nacional, e consta do Catálogo da Exposição Permanente de História do Brasil sob o nº 16.303.

Preferimos a segunda hipótese, porque a Casa da Moeda teria cunhado um exemplar, pelo menos, para o seu mealheiro.

Extra-oficialmente, tivemos notícia de que, em 1944 (A. A. Almeida, falecido zelador da coleção Guilherme Guinle), uma dessas moedas havia sido adquirida por compra, em meio a outras, e peças várias de ouro, no balcão da Casa da Moeda, quando ali se comprava o metal precioso para o Banco do Brasil.

O Museu do Ipiranga não possui a "Peça da Coroação", assim também o Museu Imperial, conforme nos informou o atual diretor do M.H.N.; apuramos que o Museu do Banco do Brasil igualmente não a tem incluída em suas coleções, e que a Cúria do Rio de Janeiro conta com um exemplar nelas.

A não ser alguns felizes colecionadores particulares, que não pudemos localizar, apenas o Museu Histórico e a Casa da Moeda, com certeza, possuem essa verdadeira raridade numismática.

A que pertence ao Museu Histórico é, sem receio de erro, aquela que foi transferida do Museu Nacional para o Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional em 1894, quando retornou ao Brasil a coleção de moedas e medalhas com que comparecemos à Exposição Colombiana de Chicago, coleção essa que totalizava 13.741 peças, e é a que consta do catálogo da Exposição Permanente de História do Brasil sob o nº 16.303.²²

O Regulamento de 1876 da Biblioteca Nacional mencionava a organização e manutenção daquele Gabinete, com a transferência da coleção numismática do Museu Nacional para o acervo respectivo, o que somente viria a concretizar-se, na última década do século passado, após o encerramento do certame referido.²³

22. ANTONIO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA. "Exposição Permanente de História do Brasil", secção Numismática, in *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. XI, pg. 986, Rio, 1883/1884.

23. LUIZ MARQUES POLIANO — "A Secção de Numismática do Museu Histórico Nacional", in *Revista Numismática*, Ano XIV, N.ºs 1-4, S. Paulo, 194. Não só as moedas provindas do Museu Nacional, mas outras, de diversas coleções, inclusive a de D. Pedro Augusto e a de D. Pedro II, esta composta de 1.593 moedas e 545 medalhas, engrossaram o acervo do "Gabinete".

VII — A OPOSIÇÃO E A MEIA DOBRA DE 1882

O *Tamoyo*, o jornal dos Andradas, “adrede criado” para fazer oposição ao Imperador e ao seu “ministério português”, entregou-se, entre agosto e setembro de 1823, a discussões em torno da moeda da Coroação.

Através de notas e correspondência que inseriu, aquele jornal trata da matéria, confirmando e esclarecendo diversos pontos de que tratamos antes. Um deles diz com a categoria em que colocamos a peça de 1822: *moeda provisória*. Feita de afogadilho, em face de uma situação de emergência, prenunciava, contudo, o advento de uma *nova moeda* para o Brasil.

Com efeito, numa dessas notas se declara que “uma completa reforma” estava então em projeto, a fim de dar “à moeda de prata e ouro uma forma mais elegante, diminuir-lhe as dimensões, dar mais espessura às chapas, para poder sofrer a impressão do busto de S.M. Imperial, abandonar o uso das serrilhas por fora, e introduzir o uso delas por dentro, etc.”²⁴

Ora, aí está: a primeira moeda cunhada no regime imperial, a meia dobra de 1822, deveria ser substituída por uma outra, definitiva, e imediatamente. Desse trabalho fora incumbido “um abridor francês” o qual já havia apresentado umas moedas de duas patacas para prova, que agradaram, e asseverava estarem quase prontos os cunhos para as de 4.000 rs., em lugar das de 6.400, cuja vigência em 1822 tanta extranheza causava ao autor da *Apreciação*.

O chamado primitivo carimbo do Império fazia parte do plano nacionalizador. Tal providência foi o mínimo que puderam fazer os homens do Governo, para contornar a pressão nacionalista de que se fazia porta-voz o órgão da oposição, pressão essa que se manifestava por todos os meios e modos:

“É possível — insere o jornal sob o pseudônimo *Tapuia* — que depois de haver tanta demora no cunho desta moeda, ainda haja esta proibição? E que fim terá ela? Será porventura para unir as armas do Brasil às de Portugal, ou a substituir aquelas, somente? Cuidará (o novo ministro da Fazenda) que não há por fora algumas moedas das novas? Engana-se. Eu não afiançaria que a ordem (a da suspensão da cunhagem) fosse do ministro, mas que em nome dele é que ela saiu publicada na Casa da Moeda, é uma verdade”.²⁵

Fica também esclarecido que a intervenção do *Tamoyo* é que provocou a resposta do Provedor da Casa da Moeda ao

24. *Tamoyo*, Rio de Janeiro, n.º 30, de 30-10-1823, pg. 129.

25. *Tamoyo*, n.º 4, 26-1823, pg. 10.

Presidente do Tesouro Público, e que o mesmo aconteceu em relação à Portaria deste, dirigida àquele. Tanto um, quanto outro documento, vieram a lume no "Diário" de 10 de setembro.

Em conclusão, a MEIA DOBRA ou PEÇA, A PEÇA DA COROAÇÃO, os 6.400 rs. de 1822 R, a "MOEDA DA INDEPENDÊNCIA", qualquer que seja a denominação da moeda que dá motivo a estas notas, é a primeira da coleção brasileira, o início do sistema monetário do Brasil Independente.

Rio, GB., Abril de 1972.

DOM PEDRO I E A MAÇONARIA

MARIA LAURA RIBEIRO

Conservador. Chefe da Div. de Hist. Art. e Lit.
do Museu Histórico Nacional

Maçonaria — "É um sistema sacramental que, como todo sacramento, tem um aspecto externo e visível, consistente de seu cerimonial, doutrina e símbolos, e outro aspecto interno, mental e espiritual, oculto sob as cerimônias, doutrinas e símbolos, e acessível só ao maçom que haja aprendido a usar sua imaginação espiritual e seja capaz de apreciar a realidade velada pelo símbolo externo."

(Wilmshurst — *The Meaning of Masonry*, p. 21.)

Acham-se expostos no Museu Histórico Nacional os objetos rituais maçônicos que, segundo se supõe, foram de uso do primeiro Imperador do Brasil, como Gr.'. Mestr.'. da Maçonaria Brasileira, eleito e empossado em 4 de outubro de 1822 (Ata da Ses.'. nº 17 em Assembléia Geral do Povo Maçônico na Gr.'. L.', de acordo com o "Livro de Ouro" nº 1 do Gr.'. Or.'. do Brasil, onde se encontram as 19 atas correspondentes ao período de 17 de junho a 11 de outubro de 1822 E.'. V.'.).¹

Avental, faixa, malhete e gládio de Grão-Mestre, doados ao Museu Histórico Nacional pela Exma. Sra. Viscondessa de Cavalcanti, através de documento da Embaixada do Brasil em Paris, em data de 15 de novembro de 1927. (Foto nº 1). Acompanha, o documento citado, um bilhete da doadora endereçado ao Museu Histórico Nacional (Foto nº 2).

Passaremos em seguida à copia da ata da sessão nº 17, acima referida, na qual Dom Pedro tomou posse no cargo de Gr.'. Mestr.'. da Maçonaria:

1. TEIXEIRA PINTO, *A Maçonaria na Independência do Brasil, 1822-1823*.



N.153

João Baptista Lopes, Consul Geral dos Estados Unidos do Brasil em Paris, certifica que a Senhora Viscondessa de Cavalcanti declarou por escripto a este Consulado Geral que os objectos constantes da inclusa relação representam uma doação que faz ao Museu Historico Nacional do Brasil, não tendo sido feita factura consular por se tratar de objectos sem valor commercial.

Em fé do que, mandou passar o presente para servir onde necessario for, Consulado Geral dos Estados Unidos do Brasil em Paris, aos quinze de Dezembro de mil novecentos vinte e sete.



Recebi: Frs. 72,50.

Francas

Del O Consul Geral
João Baptista Lopes

Foto 1 — Documento da Embaixada do Brasil, em Paris, de 15 de novembro de 1927.

Esta insignia, o avental e
a espadã e todos pertence-
ram ao Imp.^o D. Pedro I
quando fad M. de Moraes
procurou a Independência.

Foto II — Bilhete da Exma. Sra. Viscondessa de Cavalcanti
endereçada ao M.H.N.

"À GL.: DO GR.: ARCH.: DO UNIV.:" 17 SESSÃO
— ASSEMBL.: DO POVO MAÇON.:.

"Aos 14 dias do 7º mes de V.: L.: 5822 [sexta-feira, 4 de outubro de 1822 E.: V.:], abertos os trabalhos da Gr.: Loj.: pelo Ir.: 1º Gr.: Vig.: na ausência e impedimento do Gr.: Delegado, foram introduzidos no templo os Operários das LLoj.: metropolitanas que estavam na sala dos passos perdidos, e logo expoz o 1º Gr.: Vig.: que o objecto da presente convocação, da Assembléa Maçônica, era a prestação do Juramento do nosso muito amável e muito amado Ir.: Guatimosin, eleito Gr.: Mestr.: da Maçonaria Brasileira, por geral Acclamação, em plena reunião do Povo Maçônico e sendo conduzido do Oriente, onde estava, ao solio, por uma deputação de IIr.: CCav.: RR.: CC.: prestou o Juramento da Ordem e immediatamente recebendo o Gr.: malhete, subiu ao solio e tomou a direcção dos trabalhos.

"Apresentou o Ir.: 1º Gr.: Vig.: dois officios: um do Sob.: Cap.: ao Or.: da Provincia de Pernambuco, no qual aquella Loj.: Cap.: reconhecia e saudava o Gr.: Or.: do Bras.: pedindo contudo, a faculdade de fazer algumas reflexões sobre a copia da 1ª Parte da Constituição, que lhe fôra apresentada pelo Ir.: Felipe Nery, Deleg.: deste Or.: na dita Provincia. No segundo officio o Deleg.: Felipe Nery participava o resultado de sua comissão, accusando a remessa do primeiro officio. Resolveu a Assembléa que no dia 12 de Outubro (éra prof.:) todos os Maçons se espalhassem pelos logares de maior concurso, principalmente pelo Campo, onde procurassem conservar a tranquillidade necessaria e o decoro conveniente ao respeitabilissimo acto, que teria logar no mesmo dia. Por esta occasião propoz o Ir.: José Clemente Pereira os vivas, que como Presidente da Câmara tencionava dar, à Religião ao senhor D. Pedro 1º Imperador Constitucional do Brasil — à Sua Augusta Esposa — à Independencia do Brasil. E logo o Sap.: Gr.: Mestr.: lembrou um viva à Assembléa Constituinte e Legislativa do Brasil. E assim se accordou nos objectos que se deviam applaudir no futuro Dia da Acclamação profana. Continuou o Ir.: José Clemente, participando as boas novas dos nossos emissarios e o resultado satisfatorio da correspondencia com as Camaras circunvizinhas. O Ir.: 1º Gr.: Vig.: propoz à consideração da Assembléa as queixas que ouvira, ao Ir.: Francisco Pedro Limpo, relativas à Portaria que regulava o modo de guarnecer a esquadra Brasileira, que se estava apparelhando. Assim terminaram os trabalhos, e fechada a Loj.: na fórmula do costume retiramo-nos em paz." (Para a interpretação das abreviaturas e do calendário trataremos mais adiante.)

Já na ata nº 10 da sessão realizada no dia 2 de agosto de 1822 fora o Príncipe Dom Pedro iniciado nos AAug.: Mistérios

da Maçonaria com autorização dada ao Ven.º da Loj.º. Comércio e Artes, para conceder ao Ir.º. Guatimosin o gr.º. de maestr.º.

Antes da famosa loja Comércio e Artes, cuja fundação data de 24 de junho de 1815 no Rio de Janeiro, outras funcionavam no Rio, Bahia e Pernambuco. Em 1821 a Comércio e Artes estava solenemente instalada, quando em 1822, com a fundação do Grande Oriente do Brasil, dividiu-se em três, com as Oficinas União e Tranquilidade e Esperança da Vitória de Niterói.²

Assis Cintra, em *No limiar da História*, assim se refere à fundação da Loja Comércio e Artes:

"A Loja Comércio e Artes, ainda hoje existente, foi instalada em 24 de junho de 1815. Em 1821 foi subdividida em três lojas. Comércio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Niterói para que pudesse ser fundado o Grande Oriente do Brasil"...³

Dom Pedro, que não ignorava a força e a influência da Maçonaria, desejando mesmo penetrar-lhe os umbrais e reconhecer-lhe o poder oculto, preencheu a sua proposta para a Loja Comércio e Artes, que foi assinada pelo grão-mestre de então, José Bonifácio.

Existe um rascunho de sua letra, datado de 20 de julho de 1822, que atesta o seu interesse pela Maçonaria:⁴

"O pequeno occidente toma a ousadia de trazer presentes ao Grande Oriente duas cartas da Bahia e alguns papeis periódicos da mesma terra à pouco vindas: terra a quem o Supremo Architecto do Universo tão pouco propicio tem sido. É o que se offerece por ora ao remeter o que em breve espera ser seu Subdito e Ir.º."

Segundo Teixeira Pinto (*op. cit.*), esse rascunho do Príncipe está encabeçado por vários símbolos que, apesar de rudimentares, deixam ver um martelo, uma pá e o olho da providência.

Grandes vultos políticos filiaram-se à Maçonaria como: o Juiz de Fora José Clemente Pereira, português de nascimento, e os brasileiros Joaquim Gonçalves Ledo, procurador-geral da Província do Rio de Janeiro, Capitão-Mor José Joaquim da Rocha, o Padre (depois Cônego) Januário da Cunha Barbosa, Coronel Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Brigadeiro Luis Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, etc. etc., toda uma plêiade de homens que participavam, e viriam a participar ainda com maior destaque, nos acontecimentos daquela época.

2. OLIVEIRA LIMA — *O movimento da Independência*.

3. A expressão "Grande Oriente" é antiga e designou também, outrora, a sede de Grandes Corpos Escoceses: "Grande Oriente de Bordéus" (1762), "Grande Or. de Berlim" (1786) — sede do Supremo Conselho de Frederico II.

4. Arq. do Cast. d'Eu — maço XLVII — doc. 2124, in OCTAVIO TARDUINO DE SOUZA, *A Vida de D. Pedro I*, pág. 406.

Através do texto publicado no livro de A. de Figueiredo Lima — *Nos Bastidores do Mistério*, pp. 137-139, pela ata da sessão do dia 28 de maio de 1822, reuniram-se os maçons do Rio de Janeiro em Assembléia magna, na Loja "Comercio e Artes", com o fim de instalarem um Grande Oriente do Brasil. Assim se inicia a referida ata:

"A Gloria do Grande Arquiteto do Universo — Aos 28 dias do 3º mês do ano da Verdadeira Luz, de 5822, achando-se abertos os Augustos trabalhos da nossa Ordem em o grau de aprendiz e havendo descido do Oriente o Irmão Graccho, Veneravel da Loja 'Comercio e Artes', única até este dia existente e regular no Rio de Janeiro e que nessa ocasião reassumia o Povo Maçônico reunido para a inauguração e criação de um Grande Oriente Brasileiro em toda a plenitude de seus poderes, foi por aclamação nomeado o Irmão Graccho, que acabava de Venerável, para presidente da sessão magne e extraordinária naquela ocasião convocada para a eleição dos oficiais da Grande Loja na conformidade do parágrafo-Capitulo da parte da Constituição jurada. Tomando assento no meio do Quadro, em uma mesa para esse fim preparada, na qual estavam o Evangelho, o Compasso, a Esquadria, a Constituição e uma urna, disse o Irmão Presidente que era mistér nomear um secretário e um escrutinador para a apuração dos votos na presente sessão; e sendo eleito o Irmão Magalhães que servira de primeiro vigilante e o Irmão Anibal que servira de segundo, aquele para Secretário e este para escrutinador, fez o Presidente ler os artigos da Constituição respeitantes à eleição e logo depois que o Presidente disse que se passasse a fazer a nomeação de Grão Mestre da Maçonaria Brasileira, foi nomeado por aclamação o Irmão José Bonifácio de Andrada (...) Diderot, Primeiro Grande Vigilante Rosa Cruz".

De acordo com a Simbologia Maçônica:

GRACCHO — capitão João Mendes Viana

ANIBAL — major Albino dos Santos Pereira

DIDEROT — Joaquim Gonçalves Ledo

José Bonifácio foi o primeiro Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Assim comenta Adolfo Varnhagem ⁵ a entrada de Dom Pedro para a Maçonaria:

"Foi nestes momentos de apuros, em que o príncipe, informado dos serviços que à sua causa e do Brasil havia já prestado e estava prestando a Maçonaria, trabalhando ativamente com o seu grão-

5. In *História da Independencia do Brasil*, pg. 195.

mestre e o primeiro vigilante, movido por ventura da curiosidade tão natural na sua idade e não menos dos argumentos dos seus catequizadores, que lhe citariam casos de outros reis da Europa, por fins políticos haviam igualmente professado, se deixou converter e quis 'ver a luz' maçônica. Proposto pelo grão-mestre, seu ministro, 'para ser iniciado nos mistérios da ordem', aceita a proposta 'com unânime aplauso e aprovada por aclamação geral', foi iniciado no primeiro grau da forma da liturgia e prestou o juramento adotando o nome heroico de Guatimozin, no dia 2 de agosto".⁶

Dom Pedro, antes de ingressar na Maçonaria, filiou-se a uma sociedade secreta, a "Nobre Ordem dos Cavalheiros da Sancta Cruz", instalada a 2 de junho de 1822. Esta nova agremiação política, fundada com a anuência de José Bonifácio e onde seus membros denominavam-se "Columnas do Throno", somente mais tarde, a 2 de fevereiro de 1823, deliberou modificar a sua estrutura e se transformou em "Apostolado", organização de caráter maçônico. Na sessão de 2 de junho, a "Nobre Ordem dos Cavalheiros da Sancta Cruz" era o Príncipe Regente sob o título de "archonte-rei", o chefe, e José Bonifácio (grão-mestre da Maçonaria) seu "lugar-tenente".

Essa sociedade reunia-se primeiramente em salas do quartel general do comando de armas, à rua da Guarda-Velha, onde esteve mais tarde a Secretaria do Império e depois o Liceu de Artes e Ofícios. A Loja "Comercio e Artes" funcionava no sobrado nº 4 da rua do Conde da Cidade Nova, depois Conde d'Eu.⁷

Pelos irrefutáveis depoimentos de eminentes historiadores como Hélio Vianna, Gustavo Barroso, Pedro Calmon, Oliveira Lima, Tobias Monteiro, Octavio Tarquinio de Souza, Calógeras, Varnhagem, A. Tenorio d'Albuquerque, Teixeira Pinto e outros, foi marcante a participação da Maçonaria na emancipação política do Brasil.

"José Bonifacio falava da maçonaria ao Príncipe e o atraia para ela, mostrando-lhe a ação de Ledo na Loja Comercio e Artes, e de Muniz Barreto, a dezenas de militares e sacerdotes." (Gustavo Barroso, *História secreta do Brasil*, vol. II, pg. 244.)

"Só se manteve maçon enquanto a Ordem podia servir-lhe, já para o desviar de sua natural inclinação republicana, já para ensaiar, como num conselho privado, os atos definitivos da Independencia e da coroação. Aí ouviu pela primeira vez o brado 'Viva o Imperador' repetido em São Paulo na noite de 7 de setembro. Teve aí a certeza de que, se recusasse, fariam sem ele a independencia". (Pedro Calmon, *Vida de D. Pedro I*, pg. 109.)

6. O nome Guatimozin se liga ao último imperador asteca, vencido e supliciado por Cortez, mas considerado o símbolo do estoicismo.

7. TEIXEIRA PINTO (*op. cit.*) e A. TENÓRIO D'ALBUQUERQUE — *A Maçonaria e a grandeza do Brasil*.

O objetivo real deste modesto trabalho não é fixar-nos nesses memoráveis acontecimentos que se tornaram fundamentais no curso de nossa História, mas deter-nos principalmente no caráter simbólico da Maçonaria, através de seus Ritos, insígnias e jóias. A análise e o estudo dos objetos rituais, maçônicos que se acham expostos no Museu Histórico Nacional, como tendo sido de uso do Imperador Dom Pedro I, nos levaram a pesquisas mais profundas no campo da simbologia maçônica através de suas insígnias e atributos, pesquisas essas que nos possibilitaram a identificação dos diversos graus e Ritos, assim como nos permitiram fazer a distinção dos vários dignitários das Oficinas.

Antes de descrevermos cada um desses objetos citados, faremos um breve relato referente à Maçonaria, suas origens, seu critério filosófico e suas características de sociedade secreta, cujo assunto é examinado à luz da própria tradição maçônica.

As origens da Maçonaria se perdem nas neblinas da Antiguidade... Os autores maçônicos assinalam diversos graus de antiguidade à Ordem, alguns atribuem sua fundação ao Rei Salomão, outros afirmam que a sabedoria maçônica é o único resíduo do divino conhecimento possuído por Adão antes de sua queda... e outros, ao profundo significado místico dos Mistérios do antigo Egito.

O 9º "Landmark"⁸ da Maçonaria Universal prescreve o seguinte: "a Maçonaria emprega sinais, toques e palavras secretas para reconhecer seus Irmãos".⁹

Esses sinais de reconhecimento e intercomunicação dos iniciados remontam à longínqua era dos primeiros mistérios. Selecionados entre várias hierarquias e ordens, os Irmãos tinham toques e palavras de reconhecimento particular a cada grau, cuja significação e prática só podiam ser ministradas em recinto fechado nos atos de: iniciação, elevação, exaltação e consagração dos respectivos graus. Assim também os toques determinados por sinais dâcteis convencionais, adotados entre seus membros para mútuo reconhecimento e identificação, são geralmente acompanhados de palavras sagradas e de passe quando em certas circunstâncias.

8. A palavra "landmark" ("landmarque") é composta de dois termos: "land", que significa solo, terra, povo, nação, país; e "mark" que é limite, indicação, testemunho. Em Maçonaria, a palavra "landmarque" designa os usos e costumes, práticas e tradições, que se consideram princípios fundamentais da instituição. São os antigos e universais costumes da Ordem, os quais pouco a pouco ficaram estabelecidos como regras de ação. *O aprendiz-maçom* — Henrique Valadares (Cayru).

9. DR. BOA VENTURA KLOPPENBURG, *A maçonaria no Brasil*.

A introdução da Maçonaria no Brasil deve ter ocorrido no sec. XVIII, quando do despertar da consciência nacional brasileira e o seu crescente desejo de independência. Segundo A. T. Cavalcanti, na sua obra *A Maçonaria e a grandeza do Brasil*, Tiradentes era maçom, tendo chegado a fundar uma Loja Maçônica no Tijuco (hoje Dimantina), Minas Gerais. No Norte, os primeiros passos decisivos para a implantação da Maçonaria no País, nos foram dados através de Pernambuco e Bahia, pelo Grande Oriente de França, com o Rito Moderno ou Francês e seus sete graus, que o Grande Oriente do Brasil adotou desde a sua fundação e que até hoje conserva; no Sul, no Estado do Rio de Janeiro, pelo Grande Oriente de Portugal, com o Rito Adoniramita e seus treze graus.¹⁰

Em 1801 se fundou na Bahia, em Salvador, a Loja "Virtude e Razão", que teve duração efêmera, reconstituindo-se depois, em 1807, sob o nome de "Humanidade" e, mais tarde, Loja "União".

Todavia, ao Sul, em 1804, fundou-se, no Rio de Janeiro, a 1ª Loja simbólica regular, sob o título "Reunião", filiada ao Grande Oriente Lusitano e funcionando no Rito Adoniramita.

Com a vinda das Cortes Portuguesas para o Brasil, em 1808, surgiu a Loja "S. João de Bragança" e, mais tarde, a "Distintiva", em 1812, tendo ambas duração efêmera.

Com a fundação da Loja "Comercio e Artes", em 1815, adotando o Rito Adoniramita e funcionando sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano, iniciou-se uma era mais sólida para a Maçonaria no Brasil, embora só se tenha definitivamente instalado no dia 24 de junho de 1821, como citamos anteriormente.

Criado o Grande Oriente do Brasil em 1822, adotara-se o Rito Moderno ou Francês com seus sete graus, sendo usado o calendário maçônico: o primeiro dia do ano começa a vinte-e-um de março do calendário Gregoriano, tempo do equinócio onde se supõe que o sol se achava quando o Grande Arquiteto do Universo abriu a estrada à carreira dos séculos...¹¹

A era maçônica data desde a criação do mundo, segundo a cronologia hebraica. O ano maçônico começa em março (Nisan-1º mes a 21 de março, designado por A.°. da V.°. L.°), acrescentando-se 4.000 anos à era vulgar ou cristã. Baseia-se na concepção bíblico-judaica da idade da criação do mundo. Como exemplo podemos citar a data de 4 de outubro de 1822, que

10. Rito Adoniramita — criado em 1776 ou 1787 pelo barão de Tschoudy relaciona seus emblemas com a construção do Templo de Salomão mas cultua a memória de Adoniram ou Adoram como tendo sido o seu arquiteto e a vítima da perfidia dos três maus companheiros. (*Dic. Maç.*, pv. 371).

11. TEIXEIRA PINTO, *A maçonaria na Independencia*, pg. 36.

corresponde no calendário maçônico aos 14 dias do 7º mês da V.º. L.º. 5822 (data em que Dom Pedro I foi empossado como Grão-Mestre da Maçonaria).¹²

Nos documentos maçônicos usa-se abreviar as palavras suprimindo-lhes uma ou mais letras finais. A supressão é indicada por três pontos dispostos em triângulo ∴ — V.º. L.º. (Verdadeira Luz). É regra geral que a supressão se faça sempre no meio de uma sílaba e que a primeira letra suprimida seja uma vogal e a última deixada, uma consoante: Loj.º. = Loja. O plural dos nomes é apresentado pela repetição da inicial: LLoj.º. = Lojas.¹³

As diversas agremiações maçônicas têm o nome genérico de Oficinas, que recebem denominações especiais conforme as corporações simbólicas de altos graus que se dividem em: Lojas, Colégios, Cortes, Capítulos, Grandes Lojas, Conselhos Soberanos, Consistórios, Areópagos, Tribunais e Soberanos Conselhos. Uma Loja Maçônica simboliza o mundo ou o universo; é o local onde se reúnem e se congregam os maçons para um determinado trabalho. Ela deve conter os ornamentos (pavimento de mosaico, estrela flamígera e borda dentada), o mobiliário (volume da Ciência Sagrada, Esquadro e Compasso) e as jóias (as imóveis: a pedra bruta e a lavrada; as móveis: o esquadro, o nível e o prumo).

A Loja confere os três primeiros graus que são simbólicos e que, em todos os Ritos, denominam-se: Aprendiz, Companheiro e Mestre. Atualmente o Grande Oriente do Brasil adota e sanciona os seguintes Ritos: Escocês Antigo e Aceito, Adoniramita, Moderno ou Francês e York.¹⁴

Nos Ritos Escocês Antigo e Aceito e no Adoniramita, é fórmula obrigatória em todos os documentos — “À Glória do Grande Arquiteto do Universo”^{15 16}. No Moderno ou Francês, a fórmula

12. *Op. cit.*, a pg. 36, onde o autor esclarece plenamente a questão do calendário maçônico e as divergências que em torno do assunto existem por parte de muitos historiadores, entre eles o Barão do Rio Branco, que reivindicam a data de 1.º de março para o início do ano maçônico.

13. *O aprendiz-maçon*, HENRIQUE VALADARES (Cayrú).

14. As últimas Constituições do Grande Or. do Brasil têm, além desses 4 Ritos, mais dois: o Schroeder e o Brasileiro.

15. O Rito Escocês Antigo e Aceito, com seus 33 graus, tem origem no Rito de Perfeição ou de Heredon de 25 graus, criado em 1758 na França pelo Conselho de Imperadores do Oriente e do Ocidente. Em 12 de novembro de 1832, o antigo embaixador brasileiro Montezuma, visconde de Jequitinhonha, munido de plenos poderes do Supremo Conselho da Bélgica, fundou um Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, no Rio de Janeiro, onde instalou uma Loja a que denominou “Educação e Moral”.

16. Título dado à Divindade Suprema em todos os Ritos e Sistemas Maçônicos.

é “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, que pode ser adicionada à adotada nos Ritos Escocês e Adoniramita.

Passando a análise dos objetos maçônicos expostos no Museu Histórico Nacional — *gládio com bainha* (foto III): lâmina e punho em metal dourado e filigranado, tendo gravados no punho, em relevo, símbolos maçônicos como o cinzel e o malho cruzados¹⁷, o triângulo irradiado com o algarismo 33 no seu interior¹⁸, indicando que seu possuidor era grau 33º do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Faixa maçônica (foto IV) em seda e ouro, com a águia bicéfala coroada, trazendo um punhal nas garras¹⁹; o Delta (triângulo irradiado) com o algarismo 33 em seu interior; a cruz de Malta que ornamenta, no Rito Escocês Antigo e Aceito, os graus 30º, 31º, 32º e 33º.

*Avental maçônico*²⁰, (foto V), ostentando os grandes símbolos: o Delta, a cruz com a rosa mística como símbolo Rosa-Cruz²¹ e o Pelicano²².

*Malhete*²³ *de sinais, de Grão-Mestre da Maçonaria*, em bronze dourado com as iniciais P.1, gravadas em relevo. (Foto VI.) Pelo exposto, acreditamos que, desses objetos maçônicos assim descritos e através dos símbolos que ostentam, dois apenas

17. Cinzel — instrumento do grau de Aprendiz, que, com o malho, serve para desbastar simbolicamente a pedra bruta, emblema de personalidade não-educada e não-polida. Representa a Perseverança. (*Dic. Maç.*, pg. 99.)

18. O triângulo, o Delta, emblema da Divindade, representado no Oriente da Loja sob o dossel que cobre o trono do Venerável... Encontra-se também assim figurado nas santas escrituras da Pérsia, na iconografia cristã e na escrita maçônica. (*Dic. Maç.*, pgs. 99 e 116).

19. Distintivo dos mais elevados graus da Maçonaria Filosófica e Administrativa e emblema do grau 33º dos Ritos Escocês e de Menfis. Figura nos símbolos dos Cavaleiros Kadosh, Príncipes do Real Segredo e Soberanos Grandes Inspectores Gerais. Emblema da audácia, perspicácia e gênio.

20. Uma das vestimentas simbólicas mais importantes na Maçonaria, cuja origem data, pelo menos, do antigo Egito. Distintivo indispensável do trabalho, é o único que dá ao maçom o direito de penetrar nos templos e de participar das reuniões, qualquer que seja o seu cargo na Loja.

21. No 18º grau do Rito Escocês e no 7º do Rito Moderno ou Francês se usa o símbolo da Rosa unida à Cruz, sendo que a Rosa é a tripla conotação de Amor, Segredo e Fragância e a cruz, o triplo significado de Auto-sacrifício, Imortalidade e Santidade.

22. Ave aquática que, entre os antigos egípcios, foi tomada como símbolo do Espírito Santo, tal qual a pomba entre os cristãos, representando o amor maternal em que figurava, abrindo com o bico seu próprio peito para, com o sangue, alimentar seus sete filhinhos. Entra como um dos principais símbolos rosa-cruzes. (C. W. Leadbeater 33º — *História Oculta da Maçonaria*.)

23. Pequeno martelo, símbolo de autoridade, que é colocado sobre a mesa do Venerável para, por meio de golpes, dirigir os trabalhos das colunas ou irmãos (*op. cit.*).

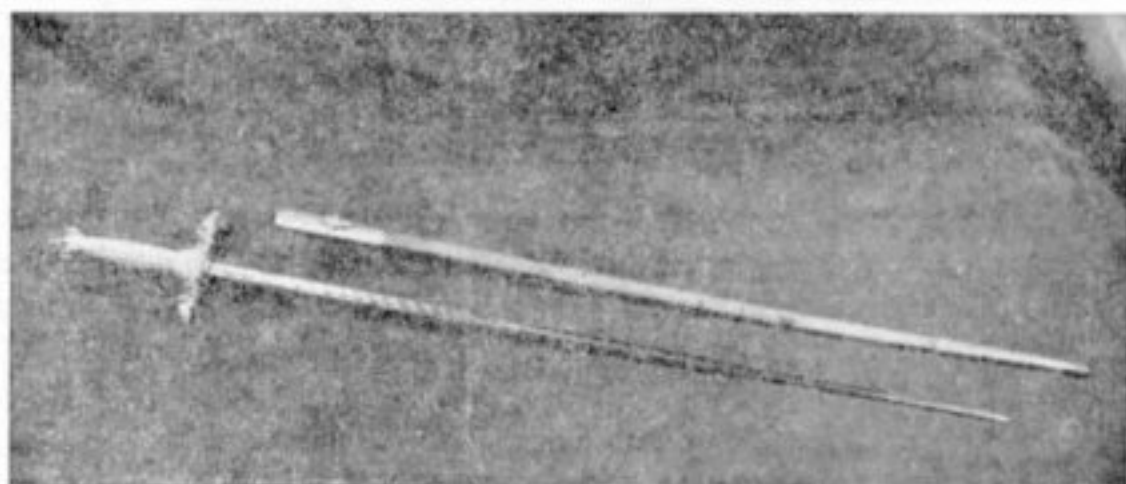


Foto III — Gládio maçônico com bainha.

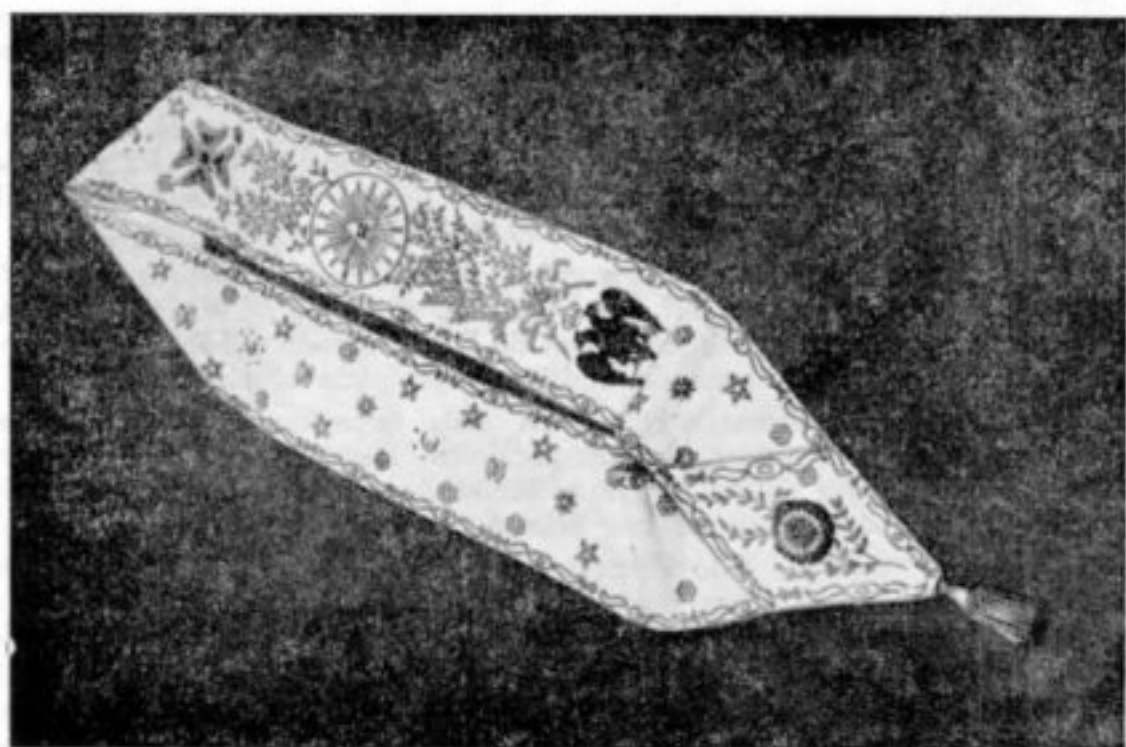


Foto IV — Faixa maçônica.



Foto V — Avental maçônico ostentando os grandes símbolos.



Foto VI — Malhete de grão-mestre da Maçonaria, com as iniciais P.1.

poderiam ter pertencido ao Imperador Dom Pedro I, como grão-mestre da Maçonaria, eleito e empossado a 4 de outubro de 1822 (ver início deste trabalho): o malhete e o avental de Cav.'. Rosa-Cruz ²⁴.

Fazendo um retrospecto do que já foi por nós historiado anteriormente, o "Grande Oriente Brasileiro" adotara o Rito Moderno ou Francês (com seus 7 graus), assim como os Irmãos oriundos da Loja "Comercio e Artes" praticavam o Rito Adoniramita (com seus 13 graus), do qual a mesma possuía os respectivos reguladores e rituais fornecidos pelo Grande Oriente de Portugal, Brasil e Algarves, quando foi fundada a 15 de novembro de 1815.

Como Dom Pedro possuía o grau de Cav.'. Rosa-Cruz, foi-lhe admitido fazer parte da alta administração do Grande Oriente, como Grão-Mestre. Os outros objetos (gládio e faixa) não poderiam ter pertencido ao Imperador e, sim, a um maçom grau 33º do Rito Escocês Antigo e Aceito (ver nota 15), na época de cuja fundação, por Montezuma, Dom Pedro já havia abdicado. ²⁵

24. O Rito dos Irmãos da Ordem Rosa-Cruz foi fundado no final do séc. XIV, mas esta Ordem só se tornou conhecida na Europa em 1614, com a publicação do opúsculo "Fama Fraternitatis" da Meritoria Ordem da Cruz, dirigido aos Eruditos em geral e aos governantes da Europa. O mesmo opúsculo contém a descrição da vida tradicional de Christian Rosenkreutz, o fundador da ordem, desde o seu nascimento (1375) até a sua morte. Tendo ingressado muito jovem num mosteiro solitário situado nas fronteiras da Alemanha com a Áustria, ali se educou e se desenvolveu dentro de uma comunidade que conservava uma tradição secreta onde seus monjes devotavam-se à meditação e eram detentores do genuíno conhecimento espiritual oculto. Rosenkreutz passou depois a viajar, percorrendo a Alemanha, Áustria, Itália e Egito, tendo ali sido bem acolhido pelos irmãos da Loja Egípcia. Em seu retorno do Egito, fundou a Ordem da Rosa-Cruz que, embora muito limitada em número de membros (uns quarenta no máximo), exerceu grande influência sobre a tradição secreta na Europa, formando uma escola ocidental a fim de veicular os mais elevados conhecimentos ocultos e espirituais.

25. Francisco Gê Acayabá de Montezuma, visconde de Jequitinhonha, político e patriota brasileiro que, entrando primitivamente num convento de franciscanos, fugiu um dia do claustro indo para Coimbra, onde cursou a Universidade, formando-se em Direito. Em Coimbra fez parte do grupo a que pertencia Almeida Garrett. De regresso ao Brasil, assumiu a direção do Diário Constitucional e, partidário intransigente da independência brasileira, conspirou para que ela se alcançasse. Em 1822 estalaram na Bahia desordens que terminaram com os soldados portugueses expulsando da cidade aos brasileiros. O visconde de Jequitinhonha organizou em seguida as revoltas de Cachoeira e S. Francisco, conseguindo a criação de um governo provisório. Foi deputado, senador e ministro do Império.

BIBLIOGRAFIA

- PEDRO CALMON — *Vida de D. Pedro I. O Rei Cavaleiro*. 1943.
- TOBIAS MONTEIRO — *História do Império. A Elaboração da Independência*. 1927.
- GUSTAVO BARROSO — *História secreta do Brasil*. (Brasíliana).
- OCTAVIO TARQUINIO DE SOUZA — *História dos Fundadores do Império do Brasil*.
- OLIVEIRA LIMA — *O movimento da Independência — O Imperio Brasileiro (1821-1889)*.
- FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEM — *História Geral do Brasil* — 5.^a ed., rev. e anotada pelo prof. Helio Vianna.
- C. W. LEADBEATER 33.^o — *A vida oculta na Maçonaria*. 1956.
- DR. BOAVENTURA KLOPPENBURG — *A Maçonaria no Brasil*. 1956.
- HELIO VIANNA — *História do Brasil*. 7.^a ed., rev. e aum. 1970.
- ADELINO DE FIGUEIREDO LIMA — *Nos Bastidores do Mistério*. 1954.
- A. T. CAVALCANTI D'ALBUQUERQUE — *A maçonaria e a grandeza do Brasil*. 1955.
- TEIXEIRA PINTO — *A Maçonaria na Independência do Brasil*. 1822-1823.
- ASSIS CINTRA — *No limiar da História*.
- HENRIQUE VALADARES (CAYRU) — *O aprendiz-maçon*. 1966.
- GUSTAVO BARROSO — *Segredos e revelações da História do Brasil*. Publ. in "O Cruzeiro".

DOCUMENTOS DA INDEPENDÊNCIA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

HERCULANO GOMES MATHIAS

Chefe da Divisão de Documentação
e Divulgação

No acervo documental do Museu Histórico Nacional o período 1808/1825, oficializado para as comemorações do Sesqui-centenário da Independência do Brasil, acha-se representado por uma quantidade relativamente modesta de originais, manuscritos ou impressos, relacionados com alguns acontecimentos ocorridos naquela época.

Os documentos fundamentais que assinalam a marcha progressiva do nosso processo de emancipação política, iniciada com a chegada do Príncipe Regente à cidade do Salvador, em janeiro de 1808, e concluída com o Tratado de Reconhecimento, assinado no Rio de Janeiro a 29 de agosto de 1825, encontram-se, em sua maior parte, no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Imperial, Departamento de História e Documentação do Estado da Guanabara, Museu Paulista, e no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Um ou outro registro de real valor para a história daqueles anos é localizado fora dessas instituições.

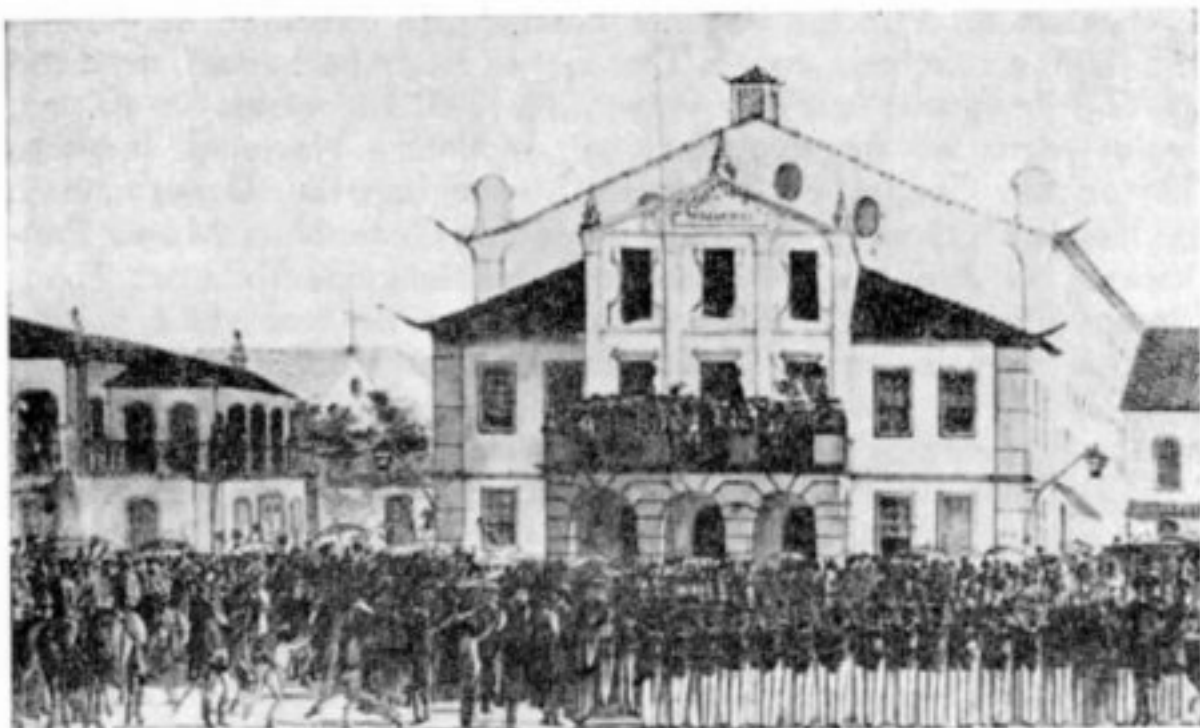
O Museu Histórico Nacional, que possui em seu Arquivo vários documentos firmados por ocasião da União Ibérica (1580-1640), além de algumas coleções preciosas, tais como os *fundos* Nilo Peçanha, Wanderley Pinho, Visconde da Cachoeira e alguns milhares de documentos avulsos, pouco material pode oferecer aos pesquisadores do movimento da Independência. A maior parte dos documentos datado de 1808 a 1825, pertencentes ao seu acervo, carece de interesse relevante.

Visando a orientar os estudiosos, procurei relacionar nas páginas que se seguem aqueles que, no meu entender, podem auxiliar a complementação de trabalhos de pesquisa.

Antes de entrar na discriminação dos originais manuscritos ou impressos, darei destaque especial a duas importantes peças iconográficas que, de fato, situam-se entre as mais valiosas da coleção:

1. Desenho aquarelado — medindo 23 x 35 cm — representando a Aceitação Provisória da Constituição de Lisboa — em 26 de fevereiro de 1821. Gilberto Ferrez identificou seu autor — Felix Emilio Taunay. Trata-se de trabalho executado, ao que tudo indica, por uma testemunha presencial dos fatos ocorridos naquele dia em frente do Teatro São João no Rossio, com as figuras de D. Pedro e seu irmão, D. Miguel, na varanda, aplaudidos pela Divisão Auxiliadora e pelo povo que acorrera ao local. Cumpre acrescentar que o original de Taunay é, de todos os pontos de vista, superior ao apresentado por seu colega Debret e que faz parte da *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, 3º Tomo, prancha n.º 45.

2. Bandeira da Confederação do Equador. Desenho original, a cores, enviado pelo Almirante Cochrane, juntamente com uma carta, ao Ministro Luís José de Carvalho e Melo — futuro Visconde da Cachoeira —, que ocupava a Pasta dos Estrangeiros. Escrita em 3 de outubro de 1824, a bordo da Nau Pedro I. A referida bandeira difere inteiramente da que tem sido apresentada até hoje em várias publicações. O autor da carta escreveu, do próprio punho — *Carvalhos flag Pernambuco*. O Arquivo



Aceitação Provisória da Constituição de Lisboa (Rio, 26 de fevereiro de 1821, por Felix Emilio Taunay).

Nacional, no volume XXII de suas *Publicações*, já fizera, através do anotador dos documentos editados sobre aquele movimento revolucionário, a seguinte ressalva: "Não se conhece nenhum exemplar autêntico da bandeira da Confederação do Equador. De acordo com a tradição e informes históricos o professor de desenho Odilon Tucuman, de Pernambuco, ideou esse modelo por incumbência do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano".

Documentos manuscritos:

1. Carta de nomeação do Conselheiro Paulo Fernandes Viana para o lugar de Intendente Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil. Data: 16 de maio de 1808. Nomeação feita pelo Príncipe Regente e referendada por D. Fernando de Portugal (Ministro dos Negócios do Reino) e Tomás Antônio de Vila Nova Portugal.

2. Instruções — rascunho — ao Conselheiro Francisco Correia Vidigal sobre o Reconhecimento da Independência do Brasil pela Santa Sé. Monsenhor Vidigal foi recebido oficialmente pelo Papa Leão XII em 23 de janeiro de 1826 (Hildebrando Accioly, *O Reconhecimento da Independência do Brasil* — pág. 159).

3. Ofício de José Bonifácio de Andrada e Silva, encaminhando o Manifesto de 6 de agosto de 1822 dirigido às Nações Amigas. Data — 14 de agosto de 1822. O Patriarca da Independência redigira o famoso documento assinado por D. Pedro naquela data.

4. Carta do Almirante Cochrane — Marquês do Maranhão — enviada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Luís José de Carvalho e Melo, futuro Visconde da Cachoeira. Escrita a bordo da Nau Pedro I, fundeada no Maranhão, em 3 de outubro de 1824. Fala sobre o descontentamento reinante nas Províncias do Norte e tece algumas sugestões sobre a melhor forma de administração militar. Remete, em anexo, a bandeira de Manuel de Carvalho Pais de Andrade (Confederação do Equador).

5. Fragmento do Diário de bordo da Nau *Pedro I* — 7 páginas — em sua viagem do Rio de Janeiro ao porto de Maceió, de 1º a 15 de agosto de 1824, por ocasião do movimento revolucionário de Pernambuco (Confederação do Equador).

6. Manuscrito anônimo sobre a situação em Portugal antes e depois da entrada das tropas francesas na cidade de Lisboa (29 de novembro de 1807).

7. Instrumento da Sessão do dia 6 de outubro de 1821 e aprovação do Tratado de Pacificação entre o Conselho Govern-

Primeira folha do Diário de viagem do Rio de Janeiro a Maceió — da Nau *Pedro I* — de 1.º a 15 de agosto de 1824 (Confederação do Equador).

tivo do Recife e o Governo Constitucional Temporário da Província de Pernambuco. Firmado na Sala das Sessões do Governo Constitucional Temporário da referida Província, em Beberibe, às dez da noite. Com o visto do Governador e Capitão-General Luís do Rego Barreto e dos insurretos, entre os quais Gervásio Pires Ferreira, que presidiria à primeira Junta Governativa constituída nesse mes. Luís do Rego Barreto partiria para Portugal logo a seguir.

8. Ata da Sessão de 7 de outubro de 1821, na Povoação de Beberibe — em Pernambuco —, transcrevendo o acordo entre os revolucionários de Goiana e o Capitão-General Luís do Rego Barreto. Com os autógrafos dos presentes.

9. Relação dos mortos e feridos no combate de 21 de setembro de 1821 — em Pernambuco —, assinada pelo comandante da força pacificadora.

10. Termo lavrado em Conselho Militar convocado pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, General da Expedição de Pernambuco. Maceió — 18 de agosto de 1824. Trata-se de providências relacionadas com a invasão do território daquela Província durante a revolta da Confederação do Equador.

11. Relação das pessoas que o Presidente da Província do Ceará, em officio de 15 de junho de 1825, propõe para serem remuneradas pelos serviços prestados naquela província.

12. *Instauração e Renovação da Ordem denominada da Espada.* Rascunho original do documento — Carta de Lei pela qual S. A. Real há por bem restaurar e renovar a Ordem da Espada. Sem data.

13. Relação dos oficiais que foram empregados na força pacificadora e que atualmente existem unidos à dita força. Divisão militar de Pernambuco — Quartel em Olinda, 14 de setembro de 1821. Refere-se o documento ao levante de 1821, que teve como resultado a retirada para Portugal do último Governador e Capitão-General, Luís do Rego Barreto, substituído, em outubro de 1821, pela Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira.

14. Proclamação que, por ocasião da Restauração do Real Governo na cidade da Paraíba, oferece a seu Restaurador o Sr. João Alves Paçatuba. Por Manuel Nunes Ferreira, presbítero secular. Com um soneto.

15. Salvo-conduto para o Ajudante de Ordens Massignard, do General do Exército do Recôncavo da Província da Bahia — Labatut — Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1822.

16. Officio da Junta da Cachoeira, concedendo poderes ao Juiz de Fora da Vila de São Francisco de Sergipe do Conde,

para exercitar a jurisdição que pelo seu cargo lhe compete em todos os distritos pertencentes ao termo da cidade. Datada de 25 de novembro de 1822, Província da Bahia.

17. Proclamação de Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão convidando os baianos a aclamarem D. Pedro como Príncipe Regente no dia de São Pedro. Data da Proclamação — 13 de junho de 1822.

18. Ofício enviado pelo Conde de Palma — Governador da Capitania da Bahia —, comunicando à Câmara da Vila de São Francisco a Aclamação de D. João VI — Bahia —, 13 de abril de 1818.

19. Idem — mandando criar cadeiras de primeiras letras em várias freguesias da Bahia. 4 de junho de 1819.

20. Procuração concedida ao Major Domingos Luís Ferreira Pacheco — dono do Engenho de Maracangalha —, para jurar a Constituição do Império. 19 de maio de 1824.

21. Proclamação para que fosse constituído o Conselho de Cachoeira. Assinada por Bento de Araujo Lopes Vilas Boas, Manuel Diogo Sá Barreto.

22. Ofícios dirigidos pelo Capitão-Mor Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão ao Senado da Câmara de Vila de São Francisco de Sergipe do Conde. Assuntos administrativos. *Quartel de minha residência*, em 22 de fevereiro de 1822.

23. Petição do Capitão-Mor Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão solicitando ao Escrivão da Câmara de S. Francisco que declare o juramento de obediência ao Projeto de Constituição prestado pelo Corpo de seu Comando. Data — 31 de julho de 1824.

24. Convocação para reunião no dia 21 de agosto de 1822, a fim de serem tomadas medidas prontas e ajustadas às atuais circunstâncias e urgente crise da Província da Bahia. Vila de São Francisco — 17 de agosto de 1822.

25. Proclamação assinada por Bento de Araujo Lopes Vilas Boas, Manuel Diogo Sá Barreto e Aragão, Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão — propondo a eleição da Junta da Cachoeira e assentando as bases de sua constituição. Data — 21 de agosto de 1822.

26. Rascunhos de uma representação do Procurador da Câmara da Vila de São Francisco (Bahia) — Antônio Joaquim Antunes —, de 21 de fevereiro de 1822, — expondo ao Ouvidor da Comarca e ao Senado da Câmara a situação da capital e pedindo para que não sejam enviadas as forças de lá requisitadas.

27. Ofício do Capitão-Mor da Vila de São Francisco a José Bonifácio — datado de 1º de julho de 1822 —, dando notícia da aclamação de D. Pedro Príncipe Regente, a 29 de junho, naquela vila. Relata o êxodo para o Recôncavo, o asilo concedido aos soldados retirantes, o receio de reação por parte de Madeira e a disposição de luta dos habitantes do Recôncavo.

28. Ofício da Câmara da Bahia à da Vila de São Francisco sobre a convocação dos eleitores de paróquia para cumprimento do Decreto de 16 de fevereiro de 1822 (Criação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias). Declara que este "é o meio de se fazer eterna a União e conservação dos tres Reinos de Portugal, Brasil e Algarves, mantidas as Bases Constitucionais já juradas." Assinam o documento Antônio Augusto da Silva, Antônio Ferreira França, Francisco Gomes Brandão Montezume e Francisco José Lisboa. Escrito na Bahia, a 8 de maio de 1822.

29. Cópias (3) de proclamações do General Labatut, comandante das tropas brasileiras de libertação da Bahia. Ano — 1822.

30. Ofício da Câmara da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde comunicando ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva a aclamação, naquela vila, de D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real, Regente do Reino, como Protetor e Defensor Perpétuo dos seus Direitos Constitucionais. 1º de julho de 1822.

31. Ofícios assinados pelo Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, dirigidos ao Brigadeiro Garcez, convidando-o a jurar a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, às 11 horas da manhã do dia 30 de dezembro. Data — 24 de dezembro de 1822.

32. Ofício do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, Governador das Armas da Provincia da Bahia, solicitando parelhas de bestas ensinadas para "puxarem as peças de campanha". Data — 22 de julho de 1822.

33. Cópia de documento, assinado por Labatut, escrito no Quartel do Engenho Novo, em 23 de fevereiro de 1823, tecendo considerações sobre o alistamento de vagabundos e rapazes solteiros na tropa de 1ª Linha e incumbindo o Capitão-Mor Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão de entender-se com os demais capitães-mores sobre o assunto. Chama Siqueira Bulcão de "Patriarca da Independência desta Provincia".

34. Ofício ao Cabido da Sé Metropolitana da Bahia convidando-o para a cerimônia do Juramento das Bases da Constituição Portuguesa, decretadas em 9 de março pelas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da mesma Nação, a ser efetuado



OM PEDRO PRIMEIRO, POR GRACA DE DEOS, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que tendo-Nos requerido os Povos deste Imperio, juntos em Câmaras, que Nós quanto antes jurassemos e fizessemos jurar o Projecto de Constituição, que haviamos offerecido ás suas observações para serem depois presentes á nova Assembleia Constituinte; mostrando o grande desejo, que tinham, de que elle se observasse ja como Constituição do Imperio, por lhes merecer a mais plena approvação, e d'elle esperarem a sua individual, e geral felicidade Política: Nós Juramos o sobredito Projecto para o observarmos e fizermos observar, como Constituição, que d'ora em diante fica sendo deste Imperio; a qual he do theor seguinte:

CONSTITUIÇÃO POLITICA

DO IMPERIO DO BRASIL.

EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE.

TITULO I.

Do Imperio do Brasil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião.

Artigo 1. **O** IMPERIO do Brasil he a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formão huma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia.

Art. 2. O seo territorio he dividido em Provincias na fórma em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.

Art. 3. O seo Governo he Monarchico Hereditario, Constitucional, e Representativo.

Art. 4. A Dynastia Imperante he a do Senhor Dom Pedro I. actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brasil.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permittidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior de Templo.

Constituição Política do Império do Brasil. Edição impressa em 1824.

às 10 horas do dia na Sé Catedral de Salvador, depois da celebração da Santa Missa.

35. Comunicação ao Cabido da Igreja Catedral da Bahia, feita por José Fernandes da Silva Freire, na qualidade de Deão — Governador do Arcebispado, dando conta do recebimento de um officio, datado de 7 de fevereiro de 1822, do Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, comunicado haver sido o referido militar nomeado para exercer o comando interino das Armas da Província da Bahia, na conformidade das determinações do Soberano Congresso Nacional, e que já se achava no exercício daquele cargo. O Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, que era nascido no Brasil, acabaria sendo substituído pelo seu colega português Inácio Luís Madeira de Melo, e remetido preso para Lisboa.

36. Comunicação feita ao Cabido da Igreja Metropolitana da Bahia, pelo Deão Governador do Arcebispado — José Fernandes da Silva Freire, no dia 2 de julho de 1823 (data da retirada da Bahia das tropas portuguezas que, sob o comando do Brigadeiro Madeira de Melo, sustentavam a luta contra as forças imperiais desde o ano anterior.)

O documento merece transcrição integral: “Ilmo e Rmo. Snrs. Cabido da Santa Igreja Metropolitana da Bahia, Sede Vacante.

Considerando as tristes circunstâncias a que esta desgraçada Província se acha reduzida, e não descobrindo meio algum profícuo para por em segurança a minha pessoa nesta Cidade, se não a de retirar-me por algum espaço de tempo na expectação de ver restaurada a boa ordem do sossego público para gozar da *indennidade* de pessoa, e exercer as funções do meu Cargo, não posso, contudo, obter nem ainda uma certeza provável de que seja respeitado o meu decoro, segundo o Direito das Gentes. Persuadindo-me, portanto, segundo os movimentos que observo, de que a minha pessoa corre evidente risco se ficar exposta à discrição, e não descobrindo garantia da minha inviolabilidade, tenho decidido absolutamente retirar-me para a Corte de Lisboa, a fim de procurar asilo, que nesta Cidade não posso esperar. Por esta razão V. S. Ilma. proverá na minha falta a administração do Governo desta Igreja em pessoa de sua Eleição, de que darei parte a El Rei o Senhor D. João 6º. E como em minha mão param restos de ouro e prata, do que antigamente, por Ordem Régia, se mandou meter na fundição da Casa da Moeda, pertencente ao despojo dos Jesuítas do Colégio, que hoje serve de Catedral; estas peças, e outra qualquer coisa que pare na minha mão, pertencente à Santa Sé, entregarei ao mesmo Senhor, a quem de direito pertence; e da sua entrega apresentarei em tempo e competente recibo, para salvar o meu crédito e responsabilidade. Resta-me reco-

mendar ao zelo e sabedoria de V. S. Ilma. o bom regimen deste Arcebispado, para gloria de Deus e bem espiritual das almas. Deus Guarde a V. S. Ilma. Bahia, 2 de Julho de 1823".

Documentos impressos:

1. Proclamação do *Governo Provisional* de Minas Gerais aos habitantes de Vila Rica recomendando que não se deixem possuir de terror pânico e evitem perturbar o sossego público. Sem data.

2. Edital da Junta Provisória e Administrativa do Governo da Província do Maranhão determinando a criação de escolas de primeiras letras. Em 15 de julho de 1822.

3. Manifesto do Príncipe Regente, de 12 de janeiro de 1822, requisitando força armada em quantidade que — "não desfalcando a Província ajude o Rio de Janeiro". Dirigido ao Governo Provisional de Minas Gerais.

4. Bando, do Conselho Interino do Governo da Província da Bahia aos seus habitantes pedindo auxílio, em víveres, para a esquadra e exército. Vila da Cachoeira — 30 de abril de 1823.

5. Bando — do Governo Provisório da Bahia — de 8 de setembro de 1823, ordenando providências para a detenção e castigo de todos os paisanos que forem encontrados com armas, praticando arbitrariedades.

6. Subscrição do empréstimo para subsídio da Expedição destinada a auxiliar a Província da Bahia na luta contra os portugueses. Importância doada pelo Conselheiro e Desembargador do Paço, Luís José de Carvalho e Melo, futuro Visconde da Cachoeira. Rio de Janeiro — 28 de agosto de 1822.

Além dos documentos relacionados guardam-se no Arquivo do Museu muitos outros avulsos incluindo-se, entre eles, uma carta do Imperador D. Pedro I à Marquesa de Santos — escrita em 27 de dezembro de 1825 — em cujo início o Imperador associa os acontecimentos políticos com sua paixão pela concubina: "Meu amor e meu tudo. No dia em que fazia trez annos q. eu comecei ater amizade com Mecê assigno o tratado do nosso reconhecimento como Imperio: por Portugal, Hoje q. Mecê faz os seus vinte e sette recebo a agradavel noticia q. no Tejo tremulara em todas as embarcações nele surtas o Pavilhão Imperial effeito da ractificação do Tratado por El Rey meu Augusto Pay. Quanto he p. notar huma tal combinação de acontecimentos politicos com os nossos domesticos, e tão particulares!!!!

Aqui ha o q. quer q. seja de misteriozo que eu ainda por hora não devizo; mas q. indica q. a Providencia vella sobre nós (e se não he pecado) athe como aprova a nossa tão cordial amizade com tão celebres combinaçõens. Como estou certo q. Mecê toma parte, e bem apeito nas felicidades ou infeliciades da nossa cara Patria por issô tive alembrança de lhe escrever."

Guardam-se, igualmente, no Arquivo, os impressos relativos às cerimônias realizadas no Rio de Janeiro no dia 12 de outubro de 1822 e publicadas no mesmo ano reunindo a Ata da Aclamação, a fala de José Clemente Pereira e a resposta do Imperador.

Da Constituição de 25 de março de 1824, também possui o Museu Histórico Nacional um exemplar da primeira impressão, feita poucos meses depois do Juramento.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL — GABINETE DE RESTAURAÇÃO. SERVIÇOS EXECUTA- DOS. ACERVO REFERENTE AO PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA

RETRATO DE D. PEDRO I

A equipe de restauração do M. H. N. vem mui prazerosamente comunicar a descoberta de uma assinatura no retrato de D. Pedro I pintado por Henrique José da Silva, até então tido como não-assinado pelo autor.

Do retrato de D. Pedro I (2,40 x 1,50 ms.), chegado à esta seção para restauração, e no qual foi feita uma reentelagem, obtenção de falhas, etc., procedeu-se à restauração, limpeza e remoção de verniz velho. Nesta fase de trabalho foi encontrada, no canto esquerdo da peça, junto à coroa imperial, após remoção de uma camada de glacis contígua ao verniz, a seguinte inscrição:

“H. J. S.
Pintor da
Imperial
Camara,
fecit. 1825”

No braço do Imperador, na mesma pintura, também foi encontrado, sob um glacis escuro, um emblema da Independência, considerado por pesquisadores como muito raro em retratos seus, e que antes não aparecia. A tela em apreço está nesta seção, aguardando o verniz final.

RETRATO DE D. PEDRO I

A equipe de restauração do M.H.N., continuando em seu trabalho de pesquisa, paralelamente ao de conservação dos trabalhos que vêm a este Gabinete, tem a comunicar o seguinte:

O quadro com a dimensão de 0,94 x 1,13 ms., retratando D. Pedro I, chegou-nos esta semana para limpeza e restauração. Seu estado de grande oxidação do verniz não permitia a visão da assinatura. Nesta fase fomos auxiliados pelo Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação, Dr. Herculano Gomes Mathias. Foi descoberta uma assinatura e data, com bastante dificuldade, e ligeiramente desmanchada em suas primeiras letras. O que estava escrito foi refeito com auxílio de lentes e era o seguinte: ... "A. Porto Alegre pincit 1826". Coincidindo haver o trono com o *P I*, e sabendo-se que neste ano de 1826 foram constituídos Câmara e Senado, referência de um detalhe do quadro (jornal embaixo de uma Constituição). Sabemos que Araújo Porto Alegre, nascido em 1806, veio para o Rio de Janeiro e começou a estudar pintura com Debret em 1826; deparamos, portanto, um trabalho seu do início da carreira, quando o pintor contava apenas 20 anos de idade, e o Imperador 28. Pela análise do quadro estas características ficam evidentes.

O grande pintor Araújo Porto Alegre foi também teatrólogo, político e diplomata; nascido em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, faleceu em Lisboa em 1879; aluno dileto de Debret, acompanhou-o de volta à França em 1831, sendo aluno de Gros.

VICENTE DE FREITAS

ISA ADERNE VIEIRA

NICOLAU DEL NEGRO

Enc. Gab. Restauração

A IMPERIAL GUARDA DE HONRA

AFFONSO CELSO VILLELA DE CARVALHO

Professor do Museu Hist. Nacional

Possui o Museu Histórico Nacional, em seu valioso acervo sobre o período de nossa Independência, entre outras relíquias, objetos pertencentes à Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I, criada por Decreto de 1º de dezembro de 1822, a qual exerceu suas funções até o 7 de abril de 1831. Esses objetos, tais como: capacetes, tambor, sabre reto de copos de bronze, tendo na lâmina a divisa "Viva o Imperador", espora, placa de talabarte e passador de talim, dão uma visão das mais belas tradições de nosso exército.

As origens desta Guarda remontam ao "Fico". Quando o General Jorge Avilez quis dar cumprimento às disposições das Cortes de Lisboa de fazer embarcar o Príncipe para a Europa, apresentaram-se ao Regente do Reino do Brasil diversos voluntários paulistas e de outras províncias, inclusive do Rio de Janeiro, para protegê-lo de qualquer eventualidade, como a situação fazia necessário. Formaram um corpo especial de cavalaria para proteção e defesa de D. Pedro.

O corpo, então já constituído, acompanhou o Príncipe a S. Paulo, estando presente ao 7 de Setembro, e retratado no monumental quadro de Pedro Américo que documenta a efeméride.

Seu uniforme foi criado possivelmente por Jean Baptista Debret, como atesta uma de suas gravuras na "Voyage Pittoresque". A escolha das cores branca e vermelha do uniforme deve-se naturalmente a alguma influência da corte austriaca, buscando-se, na farda dos Dragões deste Império, inspiração para seu talhe. Na cimeira do capacete, foi colocado o dragão heráldico da Casa de Bragança.

A Imperial Guarda de Honra era constituída de três esquadrões e um estado-maior. O primeiro dos esquadrões estava sedia-



Capacete da Imperial Guarda de Honra, no Museu
Histórico Nacional.

do em S. Paulo, na vila de Taubaté; o segundo, na Corte; e o terceiro, em S. João d'El-Rey, em Minas Gerais. Eram obrigados a apresentarem-se na Corte, pelo menos quatro vezes por ano. As iniciais da província, onde estavam aquartelados, constavam do escudo que usavam no talabarte.

Os soldados da Imperial Guarda de Honra foram escolhidos inicialmente entre os oficiais de milícias, que mantinham nos punhos os galões de seus anteriores postos.

Ainda da Imperial Guarda de Honra, possui o Museu Histórico Nacional o capacete (2º modelo) que pertenceu ao Barão de Sabará, assim como sua espada e dragonas utilizadas quando se arregimentava à Guarda do Imperador.

Do mesmo Barão de Sabará, Capitão Manuel Antonio Pacheco, encontra-se no Museu Histórico Nacional interessante documento de sua nomeação para integrar o Terceiro Esquadrão, passado no Rio de Janeiro em 10 de junho de 1826, pelo Imperador, e assinado pelo Barão de Lages. No verso desse documento lemos o termo de juramento de fidelidade feito por Manuel Antonio Pacheco, a 11 de outubro do mesmo ano, em obediência ao "artigo" 22 do Decreto de 1º de dezembro de 1822, que criara a Imperial Guarda de Honra.

Transcrevemos aquele termo, para darmos uma idéia exata das disposições a que obedece:

— "Eu Manuel Antonio Pacheco, que ora por mandato de S.M. o Imperador e Perpétuo Defensor do Império do Brasil fui nomeado para Soldado do Terceiro Esquadrão da Imperial Guarda de Honra. Juro aos Santos Evangelhos em que ponho as mãos perante o Marechal de Campo José Manuel de Moraes; Que servirei fielmente e de boa vontade, como bom e leal subdito, e obedecerei com a mais exata promptidão e respeito às Ordens de S.M. o Imperador e dos meus Superiores, em tudo aquillo que for conveniente ao Serviço do mesmo Augusto Senhor; Assim como observarei inteiramente o disposto no Artigo 22 da Criação da Imperial Guarda de Honra; E por firmeza do que assignei este Termo de Juramento com o Quartel da Imperial Guarda de Honra aos 11 dias do mez de outubro do Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1826".

ass.: MANUEL ANTONIO PACHECO

Do mesmo oficial possui ainda a Divisão de Documentação e Arquivo: a carta de Brasão de Armas, Nobreza e Fidalguia, pela qual D. Pedro II concedeu-lhe o uso das Armas, conforme se acham brasonadas em um desenho apresentado ao Imperador em 1843; uma certidão de Batismo passado em seu favor, em 18 de Outubro de 1817; e carta pela qual D. Pedro I nomeia-o Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, em 20 de Outubro de 1827.



Tambor usado pela Imperial Guarda de Honra,
no Museu Histórico Nacional.

Na "Legislação Brasileira, das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brazil, desde o anno de 1808 até 1831 inclusive", coligados pelo Conselheiro José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo, encontramos, no volume 3º, o Decreto de 1º de dezembro de 1822, que criou a famosa Imperial Guarda de Honra, e que transcrevemos no intuito de mostrar seus aspectos e importância, bem como, dessa forma, contribuirmos para os estudiosos de nossa História Militar ou para os que se interessam pelos assuntos ligados ao Primeiro Reinado.

DECRETO DE 1.º DE DEZEMBRO

"Tendo eu, por ocasião da revolta da Divisão Portuguesa nesta Corte, em Janeiro do anno proximo passado, requerido soccorro de tropas à leal Provincia de S. Paulo; e, havendo então descido voluntariamente muitos dos principaes cidadãos da mesma, que deixando suas casas e familias, se reunirão com a maior promptidão e patriotismo em hum corpo de cavalleria, com o nobre fim de guardarem e defenderem a minha augusta pessoa, tão sacrilegamente ameaçada por aquella desenfreada soldadesca; e, atendendo eu outrossim aos ardentes e puros desejos que, desde então até hoje, me tem mostrado esses honrados Paulistas de quererem continuar em tão honroso serviço, pedindo-me que, achando-se o mesmo corpo muito augmentado com outros fieis cidadãos desta e outras Provincias do Imperio, que se lhe tem reunido com igual enthusiasmo, eu lhes faria grande mercê se lhes desse huma organização permanente e regular como as dos outros corpos do exercito: hei por bem, por todos estes motivos e para memorisar o amor e fidelidade á minha sagrada pessoa de tão briosa porção dos meus subditos, e outro sim para lhes dar mais huma demonstração do apreço que me merecem os serviços dos cidadãos que já se tem reunido em torno de mim, e dos que se houverem de reunir para o futuro, organizar de todos elles hum corpo regular de cavalleria, com a denominação de — Guarda de Honra da minha imperial pessoa — admittindo deste modo no Imperio do Brazil huma nova tropa, cuja utilidade tem sido já assás reconhecida nas principaes Monarchias da Europa, onde semelhantes corpos tem sido creados, protegidos e honrados por seus Augustos Imperantes; e, para pôr em effeito a sua organização regular, ordeno que este corpo fique estabelecido, regulado e composto da maneira seguinte:

"1. A Imperial Guarda de Honra será, por ora, composta de 3 Esquadrões: 1 desta Provincia do Rio de Janeiro, outro da de S. Paulo, outro da de Minas Geraes; podendo para o futuro augmentar-se 4.º Esquadrão, e todos se formarão de duas Companhias cada hum.

"2. O Estado Maior do corpo se comporá do 1.º Commandante, de hum 2.º Commandante, 1 Sargento Mór, Quartel Mestre, Secretario, Capellão, Cirurgião Mór, e 1 Trombeta Mór.

"3. O Estado Maior de cada hum dos Esquadrões se comporá de 1 Commandante e de 1 Ajudante do dito. Terá cada Companhia 1 Capitão, 1 Tenente, Alferes, Sargento, Furriel, Porta Estandarte, 8 Cabos de Esquadra, 1 Trombeta e 60 Soldados.

"4. O Esquadrão de S. Paulo fará a sua reunião na Villa de Taubaté, por ser ponto central daquella Comarca e mais próxima a esta Capital; e o de Minas Geraes fara pelas mesmas razões o seu ponto de reunião em a Villa de S. João de El-Rei, quando os respectivos Commandantes assim o exigirem, tendo em vista a commodidade dos soldados, 4 vezes, no anno para se exercitarem, em cujos exercicios se demorarão 4 dias por cada vez.

"5. O corpo se ajuntará todas as vezes que fôr preciso ao serviço do Estado, ou quando eu houver por bem assim o determinar, além da revista geral, e da comparencia indispensavel de todo o corpo nesta Côrte no glorioso anniversario da minha Acclamação e Independencia do Imperio. Aquelles que deixarem de comparecer, sem justo motivo, serão expulsos, e nunca mais serão admitidos.

"6. O Esquadrão do Rio de Janeiro, a qualquer indicio de se achar ameaçada a tranquillidade publica, concorrerá ao Paço em que eu residir para receber as minhas imperiaes ordens.

"7. O Estado Maior do corpo deve ter o seu Quartel na Côrte. Tudo o que pertence a cada hum dos Esquadrões deve estar aquartelado na sua respectiva Provincia. Ao Commandante do corpo pertence marcar os Districtos das Companhias, e o Commandante Ajudante de cada hum dos Esquadrões residirá no centro das duas Companhias, quando fôr possível.

"8. Todos aquelles Officiaes que entrarem para a Guarda de Honra ficão desligados dos corpos a que pertencião, e sem direito a acesso nos mesmos corpos; mas, depois de servirem 4 annos na Guarda de Honra, poderão requerer a sua reforma no posto immediato á aquelles de que sahirão dos seus corpos, continuando a servirem na Guarda, e tendo direito a acesso nella.

"9. O uniforme da Guarda de Honra continuará da mesma maneira que eu houve por bem determinar; mas, attendendo que neste corpo se achão Officiaes de milicias e Ordenanças com praças de soldados, e convindo que gozem por isso de alguma distincção: hei por bem que todos os soldados paisanos deste corpo tenham a graduação de Alferes, e os que nelle entrarão com patentes de Tenente para cima terão os distinctivos seguintes: os Soldados Tenentes terão no canhão hum galão de quarto de polegada, os Capitães hum de polegada, os Sargentos Mores hum de polegada e meia, os Tenentes Coronéis dous galões de polegada, e os Coronéis tres galões de polegada.

"10. O Commandante da Guarda de Honra será hum Official General, e estará immediatamente sujeito á minha imperial pessoa. Os Commandantes dos Esquadrões terão a graduação de Coronel.

"11. Para esta Guarda se escolherão os homens mais capazes, a fim de ser respeitada e tornar-se digna das honrosas funções a que he destinada. Em concurrencia serão sempre preferidos os naturaes do Imperio, mais abastados e patriotas, e só o merecimento dará direito accesso.

"12. Ao 1.º Commandante pertence ter hum Trombeta mór que instrua os Trombetas parciaes, e a cargo de cada hum dos Capitães ficarão os Trombetas de suas Companhias, que deverão aprender os toques da ordenança com o Trombeta mór, se o Capitão não tiver outro recurso mais proximo.

"13. Os Estandartes e armamento serão dados pela Fazenda Nacional.

"14. O Commandante deste corpo não terá faculdade de aceitar os que se apresentarem voluntarios, ainda que tenham os requisitos necessarios, sem m'os propôr primeiramente, e para isso, receber portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, a qual será apresentada ao corpo donde sabe o pretendente, para ser registrada e cumprida; no caso de elle ser Official em algum outro corpo.

"15. Os Capitães da Imperial Guarda de Honra usarão de duas dragonas de caxos, os Tenentes de huma dragona de caxos á direita, e os Alferes da mesma dragona á esquerda. Os Coroneis usarão na sua dragona direita de huma corôa imperial por cima das letras I.G.H., bordadas de prata; e o Commandante de duas, huma em cada dragona com as mesmas letras.

"16. Os Officiaes e os Soldados da Guarda de Honra não terão patentes, mas decreto de nomeação.

"17. Gozarão de todas as honras, privilegios, isenções e franquezas concedidas aos Officiaes da primeira linha, além dos que eu houver por bem conceder-lhes.

18. Todos os Officiaes da Guarda de Honra poderão entrar na Sala do Docel.

"19. A Guarda de Honra terá precedencia sobre todos os corpos do exercito, quando entrar com elles em grande parada; e tomará a direita da linha, ficando porén entendido que nunca irá senão quando eu commandar em Chefe.

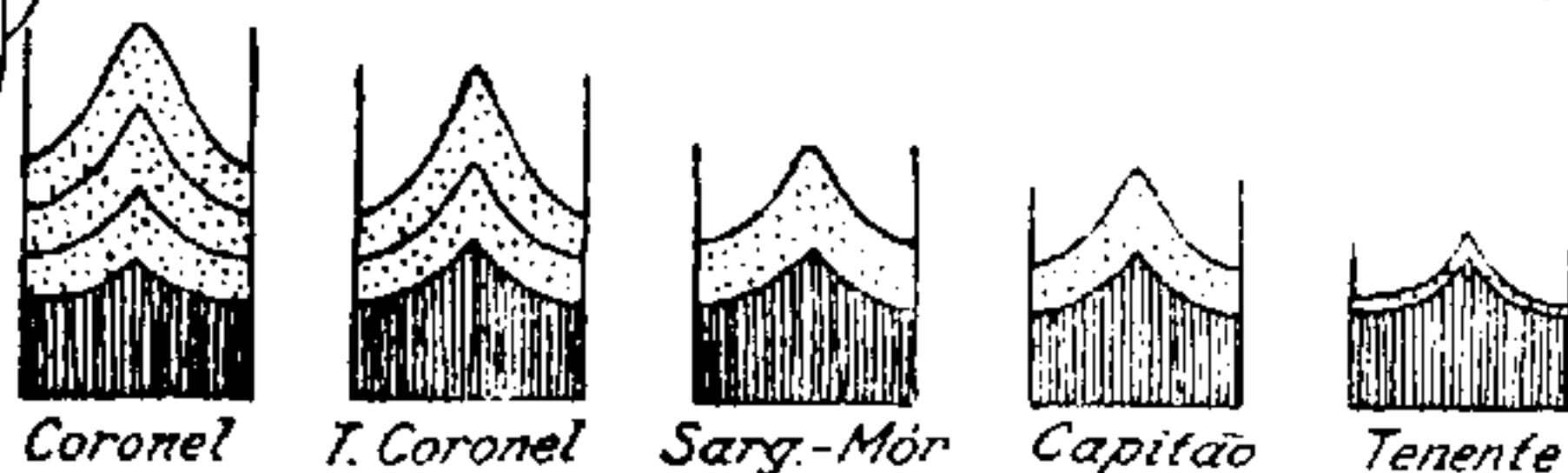
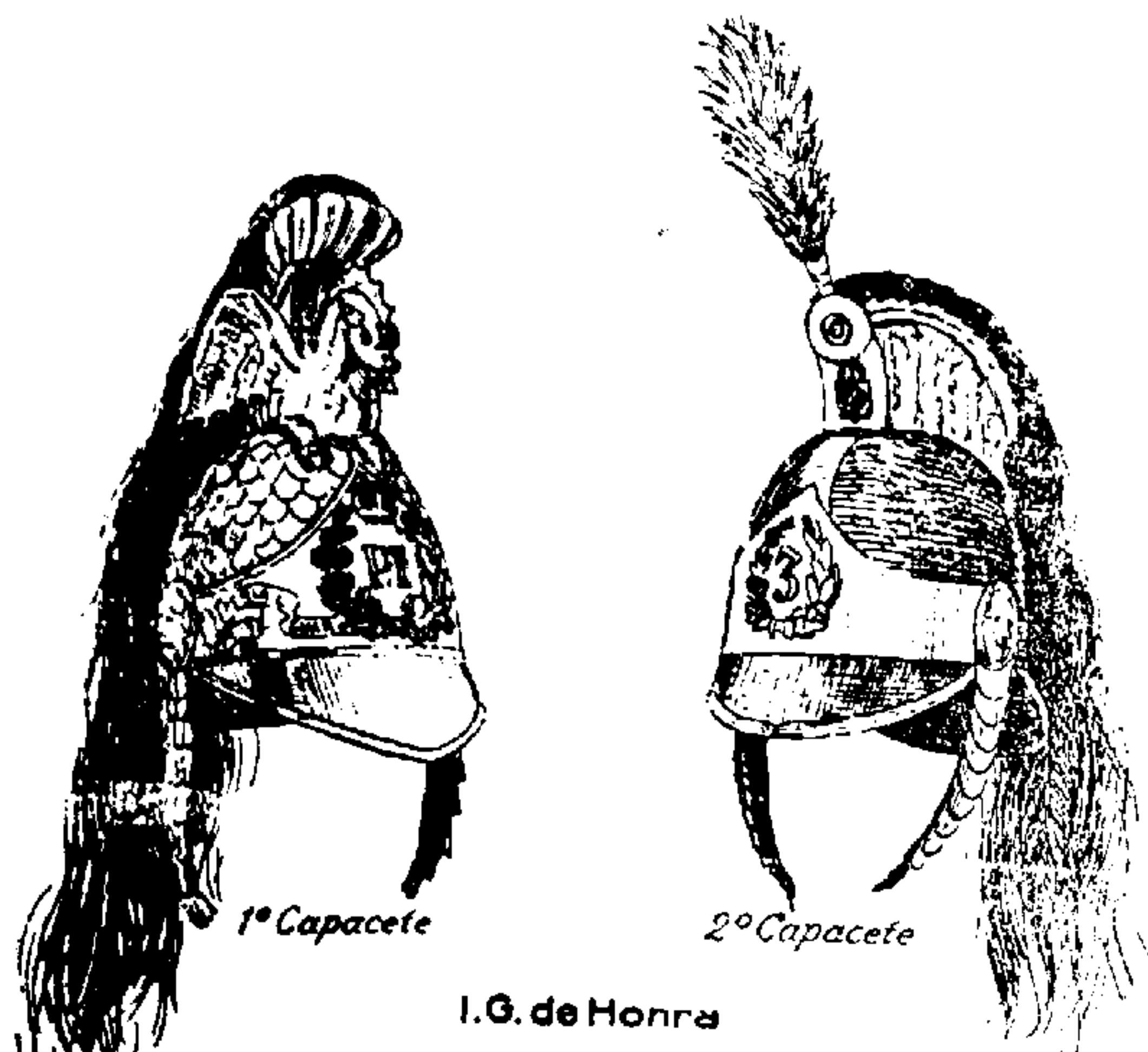
"20. A Guarda de Honra não fará continencia senão a minha imperial Pessoa, á Imperatriz minha muito amada e presada Esposa, e á minha augusta Familia Imperial.

"21. Cada hum dos Esquadrões da Guarda de Honra terá hum Estandarte da mesma côr e forma prescrita no decreto de 18 de Setembro proximo passado, com a differença de ser de damasco de seda, orlado de franja de ouro, e de ter bordadas, pela parte debaixo, das armas imperiaes, as letras I.G.H. (Imperial Guarda de Honra) e pela parte debaixo das letras o nome da Provincia com a inicial á que pertencer o Esquadrão, hem como o numero da maneira seguinte: S.P. 1.^o — R.J. 2.^o — M.G. 3.^o — e assim para o futuro com os que se forem reunindo.

"22. Finalmente, ninguem será admittido a servir na Guarda de Honra, sem prestar juramento de fidelidade e inteira obediencia ao seu Imperador.

"Os meus Ministros e Secretarios de Estado, e as autoridades, a quem competir o conhecimento deste meu imperial decreto, assim o tenham entendido o fação executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em o 1.^o de Dezembro de 1822, 1.^o da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de Sua Magestade Imperial — João Vieira de Carvalho."

Esclarecemos, ainda, que os componentes da Imperial Guarda de Honra, cavalaria pesada, usavam como armas o sabre reto e pistolas. Seu uniforme era branco, com complementos vermelhos, botas negras e altas que passavam dos joelhos, capacete



Divisas para os officiaes das Milicias que eram praças na I.G. de H

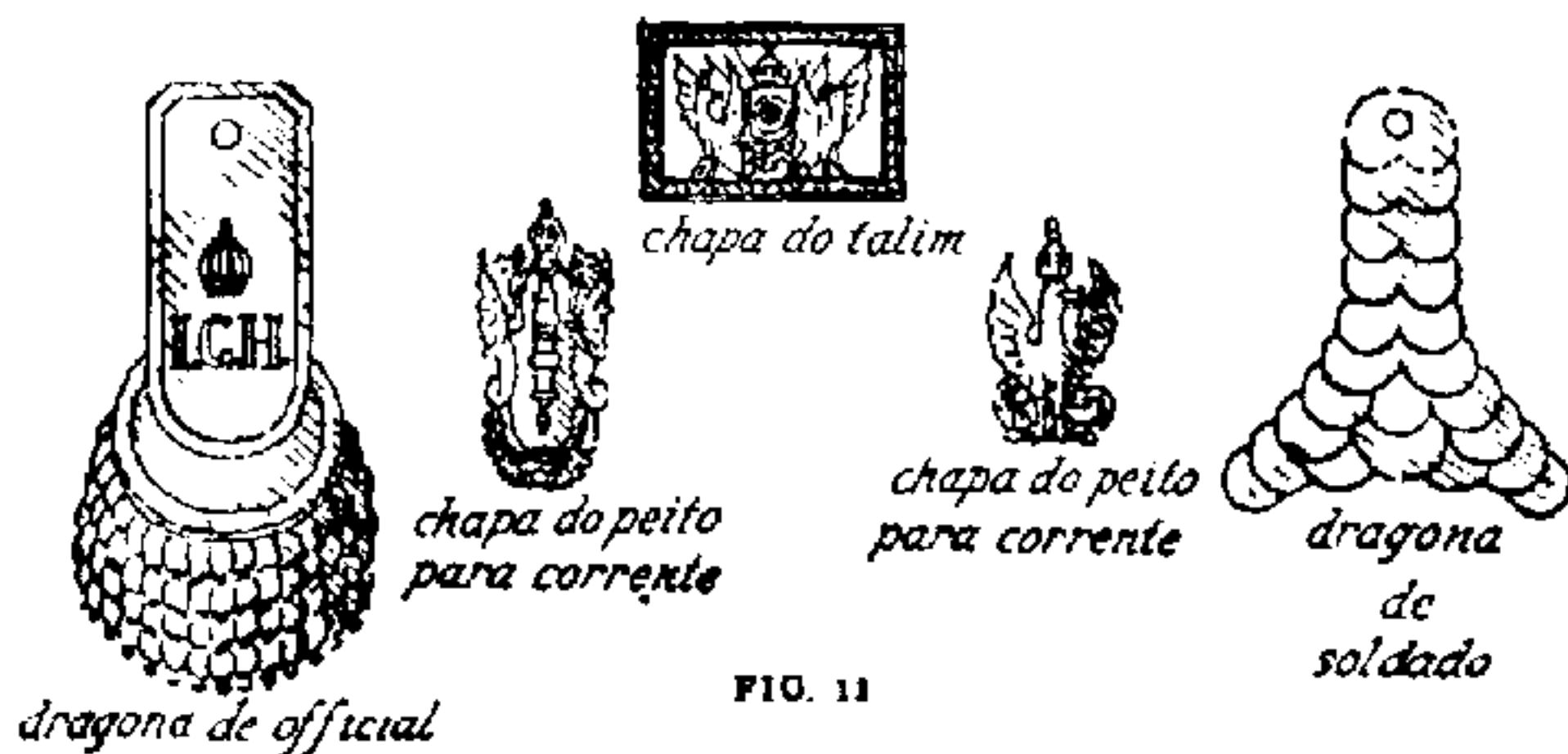


FIG. 11

Capacetes, divisas, dragonas e chapas de Uniforme de Oficial da Imperial Guarda de Honra (desenho de Wasth Rodrigues, do livro "Uniformes do Exército Brasileiro", de Gustavo Barroso, pg. 33, existente no Arquivo do Museu Histórico Nacional.

de metal nervurado em escamas, com crinas pretas e penachos ora verde, ora vermelho, ora ambos, tendo por cimeira o dragão heráldico da Casa de Bragança. Este capacete mais tarde foi substituído por um de couro com virolas e guarnições de latão.

A Imperial Guarda de Honra foi extinta logo após a Abdicação de D. Pedro I. Entretanto, passados quase cem anos, o então Deputado pelo Ceará, Gustavo Barroso, apresentou na Câmara um projeto de restabelecimento da Guarda de Honra, no Primeiro Regimento de Cavalaria, por ter suas origens em 1808, proveniente dos Esquadrões dos Vice-Reis, sendo, portanto, uma das mais antigas e tradicionais unidades do nosso Exército. Infelizmente o projeto, aprovado inicialmente na Câmara, foi rejeitado no Senado. Mas em 1926, depois de longa campanha realizada pelo eminente acadêmico nos meios militares e governamentais, veio o Governo a restabelecer uma das nossas mais caras tradições militares.

Neste mesmo ano de 1926, o Primeiro Regimento de Cavalaria, os "Dragões da Independência", desfilou na parada de 7 de Setembro, com seus novos e imponentes uniformes, copiados da Gravura em que Debret havia retratado a Imperial Guarda de Honra do nosso primeiro Imperador.

PATACÕES IMPERIAIS

DULCE LUDOLF

Chefe da Seção de Numismática

OS SÍMBOLOS E A MOEDA

Ao proclamar a Independência D. Pedro ordenava: — “Laços fora!” — ao mesmo tempo arrancava do chapéu o tope com as cores portuguesas. O gesto de repúdio a um símbolo lusitano foi mais eloquente que a célebre frase proferida às margens do Ipiranga. Marcou uma situação de fato, resultante de um processo político cuja evolução não permitia retrocessos nem concessões.

A esse gesto outros sucederiam, numa constante afirmação da Independência recém-conquistada, alterando os antigos símbolos que, de 1822 em diante, projetariam a nação através de novas imagens de cunho nacionalista. Imagens inspiradas em suas raízes, na riqueza do seu solo, nos seus amplos horizontes, onde uma cultura já em desenvolvimento aliada a um certo estágio de conscientização política, despertava nos brasileiros um novo conceito de *pátria e liberdade*.

A medida que mais se firma o governo, através da luta e expulsão dos pretensos mantenedores de um regime superado, os símbolos vão se transformando, como uma manifestação de protesto, com o propósito de tornar dia a dia mais evidente o rompimento.

Alteram-se o tope, a bandeira, o brasão d'armas, são criados distintivos e comendas brasileiras, símbolos característicos que distinguem uma nação.

A moeda é o símbolo do poder econômico. Sua circulação, em todo o território nacional, em razão de sua função, atinge as diversas camadas sociais, transmitindo seus tipos uma mensagem do governo emissor.

Nessa sucessão de transformações, como num calidoscópio em que as imagens vão adquirindo formas diferentes e novos tons, os cunhos da moeda brasileira sofrem alterações. Sua simbologia é expressiva e sua epigrafia traduz, em uma simples frase, todos os títulos que engrandecem a pessoa do jovem Imperador:

— PEDRO I PELA GRAÇA DE DEUS IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL —

PORQUE NÃO MUDOU O SISTEMA MONETÁRIO

Com a Independência esperava-se a reformulação do sistema monetário vigente, baseado no espírito de reforma que presidia todos os setores da vida nacional.

Anteriormente, quando da elevação do Brasil à posição de Reino Unido aos de Portugal e Algarves deveriam ter sido tomadas providências no sentido da unificação do sistema monetário, uma vez que coexistiam, em giro, moedas do sistema nacional português, chamado sistema forte, e moedas do sistema provincial brasileiro, conhecido por sistema fraco. Mas isso não se deu e quando ocorreu a nossa emancipação estávamos em plena dualidade de sistemas.

Caberia então essa reformulação conceitual econômico-financeira aos que iriam daí por diante dirigir os destinos do país e, dentro do espírito puro de brasilidade, estabelecer padrões novos e equilibrar o meio circulante.

Se estávamos livres, independentes, se clamávamos por novos símbolos, deveríamos substituir todos os remanescentes de um período com que acabávamos de romper.

Mas, nem mesmo a Independência que procurou traçar para o país novos rumos políticos e econômicos, alterou essa dualidade. Por que?

Talvez os graves problemas que D. Pedro tivera que enfrentar e a urgência em mudar a tipologia da moeda, fizessem com que fosse adiada a reforma monetária, sem dúvida medida de vulto, que acarretaria demorados estudos e as mais diversas providências.

— Estariam a Fazenda Imperial, a Casa da Moeda e os outros órgãos administrativos preparados para tão grande empreitada?

— O próprio povo, que é o veículo que mantém a moeda em circulação, diante de tantos acontecimentos, estaria preparado para receber e adotar essa reforma?

Vivemos nos nossos dias tal experiência com a criação, em 1942, do *Cruzeiro* que, fixando um marco na história da política monetária brasileira, mudou a filosofia do sistema monetário nacional.

Depois evoluímos para um novo processo transitório, quando foi implantado o *Cruzeiro novo*, equivalente a 1.000 cruzeiros.

Esses reajustes de padrões financeiros estão dependentes de dois grandes problemas. Um de *caráter econômico*, dispendioso, abrangendo vários campos que são acionados na transformação do meio circulante — confecção de novos espécimes ou valores, concepção artística, execução técnica, lançamento e penetração na circulação em substituição paulatina dos valores antigos que vão sendo recolhidos. Outro de *caráter social*, que implica na aceitação dos mesmos pelo público que, já condicionado a uma contabilidade, depara-se com nova unidade monetária, o que o obriga a estabelecer correlação entre a antiga e a nova moeda.

O fator tempo é de grande importância na aceitação dessa situação, tendo que haver uma previsão para que tudo se entrose normalmente, dentro de uma conduta de prévio esclarecimento da opinião pública, preparando-a a fim de evitar problemas a medida que o novo padrão, seus múltiplos e submúltiplos, vão surgindo e os antigos desaparecendo.

Daí talvez as razões que levaram D. Pedro I a continuar a cunhagem dos antigos valores, sem adotar alterações imediatas. Essa atitude, no caso, embora para muitos numismatas, financistas ou economistas e historiadores represente uma omissão, ela encontra justificativa no que acabamos de expor.

Não unificando o sistema cuidou, entretanto, de dar um aspecto diferente à moeda, modificando-lhe os tipos, símbolos e legendas, embora conservando os valores e pesos anteriores. E essa medida, diante da séria conjuntura e da precariedade de meios do momento, talvez fosse realmente a mais indicada.

CONJUNTURA ECONÔMICA — PRÉ E PÓS INDEPENDÊNCIA

As questões econômicas, como os processos políticos, têm no passado a explicação das tendências e rumos que tomam em determinado momento. Assim, para termos uma noção real da situação do Brasil na época da Independência, nada melhor do que analisarmos os fatos que antecederam a nossa maioria política.

O período colonial brasileiro, em linhas gerais, pouco difere do de outros povos de mesmo regime, caracterizando-se pelo controle absoluto da Metrópole.

Leis proibitivas impediam o desenvolvimento da indústria e do comércio, reduzindo a um círculo limitado a exploração do grande potencial de riqueza que começaria a se expandir depois da chegada da Corte portuguesa, em 1808.

João Armitage, na sua História do Brasil, comenta:

"A condição dos Brasileiros era na verdade miserável comparada com a que gozão os Europeus pela sua civilização; contudo a tyrannia sobre elles exercida apresentava mais hum caracter negativo do que positivo."

E logo a seguir:

"Se não tivesse sido impellido por occurrencias extraordinarias, o Brazil teria por seculos continuado a ser conhecido pela Europa, unicamente como hum colosso submisso, sem pretenções, e dependente de Portugal. Porém, nos outros pontos do mundo, e pelos fins do XVIII seculo, os acontecimentos se succedião, e seus effeitos devião estender-se aos confins da terra."

Essas ocorrências extraordinárias, a que se refere Armitage, transformariam inesperadamente a colônia submissa em sede do governo, fato suficiente para alterar toda a sua estrutura política, social e econômica.

Cêrca de 15.000 pessoas se transferiram ao mesmo tempo para o Brasil, forçando a criação de condições de vida e trabalho em níveis semelhantes aos que usufruíam em Portugal.

15.000 pessoas era uma expressão numérica avantajada para a colônia e, fatalmente, acarretaria modificações em todos os setores da vida brasileira.

Se o problema social era sério, requerendo providências de toda sorte, o problema financeiro era fundamental e dele dependia todo o sucesso da nova situação.

Tornam-se livres os portos, até então fechados ao comércio das nações amigas de Portugal, incentiva-se a indústria, o comércio, são criados serviços administrativos e reformulados os já existentes. Tudo com o objetivo de dotar a colônia de uma estrutura funcional em que não faltassem todas as instituições civis e militares.

Era indispensável prover o Estado de numerário para fazer face a tantos gastos e a política financeira dispõe sobre a arrecadação e cobrança de impostos, cria o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, . . . "para a mais exata Administração, Arrecadação,

Distribuição, Assentamento e Expediente della, de que pende a manutenção do Throno, e o bem commum dos meus fieis vassallos...

Todas essas medidas foram benéficas e vantajosas embora seus efeitos não fossem imediatos. A colônia achava-se desprovida não apenas de condições que representavam um *status* econômico, mas dos mínimos requisitos exigidos para o bem estar de uma coletividade.

Esse estado era decorrente do simples fato de que assim fôra conveniente mantê-la a fim de evitar problemas que surgiriam em consequência de uma política de relaxamento. O estágio de subdesenvolvimento vai aos poucos sendo superado, embora por uma política insegura, porque inseguro estava o próprio Rei quanto ao seu destino. — Por quanto tempo seria o Brasil a sede de governo português? A permanência ou a transitoriedade eram preocupações que regiam todos os atos cautelosamente decretados. E do seu ponto de vista estava o Rei com a razão, pois em 14 anos apenas aconteceu o que mais se temia.

Vivia-se uma grande experiência, assistia-se ao Brasil tomar feição de Estado constituído, de onde emanavam ordens e se governava. Era uma fase fortemente revolucionária, contribuindo para a formação política do povo. O espírito de nacionalidade já despertado iria se arraigar na vivência e solução de problemas que outrora distantes estavam agora presentes, exigindo a participação direta ou indireta de todos os brasileiros.

Além das medidas relativas ao meio circulante, à moeda metálica propriamente, o Alvará de 12 de Outubro de 1808 criou o Banco Nacional, destinado a sustentar as despesas do Estado.

Destacaremos, do referido Alvará, alguns itens interessantes que evidenciam os problemas que o Regente procurou solucionar ao fundar aquele estabelecimento bancário:

"Eu o Principe Regente faço saber aos que este meu Alvará com força de lei virem, que, attendendo a não permittirem as actuaes circumstancias do Estado que o meu Real Erario possa realizar os fundos de que depende a manutenção da Monarchia e o bem commum dos meus fieis vassallos, sem as delongas que as differentes partes, em que se acham, fazem necessarias para a sua effectiva entrada; a que os bilhetes dos direitos das Alfandegas tendo certos prazos nos seus pagamentos, ainda que sejam de um crédito estabelecido, não são próprios para o pagamento de soldos, ordenados, juros e pensões que constituem os alimentos do corpo politico do Estado, os quaes devem ser pagos nos seus vencimentos em moeda corrente: e a que os obstaculos que a falta de gyro dos signos representativos dos valores poem ao commercio, devem quanto antes ser removidos, animando e promovendo as transacções mercantis dos negociantes desta e das mais praças dos meus dominios e senhórios com as estrangeiras: sou servido ordenar que nesta Capital se estabeleça um Banco Publico que, na fôrma dos Estatutos que com

esta baixam, assignados, por D. Fernando José de Portugal, do meu Conselho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho do Gabinete, Presidente do Real Erario e Secretario de Estado dos Negocios do Brazil, ponha em acção os computos estagnados assim em generos commerciaes, como em especies cunhadas; promova a industria nacional pelo gyro e combinação dos capitaes isolados, e facilite juntamente os meios e os recursos, de que as minhas rendas reaes e as publicas necessitarem para occorrer ás despesas do Estado."

Logo a seguir:

"... determino que os saques dos fundos do meu Real Erario e as vendas dos generos privativos dos contractos e administrações da minha Real Fazenda, como são os diamantes, pão Brazil, o marfim e a urzella se façam pelo intervenção do referido Banco Nacional..."

Pouco mais adiante, no mesmo Alvará ¹

"... e determino que no sobredito Banco se faça todo e qualquer deposito judicial ou extrajudicial de prata, ouro, joias e dinheiro..."

Outro item importante:

"Em todos os pagamentos que se fizerem á minha Real Fazenda, serão contemplados e recebidos como dinheiro os bilhetes do dito Banco Publico, pagaveis ao portador ou mostrador á vista: ..."

Dotava-se o Brazil, antes que Portugal o tivesse, de um Banco que foi o grande apoio financeiro do seu fundador, até mesmo na hora do seu regresso.

A propósito, o Sr. Fernando Monteiro ² faz o seguintes comentário:

"Em 24 de abril de 1821 D. João VI e sua côrte se retiravam de nosso país, já então promovido a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, onde viveram durante treze anos. Preparando-se para o regresso definitivo a Lisboa, numerosos membros da comitiva real permutaram por ouro — como lhes era permitido, no regime de conversibilidade — as cédulas de que eram portadores, de sorte que o fundo metálico do Brasil sofreu rude desfalque. Foram retirados do estabelecimento, em poucos dias, valores em ouro e diamante, somando cêrca de cem mil contos de réis, aproximadamente trezentas mil libras esterlinas!"

Sob esse signo financeiro desanimador D. Pedro assumiu a Regência. O Tesouro sem recursos e com uma arrecadação de impostos insignificante, que mal chegava para os gastos e a manutenção do Reino. O Brazil atravessava uma de suas mais gra-

1. Collecção das Lei do Brazil. 1808. Rio de Janeiro.

2. O Banco do Brasil. Breve Noticia Histórica.

ves contingências, estávamos no limiar de uma nova era, cuja culminância seria a Independência. A D. Pedro, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, cabia agora combater a crise que se estabelecera.

Através de Amaro Cavalcanti³ podemos acompanhar as medidas tomadas pelo nosso primeiro Imperador:

"Entretanto, para remediar a esse pessimo estado financeiro e monetario, o qual não melhorou e antes teve razão para aggravar-se, ao menos, nos primeiros tempos depois de proclamada a nossa independencia, as medidas tomadas pelo governo do Sr. D. Pedro, quasi que sómente consistiram nas seguintes:

1.^a, continuar na fabricação de moedas (em somma relativamente insignificante) de 6\$400 e 4\$000 de ouro, conforme ao mesmo padrão dos tempos coloniaes;

2.^a, comprar pesos hespanhóes para recunhar com o valor de 960 rs;

3.^a, elevar o valor da moeda mineira pelo carimbo;

4.^a, augmentar a cunhagem da moeda de cobre, em quantidade excessiva, para correr na circulação, não como simples moeda *divisionaria* ou de *trôco*, mas como moeda de curso illimitado;

5.^a, consentir e, mesmo, autorizar expressamente que o Banco do Brazil continuasse a emitir *papel-moeda sem nenhuma condição de garantia real*, para ser emprestado ao proprio governo, mediante juro estipulado...

Muito pouco se podia esperar das *trez primeiras* medidas, acima indicadas; e, de facto, foi, principalmente, com os recursos obtidos pela *effectividade* das duas *ultimas* — a cunhagem do cobre e a emissão de papel bancario — que se procurou prover aos numerosos serviços e urgencias do Estado, durante todo o reinado do Sr. D. Pedro I."

As emissões de ouro e prata, no curto período de 1822 a 1831, não atingiram uma soma sufficiente para atender às necessidades do país, no momento em que mais carecia de recursos. E isso claramente se conclui do que diz Amaro Cavalcanti. Os dois metais nobres foram superados pelo cobre.

Nos últimos tempos do Brasil Reino o ouro já escasseava cedendo lugar às emissões de prata, feitas com o aproveitamento de pesos espanhóis, adquiridos para esse fim. No primeiro reinado constata-se a superabundância do cobre amodado.

A recunhagem dos pesos espanhóis, adotada por D. João VI, continuou durante o governo de D. Pedro I. Seguirá este a politica financeira de seu pai, o que tudo indica, levado pela premência de fazer dinheiro, o mais depressa e pelo meio mais simples.

3. O meio circulante nacional, 1.^o volume. (De 1808 a 1835).

A primeira década da nossa emancipação, não nos oferece séries numerosas de ouro e prata, mas exemplares que documentam uma das fases mais importantes da história do Brasil, alguns de grande raridade.

PATACÃO — PRATA RECUNHADA

ASPECTOS GERAIS

Antes de expormos as observações registradas durante o trabalho de pesquisa e confronto dos diferentes exemplares de 960 réis de D. Pedro I, parece-nos importante alguns esclarecimentos sobre a cunhagem no Brasil. Durante o primeiro reinado duas casas funcionavam em todo o território nacional, a do Rio de Janeiro e a da Bahia, ambas cunhando moedas de ouro, prata e cobre. Outras oficinas de menor porte existiram em Minas Gerais, S. Paulo, Goiás e Mato Grosso para onde eram remetidas máquinas de cunhar e o metal necessário, evitando-se a demora e os riscos de enviar a moeda já cunhada. Essas oficinas lavraram *moedas locais* de cobre com valores correspondentes às frações do ouro, facilitando as transações nas regiões de mineração⁴. E também *moedas leves*, com os mesmos valores das moedas de cobre da circulação geral do Império, embora tivessem menor módulo e peso, para evitar sua fuga do território a que se destinavam. Essas emissões locais eram necessárias pois, dificilmente a moeda geral, sempre insuficiente, atingia o interior, permanecendo nos centros mais populosos e de maior intercâmbio comercial.

A Casa da Moeda do Rio cunhou todos os valores de ouro, prata e cobre do sistema colonial, que continuava a vigorar, e a da Bahia também, com exceção da prata, em que cunhou apenas o valor 960 réis.

O *patacão* ou *tres patacas* ou *960 réis* é um dos valores mais interessantes pelas condições em que se apresenta — o *recunho*.⁵ É o mais alto valor na escala da série de prata, cuja unidade é a pataca, e surgiu na circulação do Brasil Colônia, na regência do Príncipe D. João, que usou, inicialmente, um pequeno carimbo e depois o recunho.

Um dos últimos documentos do Brasil Reino, relativos à Casa da Moeda do Rio, refere-se à cunhagem do cobre e da prata, esclarecendo: "... e acharem-se já serrilhados e branquecidos

4. Os valores cunhados foram: 75 e 37 1/2 réis, correspondendo o último a um vintém de ouro.

5. Recunhar — ato ou ação de cunhar sobre disco ou moeda circulante ou que já circulou, apondo-se-lhe um novo cunho.

5.000 pesos hespanhoes, resto dos 20.000 que enviara o Banco, cujo trabalho se mandara suspender...”, e, mais adiante, prossegue “... e quanto os pesos se conclua a sua recunhação para terem o competente destino.” Esse documento assinado por Ribeiro de Andrada é datado de 31 de agosto de 1822, poucos dias antes da proclamação.

Vemos, assim, que o recunho já vinha sendo usado na fabricação do valor 960 réis, mas, no tocante a última parte do documento, dada a morosidade com que naquela época se processavam os trabalhos, não se pode admitir que de 31 de agosto a 7 de setembro tivessem sido recunhados os 5.000 pesos espanhois. O que nos parece é que eles devem ter sido usados, para o mesmo fim, porém ostentando as armas imperiais. E disso mais ficamos convictos quando temos conhecimento do desleixo e insubordinação que reinavam na Casa da Moeda, dos quais tomou ciência o Ministro dos Negócios da Fazenda e Pres. do Tesouro Público Martim Francisco Ribeiro de Andrada que, em nome do Imperador, baixou ordens severas no sentido de disciplinar o pessoal e reativar a produção.

Em agosto de 1823 houve determinação para que toda a moeda de ouro fosse cunhada com a efígie do Imperador e as moedas de prata e cobre, com as armas imperiais. No dia 26 desse mesmo mês começou a cunhagem dos 960 réis, com o novo cunho das armas do Império, conforme comunicação do Provedor ao Ministro da Fazenda.

ASPECTOS TÉCNICOS

Os patações do 1º Reinado se caracterizam pelo fato de terem sido cunhados sobre moedas de prata hispano-americanas, dos reinados de Carlos III, Carlos IV e Fernando VII e também sobre moedas argentinas, chilenas, peruanas e até mexicanas, estas últimas menos comuns daí se lhes atribuir certo grau de raridade. Essa cunhagem sobre moeda já circulante, é o que em numismática se chama de *recunho*, isto é, apor um cunho sobre outro. A decorrência desse fato é que não sendo usados na cunhagem discos próprios ou virgens, propositalmente preparados para receber o cunho, o que é o normal, a gravura monetária se apresenta cheia de imperfeições, de vestígios do cunho anterior, ainda mais que os 8 reales de prata, usados para esse fim, se caracterizavam por um bom relêvo que de todo não desapareceu. Em muitas moedas permaneceram letras, palavras, detalhes do tipo o que permite a identificação da peça original. Em outros casos, mais raros, os vestígios quase desapareceram ou então permanece mais o tipo de reverso que, sendo comum aos três soberanos, não nos permitiu uma identificação de época, mas tão somente determinar a moeda.

Os exemplares da coleção do Museu Histórico Nacional, provenientes da *Casa da Moeda do Rio*, por nos examinados e catalogados, formam uma bela coleção de pratas recunhadas. Nenhum exemplar foi feito em disco próprio.

Os patações, de um modo geral, apresentam um aspecto pouco comum, o cunho nem sempre é bem centralizado no ato da cunhagem, seja por deslocamento, seja por imperícia, afetando o disco monetário. No limite externo da orla o *círculo de aspas* que circunda a legenda, em decorrência da aplicação incorreta do cunho, apresenta-se irregular, ora mais largo, ora mais estreito. Há casos em que chega mesmo a desaparecer ficando a legenda no extremo contorno da moeda, sofrendo às vezes diminuição parcial de determinadas palavras.

Há uma grande variedade de cunhos e a identificação de exemplares provenientes de um mesmo cunho torna-se difícil pelos sinais visíveis da moeda original que se confundem e mesmo alteram a gravura posterior.

Um exame minucioso e comparativo das peças nos revela exemplares de gravura delicada, os florões bem desenhados com âmago destacado, as letras bem implantadas, o escudo com seus elementos internos bem delineados e, externamente, impecáveis os suportes e a coroa. Outros de contornos irregulares, imprecisos, traços cheios, empastados, imperfeições que não resultam do desgaste por excesso de circulação, mas sim de um processo desfavorável de cunhagem que desfigura o próprio tipo gravado.

No que toca à *orla* é preciso frizar que em muitos patações predominou parte da legenda dos 8 reales ou pesos, em detrimento da inscrição da moeda nacional. O traço central da letra A de BRAS, abreviatura de BRASILIAE, muito fino, pouco perceptível, acontecendo o mesmo com a letra H de HOC no reverso, embora com menor frequência. Há variações raras pela omissão de letra na legenda, como nas moedas em que SIGNO aparece sem o S, isto é, IGNO e, no final, a abreviatura DEF sem o F, apenas DE. Outras em que a pontuação não é a normal, aparecendo o ponto que separa as palavras deslocado, como é o caso de CONS. TIMP. e outros que poderão ser verificados no catálogo descritivo.

Na *grinalda* é variável o número de tulipas: nos exemplares de 1823 variam de 31 a 28 tulipas; nos de 1824 também de 31 a 28 tulipas, sendo mais comuns os exemplares com 29 tulipas; nos de 1825 variam de 32 a 25 tulipas; nos de 1826 de 32 a 25 tulipas e nos de 1827 de 29 a 27 tulipas.

No centro, envolta do valor, as *cruzetas* que separam os florões apresentam-se em duas posições: *obliqua* ou *vertical*. A primeira é a mais comum, sendo que a segunda só foi por nos

registrada nos exemplares de 1823, nos de 1824 em diante predomina a cruzeta oblíqua.

Em relação à designação cruzeta (oblíqua ou vertical) um reparo nos parece indispensável. Os mais respeitadores estudiosos da numismática, como Souza Lobo e o Prof. Edgard de Araujo Roméro, entre outros, consideram *cruzeta* os quatro pequenos ornamentos que aparecem no cunho de anverso das moedas de prata, dispostos em círculo, separando dois florões grandes de quatro pétalos e dois pequenos de seis pétalos. No nosso entender trata-se mais de um pequeno florão do que propriamente de uma cruzeta, pois é em tudo igual ao florão maior que aparece abaixo e acima do valor, apresentando como os demais âmagos ao centro. Na moeda, a cruz ou cruzeta muitas vezes apresenta na junção de suas hastes um pequeno ponto ou pérola, mas seu traço é reto e não em forma de pétalo. A cruzeta, como é chamada por Souza Lobo e outros, é a reprodução em miniatura do florão maior. Conservamos a terminologia para evitar confusão na citação e na comparação dos exemplares do Museu Histórico Nacional com os relacionados nos demais autores.

Vários registros foram feitos em relação ao reverso, cuja posição nem sempre é a mesma, havendo exemplares em que se apresenta ligeiramente inclinado à esquerda. Além dos enganos na legenda, omissão de letras e pontuação errada, que dão maior raridade às peças, há exemplares que apresentam cruzetas maiores no início e no fim da legenda. Estas coincidem com a cruz de Cristo encimando a coroa, o que não constitui regra, pois alguns exemplares iguais têm a cruz latina com pérolas nas extremidades.

Há vários tipos de *cruz* encimando a coroa, evoluindo da cruz simples ou singela para a cruz com pérolas, a cruz irradiada, a cruz irradiada com pérolas e a cruz de Cristo.

A coroa apresenta sempre forro, mais alto ou mais baixo, com maior ou menor nitidez conforme o granitado ou tracejado, havendo exemplares sem forro, que constituem raras exceções.

No escudo, internamente, a *esfera armilar* apresenta-se em vários exemplares com boa gravura. Em outros, porém, o *zodiaco*, que comumente é curvo e em raras peças reto, é de modo geral empastado, como as 19 estrelas da orla. Os *paralelos* de traços pouco regulares, ultrapassando o contorno da esfera. Externamente, os ramos ou suportes de café e tabaco, nem sempre bem gravados, o que dificulta a contagem dos grãos de café. Quanto ao tracejado heráldico nenhum comentário se tem a fazer.

De um modo geral, seja por se tratar de recunho ou por defeito de cunho, ou mesmo por imperícia do gravador, são observados granitações ou incrustações no campo da moeda, pequenas saliências ligando o tipo, depressões, traços duplos indicando o

cunho rebatido, etc. Num mesmo exemplar há diferença de gravura, enquanto a legenda é perfeita o tipo central está empastado, podendo ocorrer o inverso. A grinalda, em relação ao valor, florões e cruzetas que lhe estão próximos, varia muito, ora se apresentando com traços delicados e bom relevo em contraste com os elementos internos gossos ou apagados; ora é a grinalda que tem as tulipas empastadas contrastando com a nitidez de gravura dos florões e cruzetas.

Finalmente, a *serrilha de tulipas* que aparece no bordo do valor 960 réis, nem sempre é perfeita. Como no campo da moeda aparecem vestígios dos 8 reales, no bordo também a serrilha que completa o recunho é falha, permanecendo, em parte, a da moeda espanhola. Raro é o patacão em que a serrilha aplicada no recunho ficou impressa em todo o contorno da moeda.

Em relação aos exemplares cunhados na *Casa da Moeda da Bahia* pouco temos a acrescentar. Nota-se, pelo aspecto das moedas, ter sido o recunho menos perfeito, daí as incorreções e falhas e certa confusão com o tipo da moeda espanhola, cujos traços não desapareceram totalmente. Na grinalda o número de tulipas varia de 31 a 26.

Uma das características dos patações baianos é o desenho diferente das 19 estrelas que aparecem na orla do escudo. Essas estrelas têm as pontas mais finas e longas e o relevo fraco, destacando-se muito pouco do fundo tracejado.

As emissões do Rio e Bahia são diferenciadas pelas letras monetárias R e B, gravadas no exergo, junto à data.

CATALOGO

— 960 RÉIS OU TRÊS PATACAS —
CASA DA MOEDA DO RIO DE JANEIRO
1823 — 1827

960 RÉIS DE 1823

- 1 — PETRUS.I.D.G. CONST. IMP. ET. PERP. BRAS. DEF, no exergo + 1823.R + Ao centro o valor 960 circundado por dois florões grandes e dois pequenos, separados por quatro cruzetas obliquas. O todo dentro de uma grinalda de 31 tulipas.
Rev. + IN + HOC + SIGNO + VINCES + Armas do Império. Cruz singela encimando a coroa. 25 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV, do qual se nota, em parte da orla, caracteres nítidos em consequência do deslocamento do último cunho aplicado.
Serrilha de tulipas, Módulo: 41,5 mm.



1



9



15



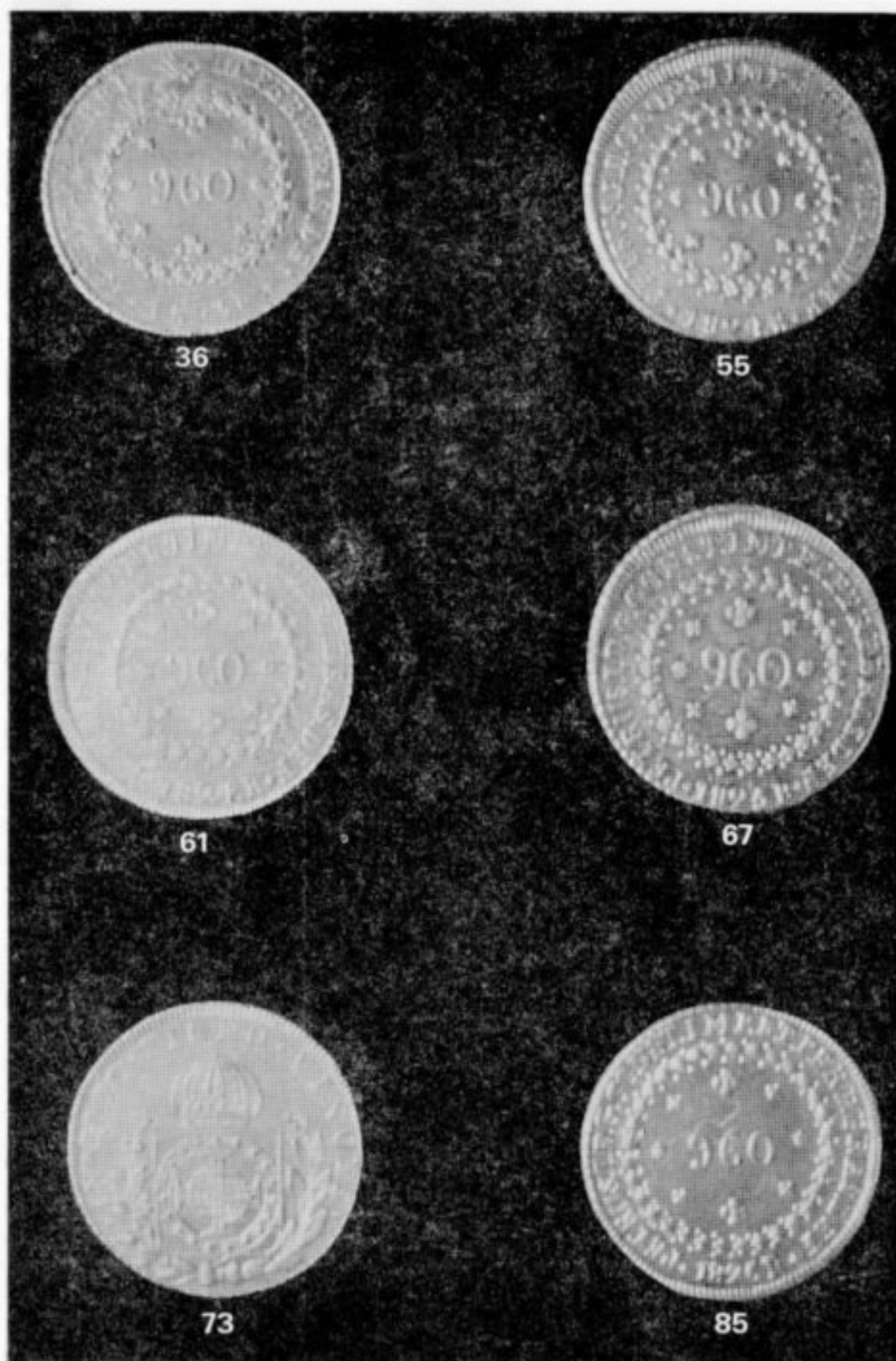
16



22



32



CASA DA MOEDA DO RIO

EST. III



87



93



112



113



4



8



15



16

- 2 — Var. Mesma legenda e gravura; na grinalda 30 tulipas. Rev. Maior espaço entre a cruz singela que encima a coroa e a legenda. 25 grãos no ramo de café. Recunho sobre 8 reales não identificado. Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 3 — Var. O ponto que separa a data 1823 da letra monetária R mais próximo do algarismo 3. Florões, acima e abaixo do valor, com âmago cheio. 30 tulipas na grinalda. Rev. Em tudo igual ao nº 1. Recunho sobre 8 reales não identificado. Serrilha de tulipas. Módulo: 40,5 mm.
- 4 — Outro cunho. Princípio e final da legenda mais próximos das cruzes que ladeiam a data e a letra monetária R. No centro, cruzetas verticais. 30 tulipas na grinalda. Rev. Legenda começando e terminando mais abaixo, na orla, sendo maiores as duas cruzes extremas. Coroa encimada pela cruz de Cristo, que separa as letras G e N de SIGNO, estas mal gravadas. 28 grãos no ramo de café. Legendas do anverso e reverso mal gravadas, na orla superior, notando-se detalhes da moeda anterior, inclusive a data. Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, de 1822. Serrilha de tulipas. Módulo: 40,5 mm.
- 5 — Var. de cunho. Caracteres mais cheios na legenda; maior espaço entre esta e a data e a letra monetária R. Florões e cruzetas obliquas mais próximos da grinalda, que tem 30 tulipas. Rev. Em tudo igual aos n.ºs 1 e 3, porém, ligeiramente inclinado à esquerda. Recunho sobre 8 reales de Carlos IV. Serrilha de tulipas. Módulo: 40,5 mm.
- 6 — Anverso e reverso iguais aos da moeda anterior, apenas o reverso na posição normal. Recunho sobre 8 reales de Carlos IV. Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm.
- 7 — Var. de anverso. As letras G de D.G e S de CONST em tipo menor. Rev. O mesmo do nº 6. Recunho sobre 8 reales da Argentina, notando-se nitidamente o sol irradiado. Serrilha de tulipas. Módulo: 40,5 mm. *Um tanto rara.*
- 8 — Var. Menor espaço entre as cruzetas que ladeiam a data e a letra R e o princípio e o final da legenda. Cruzetas

verticais separando os florões que circundam o valor.
30 tulipas na grinalda.

Rev. Outro cunho. Letras mais espaçadas na palavra VINCES, tocando o S a terceira folha do ramo de tabaco. Maior espaço entre a legenda e a cruz da coroa, que é a de Cristo. 28 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Carlos IV.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.

- 9 — Cunho de anverso em tudo semelhante ao nº 3.

Rev. + IN + HOC + IGNO + VINCES + Omitida a letra S de SIGNO. Cruzetas que separam as palavras da legenda empastadas, principalmente a que está entre HOC e IGNO. Cruz irradiada sobre a coroa. 25 grãos no ramo de café.

Recunho sobre moeda não identificada.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Muito rara.*

- 10 — Outro cunho. Caracteres mais grossos na legenda, que se apresenta menos nítida nas extremidades. No centro, cruzetas verticais.

Rev. Em tudo semelhante ao nº 4.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, notando-se vestígios dessa moeda em ambas as faces.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 11 — Cunho ligeiramente variado, semelhante aos n.ºs 3 e 9. Rev. Gravura semelhante ao nº 6, porém a cruz que encima a coroa com pérolas nas extremidades e mais próxima da letra G de SIGNO. 28 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Carlos (III ou IV?). A gravura da moeda original é bem visível, em especial na orla, onde a legenda da moeda 960 réis ficou prejudicada. No reverso, a palavra HOC não chegou a ser impressa aparecendo, com nitidez, a coroa dos 8 reales.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.

- 12 — Var. do nº 10. Faltam na legenda a última letra de PERP e a palavra BRAS; no final, mal gravadas as letras EF de DEF que se confundiram com FE de FERDIN.

Rev. ... + SIGNO + VINCES + terminando com uma cruzeta maior, no lugar de + IN + HOC + as palavras IND. REX. da moeda original. Coroa encimada pela cruz de Cristo, entre as letras G e N de SIGNO, como nos n.ºs 4 e 10. 28 grãos no ramo de café. Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, perfeitamente legível a data 1810 sob vestígios do busto do rei espanhol.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

- 13 — Var. Legenda incompleta, por defeito de cunhagem, faltando as letras RP de PERP e a palavra BRAS, terminando em DE envez de DEF. Vestígios de letras do cunho primitivo. Na grinalda 30 tulipas. Cruzetas obliquas. Rev. ... SIGNO + VINCES + incompleta como no anverso, pelo mesmo motivo. Cruz latina, irradiada, com pérolas nas extremidades dos braços. Ramo de café mal gravado, impossibilitando a contagem dos grãos. Recunho sobre 8 reales de Fernando VII. Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm. *Um tanto rara.*
- 14 — Var. do nº 4. Maior espaço entre a letra F de DEF e a pequena cruz que a separa da inicial R da Casa do Rio. O mesmo número de tulipas e a cruzeta, também, em posição vertical. Rev. Cruzetas maiores nas extremidades da legenda. Coroa sem forro, terminando em cruz latina com pérolas. 28 grãos no ramo de café. Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, do qual se distingue, na orla, FER DEI GRATIA 1819 ... Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Um tanto rara.*
- 15 — Var. Na legenda as mesmas observações feitas para o nº 13, terminando em DE envez de DEF. 30 tulipas na grinalda. Cruzetas verticais. Rev. ... + SIGNO + VINCES + cruz maior nas extremidades. Coroa encimada pela cruz de Cristo que divide a palavra SIG - NO, como nos n.ºs 4, 10 e 12. Ausência das palavras IN + HOC e o ramo de café prejudicado por defeito de cunhagem. Exemplar de gravura delicada. Recunho sobre 8 reales de Fernando VII. Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Um tanto rara.*
- 16 — Semelhante ao nº 14. Cunhagem mal feita, prejudicando o início da legenda onde ficou ausente o nome de Imperador PETRUS. I. e, no exergo, apenas visíveis os dois últimos algarismos da data ..23. *Com o carimbo GP dos Açores.* Rev. Var. da anterior. Cruz com pérolas encimando a coroa e separando as letras G - N de SIGNO. A última palavra da legenda pouco visível, notando-se nítidos vestígios da moeda anterior. 29 grãos no ramo de café. Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, cunhado em Potosi. Serrilha de tulipas. Módulo: 39 mm. *Rara.*

Souza Lobo menciona exemplar com o mesmo carimbo dos Açores, porém com 29 tulipas e 40,0 mm de diâmetro.

- 17 — Var. Na grinalda 29 tulipas. Cruzetas obliquas.
Rev. Inclinado à esquerda, como no nº 5, porém, ligeiramente variado. Maior espaço entre a cruz singela que encima a coroa e a letra G de SIGNO. 25 grãos no ramo de café.
Belo exemplar de gravura nítida, sendo os vestígios da moeda original mais sentidos no reverso.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 18 — Outro cunho. Menor espaço entre o início da legenda e a data, ambos separados pela cruzeta. Grinalda e cruzetas como na anterior.
Rev. Ligeiramente variado. Cruz que encima a coroa um pouco maior, porém mais afastada da legenda; maior espaço entre o escudo e as folhas de tabaco. 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales não identificado, notando-se que o último cunho, muito bem aplicado, apagou quase totalmente os vestígios da moeda original.
Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm.
- 19 — Var. de cunho. Na grinalda 29 tulipas. Cruzetas verticais.
Rev. Semelhante ao nº 18, porém 27 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 20 — Anverso e reverso os mesmos do nº 18.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 21 — Var. do nº 19. Menor espaço entre as cruzetas que separam a data e a letra monetária R da primeira e última palavras da legenda.
Rev. Semelhante ao nº 19.
Nota-se, no campo, ligeiro granitado, na altura da cruzeta vertical e do pequeno florão acima, à direita.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.
- 22 — Igual ao nº 19. Os algarismos do valor um tanto apagados.
Rev. + IN + HOC + IGNO + VINCES + como no nº 9, porém outro cunho. Maior espaço entre a legenda e o ramo de tabaco, notando-se o mesmo em relação à cruz da coroa, que é irradiada, e a letra N de SIGNO, que no exemplar nº 9 se tocam. Ramo de tabaco mais longo, pendendo em direção à coroa, da qual está mais

próximo, 28 grãos no ramo de café. Ponta do escudo mais distante do laço que une abaixo os dois ramos.
Disco com rebarba.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 42,0 mm. *Rara*.

- 23 — Semelhante a anterior. Gravura mais nítida, principalmente os algarismos do valor.
Rev. Pelo mesmo cunho da precedente.
Disco sem rebarba.
Serrilha de cordão. Módulo: 39,5 mm. *Rara*.

O Bol. Numismático da Soc. Numismática de Minas Gerais, Ano 1, nº 1, reproduz foto de um exemplar de 960 réis de 1823 com 29 tulipas na grinalda e a legenda do reverso com IGNO envez de SIGNO, que reputa *muito raro*. Pertence êsse exemplar, conforme menciona o referido Bol., à coleção do Sr. João Baptista C. Nunes de Belo Horizonte.

- 24 — Cunho mal aplicado, prejudicando a legenda, permanecendo nítido o letreiro da moeda original.
Rev. O mesmo dos n.ºs 4, 10, 12 e 15. Da palavra VINCES, final da legenda, legíveis apenas as duas últimas letras, por defeito do cunho.
Recunho sobre peso chileno, notando-se na orla do anverso a palavra CHILE e, no reverso, muito apagada UNION e, mais nítidas, as letras ERZA de FUERZA. F. I. e a data 182?.
Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm. *Um tanto rara*.
- 25 — Semelhante ao nº 19. O algarismo 3 da data acima da linha normal de implantação.
Rev. Igual aos n.ºs 4, 10, 12, 15 e 24. Cunhagem mal feita, com prejuízo para a legenda.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 26 — O mesmo do nº 19.
Rev. Semelhante ao nº 18. A letra S de VINCES quase tocando a terceira folha do ramo de tabaco.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 27 — O mesmo do nº 17.
Rev. Como o anterior, apenas a cruz singela que encima a coroa um pouco maior e mais próxima da letra G de SIGNO.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 28 — Semelhante ao nº 21.
Rev. O mesmo do nº 4. Legenda um tanto prejudicada por defeito de cunhagem.
Recunho sobre 8 reales de Carlos III.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 29 — Em tudo semelhante a anterior. A palavra PETRUS imprecisa, lendo-se no seu lugar GRATIA, da moeda original.
Rev. Cunho de reverso em tudo igual ao anterior, porém a legenda profundamente prejudicada, notando-se vestígios da moeda espanhola.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV, cunhado no México.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Um tanto rara.*
- 30 — Var. 28 tulipas na grinalda. No centro cruzetas verticais.
Rev. Pelo mesmo cunho do nº 14.
Recunho muito bom, sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 31 — Outro cunho. As letras do início e final da legenda mais afastadas das cruzetas que ladeiam a data e a letra R, esta mais próxima do algarismo 3 da data. A grinalda, que tem 28 tulipas, os florões pequenos que ladeiam o valor e as cruzetas obliquas, um tanto empastados. Parte da legenda prejudicada na orla direita, acima, porém o final bem gravado.
Rev. Var. Legenda mal gravada, incompleta, faltando a letra C de HOC e muito apagadas as letras SI de SIGNO.
Coroa com forro. O mesmo tipo de cruz da anterior, mas, afastada da legenda. Maior espaço entre a ponta do escudo e o laço que une os dois ramos. 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 38,5 mm.
- 32 — Var. do nº 30, Maior espaço entre a legenda e a data à esquerda, a letra R e a palavra DEF à direita. Os algarismos 9 e 6 do valor mais aproximados.
Rev. + IN + HOC + IGNO + VINCES + Pelo mesmo cunho dos n.ºs 22 e 23.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Rara.*
Souza Lobo menciona exemplar com a mesma legenda de reverso e igual nº de tulipas, considerando-o raro.

- 33 — Pelo mesmo cunho do nº 31.
Rev. Var. do nº 31. Cruz singela encimando a coroa.
Excelente recunho, moeda de gravura perfeita com poucos vestígios dos 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 34 — Semelhante ao nº 32, notando-se maior espaço entre as letras F de DEF e R inicial da Casa do Rio, que estão separadas por uma cruz. Nota-se em algumas palavras da legenda traço duplo, proveniente de cunho rebatido.
Rev. Em tudo igual aos n.ºs 4, 8, 10, 12 e 14. O S de VINCES tocando a terceira folha do ramo de tabaco.
A cunhagem bem feita, de gravura nítida, apagou quase totalmente os vestígios da moeda original, tornando-se impossível sua identificação.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,5 mm.
- 35 — Cunho semelhante ao nº 32. Final da legenda impreciso confundindo-se as letras com as da moeda primitiva.
Rev. Igual ao nº anterior, porém a cruz que encima a coroa mais acima, separando as letras G e N de SIGNO.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 36 — Var. do nº 31. Na orla esquerda legenda muito prejudicada notando-se nitidamente do cunho primitivo a data 1823.
Rev. Var. + IN + HOC + SI..... legenda incompleta prevalecendo a do cunho anterior VIRTUD Y LA JUST... Cruz pequena encimando a coroa, com pérolas nas extremidades. 12 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de 1823 da Republicana Peruana.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Rara*, por ter recaído o recunho sobre moeda do Peru, da mesma data.
Ver o nº 212 de Souza Lobo.
- 37 — Igual ao nº 35.
Rev. Semelhante aos n.ºs 4, 8, 10, 12, 14, 34 e 35. A cruz de Cristo mais abaixo, entre as letras G e N de SIGNO.
Recunho extremamente perfeito, o melhor com a data 1823, parecendo tratar-se de cunhagem em disco próprio, não fosse ligeiro vestígio no exergo do reverso.
Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm. *Rara*.

960 RÊIS DE 1824

- 38 — PETRUS.I.D.G. CONST. IMP. ET. PERP. BRAS.
DEF + 1824.R + Mesmo tipo do nº 1, com 31 tulipas

na grinalda e cruzetas obliquas. A letra T de CONST um pouco acima da linha normal de implantação.

Rev. + IN + HOC + SIGNO + VINCES + Coroa encimada por cruz com pérolas nas extremidades dos braços, estando a pérola acima entre as letras G e N de SIGNO. 28 grãos no ramo de café.

Os cunhos de anverso e reverso apresentam os tipos empastados, algarismos do valor apagados, a legenda, porém, bem delineada.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.

- 39 — Var. Legenda e pontuação normais. Na grinalda 30 tulipas. Cruzetas obliquas. Vestígios do cunho anterior, notando-se linha irregular ligando pela base as letras da legenda.

Rev. Cruz irradiada sobre a coroa, quase tocando a letra N de SIGNO. 24 grãos no ramo de café.

Observa-se no anverso duas pequenas depressões provenientes de cunho defeituoso.

Recunho sobre 8 reales da Argentina (Provincias do Rio da Prata), notando-se o escudo oval e os raios de sol. Serrilha de tulipas. Módulo: 37,0 mm. *Um tanto rara.* Souza Lobo nº 213.

- 40 — Cunho deslocado, faltando abaixo parte da orla prejudicando o começo da legenda, a data e a letra monetária R. Caracteres mais cheios na legenda, gravura nítida, embora permaneçam vestígios da moeda original.

Rev. Semelhante ao nº 39, porém mal gravada a legenda que se confunde com a da moeda espanhola, a exceção das palavras IN e VINCES.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.

- 41 — Cunho deslocado, como na anterior, porém sem prejuízo da legenda. Caracteres nítidos, o ponto que separa as palavras BRAS e DEF muito pequeno, incorporado à letra D de DEF. O algarismo 9 do valor afastado do 6. Rev. Pelo mesmo cunho nº 40.

Recunho sobre 8 reales de Carlos (III ou IV?)

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 42 — Legenda mal gravada prejudicando o nome do Imperador PETRUS. I. À esquerda, traço grosso, saliente, ligando o S de PETRUS à grinalda.

Rev. Var. Sobre a coroa cruz irradiada com pérolas nas extremidades dos braços. 28 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 43 — Legenda mal gravada, apresentando-se pouco nítida a letra G de D.G. e a palavra CONST. Na grinalda 29 tulipas. Cruzetas oblíquas.

Rev. Cruz com pérolas encimando a coroa, 27 grãos no ramo de café. Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.

- 44 — Var. Maior espaço entre as letras extremas da legenda e as cruzetas que ladeiam a data e a letra R. Algarismos do valor mal gravados, percebendo-se apenas o 9 e o 0, notando-se fortes indícios do primeiro cunho.

Rev. Var. Cruz singela sobre a coroa e mais afastada da legenda, 26 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

- 45 — Var. de cunho. Legenda mal gravada, faltando a palavra PETRUS, em seu lugar letras da moeda espanhola.

Rev. Em tudo semelhante ao nº 44.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm.

- 46 — Var. Gravura delicada, pontos menores separando as palavras da legenda. Algarismos do valor mais próximos. Rev. Menor espaço entre as palavras da legenda. Cruz com pérolas encimando a coroa e separando as letras G e N de SIGNO. 28 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales cunhado na Casa da Moeda do México, não se identificando o reinado.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.

- 47 — Var. Legenda em caracteres mais grossos, separados por pontos cheios. O florão abaixo tocando a grinalda. Maior espaço entre os algarismos do valor.

Rev. Caracteres mais delicados na legenda, Cruz alta, com pérolas encimando a coroa, e mais próxima da letra N DE SIGNO. No escudo esfera armilar maior. 28 grãos no ramo de café.

Recunho cobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

- 48 — Anverso e reverso pelo mesmo cunho do nº 46.

Recunho sobre 8 reales não identificado.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 49 — Var. Maior espaço entre os algarismos do valor. Flores e cruzetas mais próximos da grinalda.
Rev. Outro cunho. Sobre a coroa, cruz mais delicada, com pérolas nas extremidades dos braços, e muito próxima à letra G de SIGNO. Esfera armilar maior. 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 50 — Ligeiramente variado. Algarismos do valor empastados e um tanto apagados.
Rev. Outro cunho. Diadema estreito na coroa e esfera armilar menor. 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm. *Variante um tanto rara.*
- 51 — Em tudo semelhante ao nº 49, notando-se menor nitidez de gravura na orla inferior.
Rev. Var. Cruz irradiada encimando a coroa. No escudo, esfera armilar maior. 25 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV, percebendo-se da data 1801 os traços inferiores.
Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm.
- 52 — Legenda e pontuação normais. Algarismos do valor como nos n.ºs 46 e 48 embora proveniente de outro cunho.
Rev. Var. do nº 51, do qual apresenta o mesmo tipo de cruz na coroa. Gravura mais nítida. Maior espaço entre as palavras da legenda. Esfera armilar menor. 26 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.
- 53 — Pelo mesmo cunho do nº 49.
Rev. Semelhante ao nº 51, porém 22 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.
- 54 — Anverso e reverso em tudo semelhante ao exemplar anterior. Legenda mal gravada, notadamente no reverso, onde aparecem vestígios da moeda original.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 55 — Var. Na legenda CONS. TIMP. No mais semelhante ao nº 48, porém pontos cheios separando as palavras da legenda.

- Rev. Outro cunho. Legenda mal gravada. Cruz irradiada com pérolas encimando a coroa. Esfera armilar grande, 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV, cunhado no México. Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm. *Variante muito rara*. Souza Lobo nº 223.
- 56 — Em tudo semelhante ao nº 48, porém a legenda prejudicada na orla direita onde ficou legível a data 1821 da moeda original.
Rev. O mesmo do nº 55, legenda mal gravada notando-se fortes vestígios do primeiro cunho.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.
- 57 — Var. Legenda e pontuação normais, embora mal gravadas. 28 tulipas na grinalda. Cruzetas obliquas.
Rev. O mesmo do nº 43.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.
- 58 — Semelhante ao anterior. Pequeno ponto no centro do algarismo 6 do valor, menos visível no exemplar anterior.
Rev. Igual ao precedente
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.
- 59 — Na legenda CONS. TIMP. Gravura semelhante ao nº 55, apenas 28 tulipas na grinalda.
Rev. Var. do nº anterior. A cruz que encima a coroa com a haste central longa e com pérolas. 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Variante muito rara*.
- 60 — Anverso e reverso pelo mesmo cunho do nº 59.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Variante muito rara*.
- 61 — O mesmo dos nºs 59 e 60.
Rev. Var. Cruz maior com pérolas nas extremidades dos braços, a pérola acima entre as letras G e N de SIGNO. Esfera armilar menor. 28 grãos no ramo de café.
Gravura excelente nas duas faces, notando-se poucos vestígios da moeda original.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Variante muito rara*.

- 62 — Igual aos nºs 59, 60 e 61.
Rev. O mesmo dos nºs 59 e 60.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Variante muito rara.*
- 63 — Outro cunho. Legenda e pontuação normais. Algarismos do valor muito apagados.
Rev. Cruz irradiada e com pérolas encimando a coroa.
Esfera armilar pequena, 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 soles da Argentina, notando-se vestígios do sol irradiado e do escudo oval.
Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm. *Um tanto rara.*
- 64 — Cunho semelhante aos nºs 57 e 58, notando-se, porém, mais perfeição na gravura.
Rev. Pelo mesmo cunho do nº 63.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

960 RÉIS DE 1825

- 65 — PETRUS. I. D. G. CONST. IMP. ET. PERP. BRAS. DEF. + 1825.R + O mesmo tipo do nº 1, com 30 tulipas na grinalda e cruzetas oblíquas. Pequeno ponto no centro do algarismo 6 do valor.
Rev. + IN + HOC + SIGNO + VINCES + Cruz singela, baixa, encimando a coroa, 26 grãos no ramo de café.
Recunho impecável sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 66 — Legenda incompleta por defeito de cunhagem. Gravura em tudo semelhante a anterior.
Rev. Cunho mal centralizado, deslocado à esquerda, ficando a legenda no limite da moeda, com prejuízo parcial das letras OC de HOC. 23 grãos no ramo de café.
Gravura um tanto empastada.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.
- 67 — Var. Na legenda a letra G de D.G. menor. Algarismos do valor maiores e de gravura diferente. O ponto que comumente aparece no centro do disco, dentro da curva fechada do algarismo 6 do valor.
Rev. Cruz singela, maior, sobre a coroa. Maior espaço entre a legenda e a cruz. 27 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Carlos (III ou IV?)
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Variante de anverso muito rara.*

- 68 — O mesmo do nº 67, pelo mesmo cunho.
Rev. Var. Cruz pequena, irradiada, sobre a coroa. Ramo de tabaco menor e muito próximo do escudo. 23 grãos no ramo de café. Cunho defeituoso notando-se no anverso saliência irregular cortando a letra G de D.G. e a tulipa que lhe é correspondente.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Variante de anverso muito rara.*
- 69 — Var. Legenda e pontuação normais. Algarismos do valor menores, como nos nºs 65 e 66, e mais espaçados.
Rev. Cruz singela, alta, sobre a coroa, entre as letras G e N de SIGNO, mais próxima da primeira. 20 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 70 — O mesmo do nº anterior.
Rev. Outro cunho. Legenda mal gravada notando-se letras da moeda original. Cruz singela, assente sobre pérola menor, encimando a coroa, esta de gravura muito delicada. Maior espaço, acima, entre a cruz e a legenda e, abaixo, entre a ponta do escudo e o laço que une os ramos. Falta na esfera armilar a linha do equador. 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV de 180.?
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm. *Rara.*
- 71 — Algarismos do valor mais espaçados, notadamente o 6 e o 0. Florões menores acima e abaixo do valor.
Rev. Sobre a coroa cruz pequena, irradiada, empastada, próxima à legenda. 22 grãos no ramo de café.
Nota-se no anverso tentativa de aplicação do cunho de reverso do valor 960 réis, do qual se percebe a parte inferior do escudo, cuja ponta está sobre o algarismo 5 da data, e sinais do tracejado heráldico, aliás ao contrário.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 72 — Semelhante ao nº 65.
Rev. Com exceção da legenda que apresenta imperfeições de cunhagem, a gravura é impecável. Sobre a coroa cruz pequena, sem a haste central e os braços que são assinalados por pérolas. Ponta do escudo tocando o laço que une os dois ramos.

25 grãos no ramo de café. Nota-se pequena depressão curva cortando a segunda folha, à esquerda, do ramo de tabaco.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

73 — O mesmo do nº anterior.

Rev. O mesmo tipo de cruz sobre a coroa, porém maior e mais alta, tocando a pérola acima a letra N de SIGNO. Na esfera zodiaco reto. Ramo de tabaco afastado do escudo. 28 grãos no ramo de café. Pequeno ponto abaixo do laço que une os dois ramos. Gravura excelente no reverso.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII de (1809?).

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Variante rara.*

74 — O mesmo dos nºs 69 e 70.

Rev. Pelo mesmo cunho do nº 72.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

75 — Semelhante ao nº 65, com ligeiras variações. Maior espaço entre as letras F de DEF e R (inicial da Casa do Rio), que estão separadas por uma cruz. Deslocada para cima a cruz que separa o início da legenda da data.

Rev. Var. Sobre a coroa cruz irradiada, distante da legenda. 18 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

76 — Pelo mesmo cunho do nº 75.

Rev. Var. Coroa alta de base curva, acentuada, ficando o diadema afastado da linha superior do escudo. Sobre a coroa cruz irradiada, entre as letras G e N de SIGNO, às quais está ligada. 21 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales não identificado.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

77 — Pelo mesmo cunho do nº 71. Legenda mal gravada, notando-se vestígios de letras do primeiro cunho.

Rev. Cunhagem imperfeita, observando-se quanto à legenda o mesmo que foi dito sobre o anverso. Cruz irradiada com pérolas, sobre a coroa. Zodiaco com curvatura mínima, quase reto, tocando abaixo o último paralelo da esfera.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, cunhado em Potosi.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 78 — Anverso e reverso pelos mesmos cunhos do nº 77, porém, gravura da legenda mais perfeita.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 79 — Legenda e pontuação normais. Na grinalda 29 tulipas. Cruzetas obliquas.
Rev. Cruz singela, pequena, encimando a coroa. Esfera armilar também pequena. 28 grãos no ramo de café.
Cunhos de anverso e reverso de gravura delicada. O disco, entretanto, apresenta à direita, na extremidade da orla, defeito de cunhagem.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,5 mm. *Rara*.
- 80 — Var. Os pontos depois das palavras PETRUS. e BRAS. abaixo da linha normal de implantação. No centro, os florões maiores mais próximos da grinalda de tulipas. Zero do valor deslocado para cima.
Rev. Pelo mesmo cunho do nº 73.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,5 mm. *Variante rara*.
- 81 — Outro cunho. Caracteres mais cheios na legenda e pontos menores separando as palavras. Menor espaço entre a data, a letra monetária R, ambas entre cruzetas, e as extremidades da legenda. Florões maiores mais afastados da grinalda. Traço saliente entre a legenda e a grinalda, embaixo, à esquerda, por defeito de cunho.
Rev. Pelo mesmo cunho dos n.ºs 77 e 78.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.
- 82 — Outro cunho. Legenda e pontuação normais. 28 tulipas na grinalda. Cruzetas obliquas.
Rev. Ligeiramente inclinado à esquerda. Pelo mesmo cunho dos n.ºs 73 e 80, porém, a gravura empastada.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Variante rara*.

960 RÉIS DE 1826

- 83 — PETRUS. I. D. G. CONST. IMP. ET. PERP. BRAS. DEF +1826.R+ Palavras da legenda muito próximas, separadas por pontos cheios. O ponto entre o algarismo I e a letra D de D.G., unindo ambos pela base e o ponto

que separa BRAS. DEF ligado à letra D. Na grinalda 32 tulipas. Cruzetas oblíquas.

Rev. + IN + HOC + SIGNO + VINCES + Cruz irradiada sobre a coroa. Zodíaco curvo. 11 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales da República Mexicana.

Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm. *Um tanto rara.*

- 84 — Var. do nº anterior. Na legenda maior espaço entre o algarimo I e a letra D de D.G.; o ponto que os separa ligado ao algarismo I. O algarismo 9 do valor mais afastado do 6; pequeno ponto tocando a curva interna do último número.

Rev. O mesmo cunho do anterior, porém a gravura mais perfeita.

Nota-se no anverso, além dos vestígios dos 8 reales, ligeiro detalhe das armas imperiais brasileiras que figuram no reverso dos 960 réis. Observação já feita para o nº 71.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

- 85 — Anverso e reverso pelos mesmos cunhos do nº 84.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, cunhado no México.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.

- 86 — Pelo mesmo cunho do nº 83.

Rev. Var. 12 grãos no ramo de café.

Cunho deslocado à esquerda, notando-se no lado oposto a legenda da moeda espanhola.

Recunho sobre 8 reales de Carlos IV.

Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm.

- 87 — Var. Legenda e pontuação normais. Na metade superior esquerda a grinalda muito próxima da legenda. Maior espaço entre os algarismos do valor.

Rev. Sobre a coroa, cruz irradiada entre as letras G e N de SIGNO, às quais está ligada. No escudo esfera pequena, zodíaco cortando todos os paralelos. 18 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Variante rara.*

- 88 — Outro cunho. O ponto que separa a conjunção ET da palavra PERP ligado ao primeiro P. Na grinalda 31 tulipas. Algarismos do valor espaçados. No centro pequeno ponto localizado na curva interna do algarismo 6.

Rev. O mesmo do nº 86. Cunho mal centralizado ficando a metade superior da legenda, à direita, no extremo limi-

te da orla, que não apresenta o círculo de aspás. Algarismos do valor empastados.

Nota-se pequena depressão no bordo, na altura das letras CO de CONST.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.

- 89 — Anverso e reverso pelo mesmo cunho da moeda anterior. No anverso, os algarismos do valor de melhor gravura, porém, o início da legenda, a data e a letra monetária mal gravados.

No reverso, empastamento no ramo de tabaco e na parte inferior do ramo de café; mal gravadas as letras IN e H de HOC.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.

- 90 — Var. Pontos duplos separando palavras da legenda I:D:G: CONST: Na grinalda 30 tulipas.

Rev. Cruz singela encimando a coroa, cujo forro apresenta gravura diferente, leve granitado e traços curvos ou ondulados, um tanto apagados entre aos arcos da direita. Zodíaco começando acima, à esquerda, a altura do primeiro paralelo e terminando à direita, no penúltimo.

Nota-se vestígios da moeda anterior na orla, prejudicando a legenda e no centro aos algarismos do valor.

Recunho sobre 8 reales de Carlos IV.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 91 — Var. Letras da palavra CONST mais espaçadas; pontos cheios separando as palavras da legenda; maior espaço entre esta e a grinalda de 30 tulipas. Melhor gravura na legenda, porém empastados os algarismos do valor, os florões e as cruzetas que o circundam.

Rev. Outro cunho. Maior espaço entre a legenda e a cruz de pérolas que encima a coroa, cujo forro apresenta gravura comum. Esfera armilar menor. Zodíaco de traço irregular, empastado, cortando todos os paralelos. Ponta do escudo tocando o laço que une os dois ramos. 28 grãos no ramo de café.

Na orla saliência irregular, proveniente de cunho defeituoso, ligando, por cima, as letras da legenda N + HOC + SI e, por baixo, IGNO.

Recunho sobre 8 reales não identificado.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 92 — Cunho rebatido, notando-se na legenda letras repetidas e também os algarismos da data e a letra R, inicial da Casa do Rio. Algarismos do valor mais espaçados, o 9 abaixo da linha de implantação; pequeno ponto sobre a curva fechada do 6.
Rev. Cunho rebatido. Cruz irradiada sobre a coroa. Esfera armilar maior. 11 grãos no ramo de café que está mais afastado do contorno do escudo.
O cunho rebatido imprimiu, abaixo, dupla gravura do laço e de algumas folhas dos ramos de café e tabaco. As letras IN do início e S do final da legenda também com duplo traço. À direita, empastamento no campo unindo a letra V de VINCES ao ramo de tabaco e à coroa. Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 93 — PETRUS. I. D. G. CONST. IMP. ETP. ERP. BRAS. DEF +1826.R+ O ponto que separa a conjunção ET de PERP deslocado para depois da letra P. Algarismos do valor mais próximos. Na grinalda 29 tulipas.
Rev. Legenda e pontuação normais. Cruz singela, alta, encimando a coroa que apresenta o forro igual ao nº 89, baixo e bem delineado. Esfera armilar menor, zodíaco começando no segundo paralelo acima, à esquerda, e terminando no penúltimo, à direita. 26 grãos no ramo de café. Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm. *Extremamente rara.*
- 94 — Var. Legenda incompleta e mal gravada. Florões maiores acima e abaixo do valor, cujos algarismos são um pouco menores e estão mais próximos. Maior espaço entre os algarismos da data; a letra monetária R mais perto da cruz que a separa do final da legenda.
Rev. Var. O mesmo observado para o anverso em relação à legenda. Cruz singela, empastada, encimando a coroa. Esfera armilar maior. Zodíaco cortando todos os paralelos. 30 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.
- 95 — Var. Pontos menores separando as palavras da legenda. Menor espaço entre os algarismos da data. Princípio e fim da legenda mais próximos das cruzetas que os separam da data. Algarismos do valor maiores, mais separados, empastados e apagado o número 6. Nota-se na metade superior esquerda saliência irregular prejudicando as letras CON de CONST e terminando na grinalda.

Rev. Letras da palavra VINCES mal gravadas, confundindo-se com as da moeda que serviu ao recunho. Cruz singela encimando a coroa, muito próxima das letras G e N de SIGNO.

Forro da coroa igual aos nºs 90 e 93. Esfera armilar grande. 28 grãos no ramo de café. Gravura empastada. Recunho sobre 8 reales cunhado no México, não sendo identificado o período.

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

- 96 — Em tudo igual ao nº 94, observando-se o mesmo quanto ao defeito de cunhagem em relação à legenda.

Rev. Var. As palavras + IN + HOC + da legenda mal gravadas; menor espaço entre o S de VINCES e a cruz final. A coroa que é encimada por cruz singela, tem o forro igual aos nºs 90, 93 e 95, e a gravura mais nítida. Esfera armilar pequena. 12 grãos no ramo de café. Cunho de reverso empastado.

Recunho sobre 8 reales da Argentina.

Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm. *Um tanto rara.*

- 97 — Var. O ponto que separa as palavras BRAS.DEF. abaixo da linha de implantação. Maior espaço entre a letra monetária R e F de DEF, ambas separadas por uma cruz pequena. Os florões grandes, acima e abaixo do valor, quase tocando a grinalda de tulipas.

Rev. Gravura mais perfeita no reverso, notando-se maior espaço entre a letra S de VINCES e a cruz final. Encimando a coroa cruz com pérolas, muito próxima das letras G e N de SIGNO. Forro da coroa de gravura normal. 16 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Carlos IV.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 98 — Mesma legenda e pontuação, notando-se à esquerda, depressão que parte da orla em direção à grinalda, prejudicando as letras US de PETRUS e o algarismo I. Abaixo, entre a inscrição e a grinalda, forte vestígio do cunho anterior.

Rev. Pelo mesmo cunho do nº 96, gravura mais perfeita e mais nítidas as palavras + IN + HOC +

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Um tanto rara.*

- 99 — Semelhante ao nº 95, ligeiramente variado.

Rev. Ligeiramente inclinado à esquerda. Legenda, cruz, coroa e esfera armilar semelhantes ao nº 98. Ramos de

fumo e café, êste com 16 grãos, de gravura diferente. Relevo mais fraco no escudo e na coroa.

Recunho sobre 1 peso do Chile.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Um tanto rara.*

- 100 — Var. Os pontos que separam as palavras da legenda um pouco abaixo da linha normal de implantação, especialmente, o que está entre BRAS.DEF No exergo os algarismos da data muito espaçados, porém mais próximos da letra R. Maior espaço entre esta letra e o final da legenda e a data e a palavra PETRUS.

Rev. Var. Cruz irradiada encimando a coroa, 12 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales do México (Agustin Iturbide).

Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Um tanto rara.*

- 101 — Legenda, pontuação e gravura normais. Na grinalda 28 tulipas. Muito próximos os algarismos da data e a letra monetária R.

Rev. Mesma legenda e pontuação. Cruz singela encimando a coroa cujo forro é igual aos n^{os} 90, 93 e 95. Zodíaco cortando apenas o equador e dois paralelos. 12 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales não identificado.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 102 — Var. Na legenda ponto menor separando a palavra IMP da conjunção ET; maior espaço entre o início e o final da legenda e as cruzetas que ladeiam a data e a letra R.

Rev. Coroa encimada por cruz singela alta, de braços curtos, separando acima as letras G e N de SIGNO. Na coroa, forro de gravura normal. Zodíaco cortando todas as zonas da esfera, que é ligeiramente oval. 15 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales da Argentina.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Um tanto rara.*

- 103 — Var. Legenda mal gravada, notadamente, as quatro últimas letras de PETRUS. Na grinalda 28 tulipas. Florões menores acima e abaixo do valor.

Rev. As letras ES de VINCES pouco nítidas, deixando ver a data da moeda original. Cruz, forro da coroa e esfera armilar como no n^o 101. 26 grãos no ramo de café. Gravura mais cuidada no cunho de reverso.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, de 1815.

Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.

- 104 — Semelhante ao nº anterior. Legenda com boa gravura.
Rev. Cruz com pérolas encimando a coroa, cujo forro, mais alto, é do tipo semelhante aos nºs 90, 93, 95, 101 e 103. 15 grãos no ramo de café. Observa-se acima, à esquerda, saliência irregular por defeito do cunho.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 105 — Legenda e pontuação normais. A letra N de CONST com traços duplos, pouco regulares, dando a impressão de que foi retocada.
Rev. Na coroa, cruz irradiada entre as letras G e N de SIGNO.
Esfera armilar maior. 12 grãos no ramo de café.
Belo exemplar de gravura impecável.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Rara*.
- 106 — Var. Mesmo tipo e legenda. Na grinalda 27 tulipas.
Rev. Caracteres da legenda mal cunhados. Cruz latina, de traços grossos, encimando a coroa, que tem o forro alto. 27 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 107 — Var. Na legenda o ponto depois da conjunção ET ligado à letra T; maior espaço entre as palavras BRAS.DEF. Na grinalda 27 tulipas.
Rev. Palavras da legenda mais aproximadas. Cruz irradiada encimando a coroa e muito próxima das letras G e N SIGNO. Esfera armilar maior. 12 grãos no ramo de café. Gravura muito delicada no anverso e no reverso, notando-se neste cunho saliência irregular ligando abaixo a orla de estrelas.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 108 — O mesmo, ligeiramente variado. Na grinalda 25 tulipas.
Rev. Legenda e pontuação normais. Sobre a coroa cruz com pérolas nas extremidades dos braços, ligeiramente inclinada à direita. Esfera armilar pequena. 28 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Carlos III.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 109 — Anverso e reverso pelos mesmos cunhos do nº anterior.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 110 — O mesmo dos nºs 108 e 109. No anverso os algarismos do valor mal cunhados, notando-se o escudo do reverso da moeda espanhola. Reverso melhor gravado.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm.
- 111 — Var. Grinalda de gravura diferente com 25 tulipas.
Rev. Pelo mesmo cunho dos nºs 108, 109 e 110.
Recunho sobre 8 reales de Carlos IV.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.

960 RÉIS DE 1827

- 112 — PETRUS.I.D.G.CONS. ET.PERP.BRAS.
DEF +1827.R+
Falta a letra T de CONST e a palavra IMP, no seu lugar nota-se vestígio da abreviatura BRAS como se o cunho tivesse sido batido anteriormente em outra posição. 29 tulipas na grinalda.
Rev. Na legenda a palavra SIGNO incompleta. Gravura em tudo semelhante ao nº 101.
O recunho de 1827 recaiu sobre moeda espanhola já recunhada anteriormente, notando-se na orla do anverso, em local diferente, a palavra BRAS e, no centro, vestígios do zero do valor.
No meio, uma pequena coroa tocando o florão abaixo e cobrindo parte inferior do zero do valor 960. É a coroa do carimbo 960 (réis) aplicado sobre pesos espanhóis, no tempo de D. João Regente. No reverso a palavra SIGNO, mal cunhada, recaiu sobre a mesma palavra já anteriormente gravada, havendo confusão de letras. Duplo círculo de aspas em certos trechos da orla.
Recunho sobre 8 reales não identificado.
Serrilha de tulipas. Módulo: 42,0 mm. *Data muito rara.*
- 113 — Var. Na legenda as letras PE de PETRUS mais nítidas, assim como os algarismos da data, especialmente os dois primeiros. Letras da legenda mal gravadas notando-se pontos e outros sinais provenientes do cunho primitivo. 28 tulipas na grinalda. O último algarismo do valor em tipo maior, ficando-lhe muito próximo o florão da direita. Rev. Coroa de forro alto, encimada por uma cruz singela pequena. 14 grãos no ramo de café. Folhas do ramo de

tabaco encostadas no escudo. Na orla do reverso nítidos vestígios da legenda da moeda original.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 38,5 mm. *Data muito rara.*

- 114 — Var. Legenda incompleta PETRUS.I.D.G. PERP.BRAS.DEF, no exergo, visível apenas, a parte superior do 7 da data e do R, inicial da Casa da Moeda do Rio. Nota-se nas falhas parte da legenda da moeda original, inclusive a data 1824 e o nome do Rei FERDIN. Na grinalda 27 tulipas. Como no nº anterior o último algarismo do valor em tipo maior.

Rev. Legenda incompleta, como no anverso: + IN + HOC + SI CES + aparecendo nas falhas letras e palavras da legenda da moeda espanhola. Falta também a cruz que encima a coroa, esta e a esfera iguais ao nº anterior. 15 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm. *Data muito rara.*

- 115 — Var. Legenda e pontuação normais. Na grinalda 28 tulipas. Rev. Mesma legenda, começando e terminando mais acima, na metade superior. Coroa alta, encimada por cruz com pérolas nas extremidades dos braços, separando as letras G e N de SIGNO. 12 grãos no ramo de café. Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm. *Muito rara.*

Este exemplar de gravura e aspecto diferentes de todos os demais até então descritos, vem reproduzido no Catálogo da Col. Souza Lobo, Est. LXXII, nº 16, com observação: "suspeita ... rara".

CASA DA MOEDA DA BAHIA

1824 — 1826

960 RÉIS DE 1824

- 1 — PETRUS.I.D.G. CONST. IMP. ET. PERP. BRAS. DEF No exergo + 1824.B+ Na legenda os pontos que antecedem as palavras BRAS e DEF ligados às letras B e D. Ao centro o valor 960 circundado por dois florões grandes e dois pequenos, separados por quatro cruzetas oblíquas. O todo dentro de uma grinalda de 29 tulipas. Rev. + IN + HOC + SIGNO + VINCES + Armas imperiais. Coroa encimada por cruz singela. 20 grãos no ramo de café.

Legendas de anverso e reverso mal gravadas com letras imperfeitas e a grinalda com tulipas empastadas.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo 40,0 mm.

- 2 — Anverso e reverso em tudo semelhante ao nº anterior.
Nota-se no anverso a repetição de letras da legenda, gravadas anteriormente em outra posição, o que nos leva a concluir que o cunho tivesse sido batido mais de uma vez.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm.
- 3 — Anverso e reverso os mesmos dos nºs 1 e 2. Cunhagem imperfeita, prejudicando na legenda a palavra PETRUS, da qual ficaram nítidas apenas as três últimas letras e a data, esta muito mal gravada. Nota-se, também, empastamento na grinalda de tulipas.
No reverso, prejudicado o ramo de tabaco e o laço que une os dois ramos.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 4 — Semelhante ao número anterior, porém, de melhor gravura.
Rev. Na legenda, as quatro últimas letras da palavra VINCES de gravura imprecisa, assim como parte do ramo de tabaco que lhe está ao lado. Pequena depressão na altura da letra G de SIGNO.
Cruz irradiada encimando a coroa, próxima às letras G e N de SIGNO. 20 grãos no ramo de café.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 38,0 mm.
- 5 — Em tudo semelhante aos exemplares anteriores, porém, de gravura sofrível por defeito de cunhagem, principalmente na orla onde está a legenda e a data.
Rev. O mesmo do anterior, porém, profundamente prejudicados a legenda e o tipo, confundindo-se com a gravura da moeda espanhola que serviu ao recunho. Coroa encimada por cruz muito apagada, o mesmo acontecendo ao ramo de café, não sendo possível determinar com exatidão o número de grãos, visíveis apenas 16.
Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 6 — O mesmo, ligeiramente variado. Os algarismos 60 do valor 960 pouco nítidos.
Rev. Igual aos nºs 4 e 5.

Cunho descentrado, notando-se no anverso, na metade inferior esquerda, a legenda e a data no limite extremo da orla.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 37,5 mm.

- 7 — Var. A primeira letra P de PERP muito próxima do T da conjunção ET, ligadas abaixo pelo ponto que está entre ambas. Florões mais próximos da grinalda que tem 27 tulipas.

Rev. Cruz singela, pequena, encimando a coroa. 25 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Carlos IV, de 1794.

Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.

- 8 — Var. Na legenda CONS.T.IMP. Grinalda com 26 tulipas. Florões grandes muito próximos à grinalda. O algarismo 9 do valor apresenta pequena depressão proveniente de defeito no cunho.

Rev. Igual ao anterior, de gravura melhor.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII, de 1821.

Serrilha de tulipas. Módulo: 41,0 mm. *Variante muito rara.*

960 RÉIS DE 1825

- 9 — O mesmo tipo e legenda. O ponto que separa as letras D.G ligado ao D. Na grinalda 31 tulipas. Florões e cruzetas que circundam o valor muito próximos da grinalda. Nota-se no centro, na altura da curva fechada do algarismo 6, do valor, pequeno ponto já observado em outros exemplares cunhados na Casa da Moeda do Rio.

Rev. Cruz singela sobre a coroa, separando as letras G e N de SIGNO. 18 grãos no ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo 41,0 mm.

- 10 — Igual ao anterior.

Rev. Cruz irradiada encimando a coroa. 19 grãos no ramo de café. Gravura sofrível, principalmente na metade inferior.

Recunho sobre 8 reales não identificado.

Serrilha de tulipas. Módulo 41,0 mm.

- 11 — Anverso e reverso pelos mesmos cunhos do nº 10. Observa-se no anverso vestígios da moeda espanhola cortando, abaixo, os algarismos da data e prejudicando no reverso o ramo de tabaco e parte do ramo de café.

Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.

Serrilha de tulipas. Módulo: 38,5 mm.

- 12 — Var. Na grinalda 30 tulipas.
 Rev. Cruz singela sobre a coroa, de forro mais alto. 25 grãos no ramo de café.
 Observa-se fortes vestígios da moeda original, no anverso, prejudicando o contorno da cabeça de Fernando VII, a legenda, a grinalda e o algarismo zero do valor. No reverso, apagada parte da letra O de SIGNO.
 Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
 Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm.
- 13 — Var. Na grinalda 29 tulipas.
 Rev. Cruz singela, pequena, encimando a coroa. 18 grãos no ramo de café. Parte superior do ramo de tabaco prejudicada pelo cunho primitivo.
 Recunho sobre 8 reales de Fernando VII.
 Serrilha de tulipas. Módulo: 39,0 mm.
- 14 — Var. Na grinalda 28 tulipas.
 Rev. Cruz singela sobre a coroa. 20 grãos no ramo de café.
 Recunho sobre 8 reales do México (Augustin Iturbide).
 Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Um tanto rara.*
- 15 — Anverso e reverso em tudo igual ao nº 14.
 Recunho sobre 8 reales da Argentina.
 Serrilha de tulipas. Módulo: 40,0 mm. *Um tanto rara.*

960 RÉIS DE 1826

- 16 — Mesmo tipo e legenda. O ponto que separa a conjunção ET da palavra PERP, abaixo da linha normal de implantação; na orla direita legenda mal gravada, notadamente o final, confundindo-se com o letreiro da moeda original. No exergo, legíveis a data e a letra monetária B. Na grinalda 27 tulipas.
 Rev. Na orla esquerda legenda incompleta, mal gravada, no lugar de + IN + a palavra REX do primeiro cunho. Cruz singela, alta, separando as letras G e N de SIGNO. 21 grãos no ramo de café. Esfera armilar com zodíaco reto. Cunho de reverso de gravura delicada quanto ao escudo, a coroa e o ramo de tabaco.
 Recunho sobre 8 reales não identificado.
 Serrilha de tulipas. Módulo: 39,5 mm. *Data extremamente rara.*

BIBLIOGRAFIA

- AMARO CAVALCANTI, *O meio circulante nacional*. 1.^o vol., 1808-1835, Rio de Janeiro, 1893.
- ARMITAGE, JOÃO, *Historia do Brazil*, Rio de Janeiro, 1837.
- AZEREDO COUTINHO, CANDIDO DE, *Apreciação do Médalheiro da Casa da Moeda*. Rio de Janeiro, 1862.
- Boletim Numismático*, Sociedade Numismática de Minas Gerais. Belo Horizonte, Novembro, 1945.
- Collecção das Leis do Brazil*, 1808. Rio de Janeiro, 1891.
- Collecção ds Leis do Imperio do Brazil*, 1822. Rio de Janeiro, 1887-1826. Rio de Janeiro, 1880-1827. Rio de Janeiro, 1878.
- GALVÃO, M. A., *A moeda no Brazil*. Rio de Janeiro, 1905.
- LORENTE, J. J. RODRIGUEZ, *Catalogo de los Reales de a dos españoles*. Madrid, 1965.
- MEILI, JULIUS, *Das Brasilianische Geldwesen*. II Theil. 1822 bis 1900. Zurich, 1905.
- MONTEIRO, FERNANDO, *O Banco do Brasil*. Museu e Arquivo Histórico. Rio de Janeiro, 1967.
- POLIANO, LUIZ MARQUES, *O primeiro cunho das Armas do Império*. Revista Numismática. Sociedade Numismática Brasileira. S. Paulo, 1944. Ano XII. N.^{os} 1-4.
- PROBER, KURT, *Catálogo de moedas brasileiras de prata*. Monografias Numismáticas. Vol. III. S. Paulo, 1947.
- RAYMOND, WAYTE, *The silver dollars of North and South America*. 2.^a edição. Wisconsin.
- ROMÉRO, EDGARD DE ARAUJO, *Reinado de D. Pedro I (1822-1831)*. Apostilas do Curso de Museus.
- SCHULMAN, J., *Collection Alcides Castro Santos*. Amsterdam, 1932.
- SIMONSEN, ROBERTO, *História Econômica do Brasil*. 3.^a edição. S. Paulo, 1957.
- SOUZA LOBO, AUGUSTO DE, *Catalogo da Collecção Numismatica Brasileira*. 2 vols. Rio de Janeiro, 1908.
— *Catalogo da Collecção Numismatica do espolio de J. G. de Souza Braga*. Rio de Janeiro, 1906.
- TARQUÍNIO DE SOUZA, OCTÁVIO, *História dos Fundadores do Império do Brasil*. IX vols. Rio de Janeiro, 1957.
- TASSO DA SILVEIRA, *A História da Casa da Moeda*. Capítulo XXIII. Revista da Casa da Moeda. Ano IV. N.^o 23 — Capítulo XXIV. Ano IV, N.^o 24. — Capítulo XXVI. Ano V. N.^o 26.
- UTBERG, NEIL S., *Coins of Mexico*. 1536-1963. Sociedad Numismática de México. México.
- YRIARTE, JOSÉ DE, *Catalogo de los reales de a ocho. Españoles*. Madrid, 1955.

Impresso pela

GRÁFICA EDITORA DO LIVRO LTDA.

Rio de Janeiro, GB.